



NETmundial+10 Declaração Multissetorial

Multistakeholder Statement

Declaración Multisectorial

Déclaration Multipartite

多利益相关方声明

Заявление заинтересованных сторон

بيان أصحاب المصلحة المتعددين



Esta obra foi publicada nos termos da licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional
<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR>



This work is licensed under a Creative Commons
Attribution 4.0 International License.
<<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.en>>

**Núcleo de Informação
e Coordenação do Ponto BR**



CADERNOS CGI.br Referências

NETmundial+10 Declaração Multissetorial

Multistakeholder Statement

Declaración Multisectorial

Déclaration Multipartite

多利益相关方声明

Заявление заинтересованных сторон

بيان أصحاب المصلحة المتعددين

Comitê Gestor da Internet no Brasil

2024

Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR

Brazilian Network Information Center

Diretor Presidente / Chief Executive Officer

Demi Getschko

Diretor de Assessoria às Atividades do CGI.br / Chief Advisory Officer

Hartmut Richard Glaser

Diretor Administrativo / Chief Financial Officer

Ricardo Narchi

Diretor de Serviços e Tecnologia / Chief Technology Officer

Frederico Neves

Diretor de Projetos Especiais e de Desenvolvimento / Director of Special Projects and Development

Milton Kaoru Kashiwakura

Diretoria de Assessoria às Atividades do CGI.br / Advisory Team to the CGI.br Activities

Produção dos Cadernos CGI.br / Production of the CGI.br Book Series

Diretoria de Assessoria às Atividades do CGI.br

Coordenação Executiva e Editorial / Executive and Editorial Coordination

Carlos Francisco Cecconi e Jean Carlos Ferreira dos Santos

Produção Editorial / Editorial Production

Carolina Carvalho (Comunicação NIC.br)

Tradutores / Translators

Português/Portuguese: Bettina Gertum Becker | Espanhol/Spanish: Esperanza Clavell Sallent - AIIIC Association

Internationale des Interprètes de Conférence | Francês/French: Afnic-Association Française pour le Nommage Internet

en Coopération | Russo/Russian: Konstantin Garnov | Chinês/Chinese: DotAsia Organisation in cooperation with the

International Trademark Association (INTA) | Árabe/Arabic: Adnane Ettayebi - Global Communications Group

Revisão técnica das traduções / Technical review of translations

Português/Portuguese: Everton Rodrigues, Flávio Wagner, Vinicius W. O. Santos | Espanhol/Spanish: Valeria Betancourt |

Frances/French: Afnic-Association Française pour le Nommage Internet | Russo/Russian: Leonid Todorov |

Chines/Chinese: Dan He | Árabe/Arabic: Manal Ismail, Christine Arida, Zeina Bouharb

Preparação / Proofreading

Jean Carlos Ferreira dos Santos, Everton Rodrigues e Vinicius W. O. Santos

Apoio Editorial

Paula Liebert

Projeto Gráfico / Graphic design

Pilar Velloso

Diagramação / Desktop publishing

Pilar Velloso

Fotos / Pictures

Flickr NIC.br, Shutterstock

Título original / Original title

NETmundial+10 multistakeholder statement: strengthening Internet governance and digital policy processes

Disponível em: <<https://netmundial.br/pdf/NETmundial10-MultistakeholderStatement-2024.pdf>>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

NETmundial+10 : declaração multisectorial [livro eletrônico] = Netmundial+10 : multistakeholder statement = Netmundial+10: declaración multisectorial = Netmundial+10 : déclaration multipartite = Netmundial+10 : 多利益相关方声明 = Netmundial+10 : Заявление заинтересованных сторон = Netmundial+10 : . -- São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2024.

PDF Vários colaboradores. Edição poliglota: português/inglês/espanhol/francês/japonês/russo/árabe.

Bibliografia.

ISBN 978-65-85417-64-8

1. Governança da internet 2. Governança multisectorial 3. Governança - Diretrizes 4. Internet - Aspectos políticos 5. Política e governo 6. Sociedade da informação. I. Título: Netmundial+10 : multistakeholder statement. II. Título: Netmundial+10: declaración multisectorial. III. Título: Netmundial+10 : déclaration multipartite. IV. Netmundial+10 : 多利益相关方声明. V. Netmundial+10 : Заявление заинтересованных сторон VI. Título: Netmundial+10 : . -- São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2024.

24-239908

CDD-303.4833

Índices para catálogo sistemático:

1. Internet : Governança : Sociologia 303.4833

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br)

Composição em Dezembro de 2024

Brazilian Internet Steering Committee (CGI.br)

Composition as per December 2024

Integrantes / Committee Members

Representantes do Setor Governamental / Government Agencies Representatives

Artur Coimbra de Oliveira

Cláudio Furtado

Débora Peres Menezes

Hermano Barros Tercius

José Roberto de Moraes Rêgo Jr

Luanna Sant'Anna Roncaratti

Luiz Felipe Gondin Ramos

Pedro Helena Pontual Machado

Renata Mielli

Representantes do Setor Empresarial / Business Organizations Representatives

Cristiano Reis Lobato Flores

Henrique Faulhaber Barbosa

Marcos Adolfo Ribeiro Ferrari

Nivaldo Cleto

Representantes do Terceiro Setor / Non-profit and Non-Commercial Organizations

Bia Barbosa

Bianca Kremer

Rodolfo da Silva Avelino

Percival Henriques de Souza Neto

Representantes da Comunidade Científica e Tecnológica / Technical and Scientific Community Representatives

Lisandro Zambenedetti Granville

Marcelo Fornazin

Rafael de Almeida Evangelista

Representante de Notório Saber em Assunto da Internet / Internet Expert

Demi Getschko

Coordenadora / Coordinator

Renata Mielli

Secretário Executivo / Executive Secretary

Hartmut Richard Glaser

Apresentação

por RENATA MIELLI

Com um olhar no futuro da governança do nosso mundo digital, o NETmundial+10 propiciou um espaço para atores relevantes de todos os setores e regiões se reunirem, discutirem e chegarem a um consenso sobre um novo conjunto de diretrizes e recomendações que visam a enfrentar os desafios mais prementes dos processos de governança. Também fomentou um debate sobre uma agenda comum e estruturada de questões prioritárias para a comunidade global, além de promover o multissetorialismo em todas as arenas relevantes de governança digital global e tomada de decisões.

O *NETmundial+10: Desafios Globais para a Governança do Mundo Digital* foi um evento concebido pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br, realizado em São Paulo, Brasil, nos dias 29 e 30 de abril de 2024. O evento foi planejado e organizado por um Comitê Executivo de Alto Nível (*High-Level Executive Committee*, HLEC) e realizado em formato híbrido, alcançando um total de 641 participantes selecionados¹, tanto presencialmente quanto online. Também foi transmitido ao vivo para um público mais amplo em todo o mundo. A diversidade foi uma característica central, com participantes de mais de 60 países em todos os continentes, e envolvimento ativo de organizações intergovernamentais.

O NETmundial+10 buscou construir sobre os princípios de governança amplamente reconhecidos do evento inovador organizado em 2014². Dez anos depois, o NETmundial+10 atualizou

1 O documento final menciona “mais de 700 participantes”, que foi o número provisório antes da revisão cuidadosa da lista de participantes após o evento, eliminando duplicações e categorias não aplicáveis.

2 NETmundial: Encontro Multissetorial Global sobre o Futuro da Governança da Internet. Mais informações disponíveis em: <<https://netmundial.br/2014>>

discussões, reafirmou princípios e lançou um conjunto de diretrizes e recomendações destinadas a operacionalizar os princípios do processo de 2014. Os resultados do NETmundial+10 também incentivam o ecossistema digital global a avançar para processos de tomada de decisão e colaboração multissetorial mais concretos e orientados a resultados.

O documento de resultado final, apresentado neste livro, foi preparado pelo Comitê Executivo de Alto Nível e construído com base nos resultados da Consulta Aberta do NETmundial+10 e nas contribuições do público do evento. Esse documento focou em fortalecer a arquitetura de governança digital, reunindo partes interessadas-chave para fornecer recomendações concretas, não vinculativas, sobre como fortalecer a abordagem multissetorial como base para construção de consenso e governança democrática, incluindo em fóruns multilaterais e outros fóruns relevantes de tomada de decisão.

Publicar este material em português, e em outros seis idiomas, só foi possível graças ao empenho de diversos parceiros, representando diferentes grupos de partes interessadas de todo o mundo. Mais uma vez, tratou-se de um esforço colaborativo, no qual o CGI.br se orgulha de ter atuado como promotor.

Renata Mielli
Coordenadora do CGI.br

Introduction

by RENATA MIELLI

Casting a look at the future governance of the digital world, NETmundial+10 provided a space for relevant players from all interested stakeholder groups and regions to meet, discuss and reach consensus on a new set of guidelines and recommendations that aim to tackle the most pressing challenges of governance processes. It also fostered a debate on a common, structured agenda of priority issues for the global community, along with furthering multistakeholderism to all relevant global digital governance and decisional arenas.

NETmundial+10: global challenges for the governance of the digital world was an event hosted by the Brazilian Internet Steering Committee – CGI.br, and held in São Paulo, Brazil, on April 29 and 30, 2024. The event was designed and organized by a High-Level Executive Committee (HLEC) and held in a hybrid format, reaching a total audience of 641 selected participants¹ both in person and online. It was also live streamed to a broader audience worldwide. Diversity was a central feature, with participants from over 60 countries across all continents, and active involvement from intergovernmental organizations.

NETmundial+10 sought to build upon the widely recognized governance principles from the groundbreaking event organized in 2014². Ten years later, NETmundial+10 updated discussions, reaffirmed principles, and launched a set of guidelines and recommendations aimed at operationalizing the 2014 process principles. The NETmundial+10 outcomes also foster

1 The final outcome document mentions “more than 700 participants”, which was the provisional number before the thorough review of the participants’ list after the event, cleaning up duplications and not applicable categories.

2 NETmundial: Global Multistakeholder Meeting on the Future of Internet Governance: <<https://netmundial.br/2014>>

the global digital ecosystem to move toward more concrete and results-oriented multistakeholder collaboration and decision-making processes.

The final outcome document featured in this book was prepared by the High-Level Executive Committee and built upon the results from the NETmundial+10 Open Consultation and the inputs from the event audience. That document focused on bolstering the digital governance architecture, bringing together key stakeholders to deliver concrete, non-binding recommendations on how to strengthen the multistakeholder approach as the basis for consensus-building and democratic governance, including in multilateral and other relevant decision-making forums.

Making this material available in Portuguese and six other languages was only possible thanks to the dedication of various partners, representing different stakeholder groups from around the world. Again, it was a collaborative effort, in which CGI.br is proud to have played the role of promoter.

Renata Mielli
Coordinator of CGI.br

Sumário /Summary

16	NETmundial+10 Declaração Multissetorial
40	Multistakeholder Statement
64	Declaración Multisectorial
90	Déclaration Multipartite
116	多利益相关方声明
140	Заявление заинтересованных сторон
170	بيان أصحاب المصلحة



A large audience is seated in a conference hall, facing a stage. The stage features a large screen displaying a presentation with the logo 'egi.br' and a speaker. The room has a high ceiling with recessed lighting and a patterned carpet. The word 'Português' is overlaid on the right side of the image.

Português



NETmundial+10

Declaração Multissetorial

Fortalecer a governança da Internet e os processos de políticas digitais

São Paulo, Brasil, 30 de abril de 2024

Preâmbulo

Este é o resultado não vinculante de um processo de baixo para cima, aberto e participativo, envolvendo pessoas de governos, do setor privado, da sociedade civil, da comunidade técnica e do meio acadêmico de todo o mundo. Sua aspiração é fortalecer a governança da Internet e os processos de políticas digitais.

1. Desafios da governança da Internet e dos processos de políticas digitais

De 2014 a 2024: Contexto das Diretrizes de São Paulo

Reunidos em São Paulo, Brasil, em abril de 2024, membros da academia, da sociedade civil, de governos e organizações internacionais, do setor privado e da comunidade técnica de todo o mundo reafirmaram a necessidade de melhorar a governança da Internet e os processos de políticas digitais. O evento demonstrou como é possível reunir todas as partes interessadas, indivíduos, culturas, países e economias distintas para enfrentar desafios em comum. Estes desafios transcendem as nossas divergências e só podem ser resolvidos utilizando-se a força dos nossos conflitos, discussões e esperanças para moldar um futuro melhor para todos.

A rápida transformação digital, a inovação contínua e a difusão de inúmeras tecnologias e aplicações baseadas na Internet, incluindo o papel das novas tecnologias digitais e disruptivas, como a Inteligência Artificial,

apresentam oportunidades e desafios que afetam as esferas econômica, política e cívica. Estas questões precisam de ser tratadas no âmbito da governança da Internet e dos processos de políticas digitais.

Essas tecnologias oferecem grandes oportunidades para acelerar o desenvolvimento humano, social e econômico e combater as desigualdades, construindo sociedades mais inclusivas. Ao mesmo tempo, se não forem devidamente reguladas, em conformidade com o direito internacional e a legislação internacional de direitos humanos, também podem gerar incertezas, insegurança e assimetrias de poder entre e dentro de países, economias e partes interessadas, aprofundando as brechas, afetando a esfera civil e causando impactos ambientais. Nenhuma parte interessada pode enfrentar estes desafios sozinha.

Mais do que nunca, a governança da Internet e os processos de políticas digitais demandam uma coordenação e uma cooperação sem precedentes entre as partes interessadas para efetivamente disponibilizar os benefícios desta enorme transformação para todos, em qualquer lugar, e para prevenir e remediar os abusos online de forma colaborativa.

Como já destacado em discussões históricas, como a Agenda de Túnis e os “Princípios para processos de governança da Internet” do NETmundial de 2014, a governança da Internet e os processos de políticas digitais devem envolver, de forma plena, o meio acadêmico, a sociedade civil, os governos e as organizações internacionais, o setor privado, a comunidade técnica e os usuários finais. Estes grupos são considerados partes interessadas para efeito das discussões anteriores e atuais.

Para fortalecer os espaços de participação multissetorial, é necessário aperfeiçoar os mecanismos de geração de consenso e de elaboração de diretrizes e recomendações para que as vozes das comunidades tenham impacto nos processos multilaterais e em outros processos de tomada de decisão a fim de encontrar e implementar soluções efetivas para os desafios que enfrentamos.

O evento NETmundial de 2014 foi inovador e estabeleceu um marco significativo na evolução da governança da Internet. Ao nos aproximarmos do 20º aniversário da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (World Summit on the Information Society – WSIS) e da Agenda de Túnis, e uma década depois do NETmundial, é chegada a hora de abordarmos uma questão persistente e ainda não resolvida: como ajudar todos os atores a

contribuir em um processo multissetorial para construir uma arquitetura de governança global em rede, centrada nas pessoas, sustentável e orientada para o desenvolvimento, como demanda a sociedade em rede.

Neste contexto, o foco do NETmundial+10 foi reforçar a arquitetura de governança da Internet, reunindo as partes interessadas relevantes para fazer recomendações concretas e não vinculantes de como fortalecer a abordagem multissetorial como base para a geração de consenso e a governança democrática, inclusive nas estruturas multilaterais existentes e em outros fóruns de decisão relevantes.

O NETmundial+10 reafirma os princípios do NETmundial de 2014 para orientar a governança da Internet e os processos de políticas digitais, propõe procedimentos para implementá-los de forma efetiva e oferece informações que podem contribuir para as discussões e a tomada de decisões intergovernamentais, nacionais e regionais sobre o futuro da governança da Internet e dos processos de políticas digitais. O NETmundial+10 reafirma a necessidade de criar uma arquitetura de governança multissetorial eficaz e funcional, que promova o engajamento informado, participativo e transparente das partes interessadas em um modelo multissetorial. Esta é a melhor forma de contribuir para a construção de um futuro digital que respeite os direitos humanos e as liberdades fundamentais e que promova o progresso para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e para o desenvolvimento de sociedades inclusivas que promovam a paz, a prosperidade e a sustentabilidade ambiental para todos.

Para ajudar a enfrentar esses desafios, o NETmundial+10:

- Ratifica a declaração do NETmundial de 2014, que afirma que a Internet é um recurso global que deve ser gerido no interesse público, em conformidade com o direito internacional e a legislação internacional de direitos humanos;
- Reconhece a relevância da transparência e da prestação de contas para melhorar a governança da Internet e os processos de políticas digitais;
- Reafirma que os 10 princípios para os processos de governança da Internet adotados em 2014 permanecem relevantes e recomenda a sua aplicação no tratamento dos desafios atuais e futuros das políticas digitais;
- Propõe diretrizes operacionais para a implementação desses princípios em diferentes situações;

- Faz contribuições para diversos processos em andamento relacionados à evolução da arquitetura de governança para as políticas digitais e
- Recomenda que os princípios e as diretrizes apresentados neste documento sejam implementados por todas as partes interessadas, em todos os níveis.

Este documento é resultado de um processo colaborativo, aberto e inclusivo. Foi redigido com base em 154 contribuições online por escrito de representantes de governos, do setor privado, da sociedade civil e das comunidades técnica e acadêmica, coletadas em uma consulta pública realizada entre março e abril de 2024. A consulta foi estruturada em torno de três temas principais: Princípios para Processos de Governança Digital, Diretrizes para a Implementação de Mecanismos Multissetoriais e Contribuições para Processos de Governança em Andamento.

Com base na consulta realizada, também foram reunidas valiosas contribuições de mais de 700 participantes presenciais e online durante os dois dias do evento.



2. Princípios para Governança da Internet e Processos de Políticas Digitais

2.1 OS PRINCÍPIOS DE PROCESSO DO NETMUNDIAL 2014 RESISTIRAM AO TEMPO

Princípios de Processo de Governança da Internet do NETmundial 2014

https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/4/Documento_NETmundial_pt.pdf

- Multissetorial
- Aberto, participativo e orientado por consenso
- Transparente
- Responsável
- Inclusivo e equitativo
- Compartilhado
- Distribuído
- Habilitador da participação significativa
- Acesso e barreiras mínimas
- Agilidade

O encontro NETmundial de 2014 adotou um amplo conjunto de princípios fundamentais para orientar a governança da Internet. Também adotou um conjunto específico de dez Princípios para processos de governança da Internet (os Princípios de Processo), que foram o foco principal do NETmundial+10. Estes Princípios de Processo descrevem como o sistema de Governança da Internet deve ser aplicado em todo o escopo de tecnologias e de questões de políticas públicas relacionadas à Internet. Continuam a definir como manter a Internet aberta e interoperável – responsabilidade fundamental e valor central da governança da Internet e dos processos de políticas digitais.

Mesmo com as rápidas transformações técnicas, sociais e econômicas que ocorreram desde então, estes Princípios de Processo permanecem relevantes e válidos para tratar os desafios atuais da governança da Internet e das políticas digitais. Representam uma referência única e relevante para todas as partes interessadas de como a governança da Internet e os processos de políticas digitais devem ser definidos. Como ainda não foram totalmente implementados, a sua plena aplicação demanda esforços colaborativos, que ofereçam mais e melhores oportunidades para que todas as partes interessadas participem de forma relevante, especialmente em mecanismos multilaterais de política digital.

Os Princípios de Processo da NETmundial 2014 devem ser a base de qualquer evolução futura da governança da Internet e dos processos de políticas digitais e é fundamental que todos os interessados os implementem em sua totalidade, como visão compartilhada desta comunidade.

2.2 O PRINCÍPIO DE PROCESSO “MULTISSETORIAL” PRECISA SER PLENAMENTE IMPLEMENTADO POR TODAS AS PARTES INTERESSADAS

Segundo o texto do Princípio de Processo de 2014 relativo a multissetorialismo:

Multissetorial: a governança da Internet deve ser construída através de processos democráticos multissetoriais, assegurando a participação significativa e responsável de todos os intervenientes, incluindo governos, setor privado, sociedade civil, a comunidade técnica, a comunidade acadêmica e usuários. Os respectivos papéis e responsabilidades das partes interessadas devem ser interpretados de modo flexível em relação aos temas em discussão.

Cada parte interessada tem diferentes papéis e responsabilidades, dependendo dos temas e das etapas de cada processo. A distribuição de papéis e responsabilidades entre as partes interessadas é um tema de debate contínuo (e controverso).

É preocupante que inúmeros processos de governança ainda não conseguem aplicar adequadamente o Princípio de Processo multissetorial, especialmente devido à falta de participação inclusiva e significativa de todas as partes interessadas relevantes. Incluir todas as partes interessadas relevantes no processo de tomada de decisão, em genuíno pé de igualdade, pode, de fato, ser essencial para evitar o fracasso.

As abordagens multissetoriais à governança da Internet e aos processos de políticas digitais funcionam melhor quando são inclusivas e quando as partes interessadas identificam o seu próprio interesse em um tema e participam dos processos para tratá-lo. São bem-sucedidas quando há atitude de abertura a novas ideias e disposição – de todas as partes interessadas envolvidas – de entender os pontos de vista dos outros e de fazer concessões para chegar a um consenso.

Para obter maiores benefícios da governança da Internet e dos processos de políticas digitais, os papéis e as responsabilidades das partes interessadas devem ser interpretados de forma flexível e aberta. Setores, organizações e indivíduos não devem ser excluídos de um determinado processo em razão de categorizações desatualizadas, sugeridas no passado.

Dito isto, um componente essencial para proteger e melhorar tais processos é garantir que incorporem as formas relevantes de conhecimento e de experiência necessárias durante as diferentes fases da discussão de uma questão específica. A capacitação é essencial para melhorar a compreensão e aumentar a capacidade das partes interessadas participarem em pé de igualdade. Isto também demanda uma análise realista das – e uma resposta às – assimetrias de poder entre e dentro das partes interessadas em uma discussão.

2.3 A COORDENAÇÃO DOS ESPAÇOS DE GOVERNANÇA É ESSENCIAL

Surgiram diversas iniciativas e processos para tratar a ampla gama de questões decorrentes da transformação digital. Às vezes, vários processos tratam das mesmas questões em paralelo, o que tem impactos positivos e negativos.

Iniciativas dispersas para tratar uma determinada questão permitem a inclusão de abordagens e perspectivas diversas. Por outro lado, existe o risco de que discussões em separado sobre uma questão específica gerem resultados incompatíveis e até contraditórios. Também dificultam o acompanhamento de processos simultâneos e duplicados pelos interessados, especialmente os do Sul Global.

É importante evitar a fragmentação e a duplicação de fóruns para garantir a eficácia da governança da Internet e dos processos de políticas digitais. Por isso, é fundamental que haja maior coordenação entre processos que tratam de questões que se sobrepõem.

O Fórum de Governança da Internet (IGF) pode desempenhar esse papel ao fortalecer suas funções de coordenação e de compartilhamento de informações. Também deve servir de espaço para o acompanhamento de acordos multilaterais de políticas digitais (ver Seção 4), considerando seu mandato abrangente. A natureza aberta, a abordagem híbrida, os processos intersessionais, as conexões com iniciativas locais, nacionais e regionais e o formato inclusivo fazem com que o IGF seja o foro adequado para assumir estas responsabilidades.

Para cumprir as expectativas de coordenação e de compartilhamento de informações, pode ser necessário desenvolver novos métodos de trabalho, assim como obter novos recursos financeiros e humanos. Estes métodos devem ser concebidos para tornar a coordenação e compartilhamento de informações mais eficientes e para melhorar a deliberação e a percepção dos resultados. Também podem fortalecer a conexão entre os processos



de governança e a implementação de resultados, aumentando a eficácia da governança da Internet e dos processos de políticas digitais em geral.

Estes métodos de trabalho devem tentar evitar conflitos com processos existentes ou a sua duplicação e a criação de novos ônus. Além disso, devem garantir a participação de baixo para cima, em genuíno pé de igualdade, assim como a transparência e a prestação de contas de tais processos.

Melhorias efetivas da coordenação beneficiam a todos os interessados, assim como a capacidade da governança da Internet e dos processos de políticas digitais de tratar as questões pertinentes.

3 • Aplicar a abordagem multissetorial e melhorar os processos multilaterais

3.1 MELHORAR A PARTICIPAÇÃO EM PROCESSOS MULTILATERAIS

Os processos multilaterais devem ser mais inclusivos para garantir a participação efetiva de todos os interessados, especialmente os do Sul Global. A inclusão de vozes diversas e de múltiplas visões de mundo, ampliando a contribuição dos interessados, fortalece os processos multilaterais. Os processos inclusivos permitem tomar decisões mais acertadas e garantem melhor comunicação dos resultados para obter deliberações mais adequadas e geração de consenso, com base nas diretrizes e etapas de processo descritas abaixo.

A fim de conquistar estes avanços, todos os interessados devem ser empoderados para que possam contribuir de forma significativa em todas as fases de um processo que trate de questões de interesse. A indicação de consultores/especialistas e/ou de plataformas com recursos adequados deve ser incentivada para efetivamente viabilizar e analisar as diversas contribuições recebidas desde a fase de definição da pauta, durante as deliberações até a redação das resoluções e de textos, de acordo com as diretrizes e prazos acordados e levando em conta considerações éticas e de interesse público. Da mesma forma, investimentos significativos em capacitação e educação para fortalecer cada etapa do processo são essenciais para que as contribuições sejam efetivas. É importante que tais investimentos levem em conta as assimetrias relativas de poder entre e dentro das diferentes partes interessadas e grupos de partes interessadas.

Segundo os princípios multissetoriais, os processos multilaterais devem evoluir. Devem compartilhar o escopo do seu trabalho e publicar um compromisso com a transparência do processo, incluindo – mas não limitado a – um cronograma indicando as principais oportunidades de participação. Como parte desse compromisso, um calendário para informar o progresso do processo – ou sua ausência – deve ser disponibilizado regularmente e incluir o acesso público a resultados específicos. A documentação de como as contribuições foram feitas, avaliadas e incorporadas no processo é tão importante quanto o registro de opiniões dissidentes e divergentes. Tais mecanismos devem cumprir com padrões de acessibilidade e oferecer alternativas efetivas para permitir a participação em outros idiomas além do inglês.

Mecanismos robustos de prestação de contas devem fazer parte de todos os processos multilaterais para que as etapas e os prazos para a implementação das recomendações sejam claros. Mecanismos concretos de análise de impacto das decisões e o andamento da implementação das recomendações são fundamentais para a sua continuidade. Devem ser envidados esforços para documentar com precisão cada processo multilateral, incluindo medidas concretas para identificar conexões com outros processos.

Portanto, é fundamental criar um ambiente seguro, confiável e justo, que resolva as assimetrias entre os participantes e que possibilite que a sociedade civil, o setor privado, o meio acadêmico e a comunidade técnica participem de forma efetiva nos processos multilaterais. A principal responsabilidade dos governos é garantir as condições para assegurar a diversidade e gerar processos multilaterais robustos.

3.2 DIRETRIZES PARA A GERAÇÃO DE CONSENSO E TOMADA DE DECISÕES MULTISSETORIAIS (DIRETRIZES MULTISSETORIAIS DE SÃO PAULO)

Propomos um conjunto de diretrizes e etapas de processo associadas (“Diretrizes Multissetoriais de São Paulo”) e apelamos à comunidade mundial que o adote e utilize na governança da Internet e nos processos de políticas digitais. Este conjunto é baseado em documentos fundacionais existentes, boas práticas atuais e experiência. Embora não possam ser aplicadas em todas as situações, as Diretrizes podem ajudar as comunidades subnacionais, nacionais, regionais e globais a gerar confiança e a estabelecer e implementar processos e mecanismos de colaboração multissetoriais, bem como a avaliar processos e mecanismos apresentados como multissetoriais, mas que não o são de fato. Como mencionado na Seção 3.1, também podem servir de inspiração para a evolução e a melhoria dos processos multilaterais.

As diretrizes a seguir complementam e operacionalizam os Princípios de Processo de Governança da Internet do NETmundial 2014. Levando em conta que a colaboração multissetorial está em evolução constante, estas diretrizes não são definitivas e devem ser consideradas um documento vivo. Precisam continuar a evoluir, tanto em termos de sua implementação prática, quanto da sua formulação concreta.

Recomendamos, portanto, que o IGF seja o fórum adequado para atuar como depositário, isto é, guardião, deste primeiro conjunto de diretrizes e esperamos que o IGF considere a sua implementação nos seus próprios processos e sua discussão e evolução subsequentes. Essas discussões futuras poderão incluir, entre outros, a priorização e/ou agrupamento das diretrizes, o desenvolvimento de métricas para medir sua aplicação, sistemas de avaliação e prestação de contas dos processos multilaterais e multissetoriais e/ou elaborar diretrizes ilustrativas adicionais sobre a sua aplicação, como kits de ferramentas, recursos visuais e fluxogramas.

Diretrizes e etapas de processo (“Diretrizes”) para a colaboração multissetorial, a geração de consenso e a tomada de decisões

DIRETRIZES

1. Os processos multissetoriais devem levar em conta as assimetrias de poder entre as diversas partes interessadas e empoderá-las, fornecendo-lhes as informações, os recursos e as competências necessários para que participem de forma efetiva, construtiva e contínua. As medidas de transparência devem ter como objetivo fazer com que os processos de políticas sejam conhecidos, acessíveis, compreensíveis e contestáveis.
2. Os processos multissetoriais devem envolver discussões informadas e deliberativas entre as partes interessadas. O diálogo construtivo é um mecanismo para a prevenção de conflitos durante todas as etapas do processo.
3. Os processos multissetoriais devem esforçar-se por tratar todas as partes interessadas de forma justa e equitativa, considerando suas respectivas necessidades, capacidades, realidades e vulnerabilidades. As partes interessadas devem participar em pé de igualdade, tratar-se com respeito mútuo, reconhecendo o valor dos diversos pontos de vista e contribuições, assim como a natureza diversa de seus papéis e responsabilidades de acordo com cada questão específica.
4. Os processos multissetoriais devem ser regidos pelo Estado de Direito e pelo respeito aos princípios internacionais dos direitos humanos, incluindo direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos.

5. Os processos multissetoriais devem respeitar e valorizar a diversidade linguística dos participantes e ser acessíveis a todos os interessados, independentemente da sua formação, posição ou nível de especialização.
6. Todas as partes interessadas devem compartilhar as responsabilidades e defender a transparência e prestação de contas, em seus respectivos papéis, pelos resultados do processo multissetorial, ao passo que os governos permanecem os principais responsáveis, jurídica e politicamente, pela proteção dos direitos humanos e o setor privado, pelo respeito aos direitos humanos, em conformidade com os Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos.
7. A governança da Internet e os processos de políticas digitais devem ser ágeis e adaptar-se à mudança das circunstâncias, à evolução das tecnologias, a problemas emergentes e às variações das dinâmicas geopolíticas.
8. Devem ser estabelecidos mecanismos para a resolução de conflitos entre as partes, no âmbito dos processos colaborativos multissetoriais, para viabilizar a tomada de decisões.
9. Uma abordagem global multissetorial à governança da Internet e aos processos de políticas digitais deve reconhecer a necessidade da ação colaborativa além das fronteiras nacionais e grupos de partes interessadas e, ao mesmo tempo, levar em conta e alavancar as perspectivas locais e regionais.
10. As decisões devem considerar as implicações de longo prazo e a sustentabilidade dos resultados em relação aos direitos humanos e ao desenvolvimento inclusivo e sustentável, de acordo com a agenda de Túnis.
11. Devem ser implementadas ações de capacitação que promovam o conhecimento e as competências dos interessados, especialmente aqueles de países em desenvolvimento e comunidades sub-representadas, ao longo de todas as etapas de um processo multissetorial.
12. Deve-se buscar ativamente a cooperação e o diálogo com outros fóruns e processos de governança para evitar a duplicação de esforços e para compartilhar resultados, melhores práticas e lições aprendidas.
13. Os processos de colaboração devem ser orientados para a obtenção de resultados práticos e aplicáveis, que tenham efeitos tangíveis e promovam mudanças positivas na governança da Internet e nos processos de políticas digitais.

Diretrizes orientadas às etapas de processo

ETAPAS DE PROCESSO RECOMENDADAS PARA UM PROCESSO MULTISSETORIAL ABERTO E INCLUSIVO:

1. **Definir o escopo da questão:** definir a questão ou conjunto de questões a serem consideradas pelo processo de colaboração multissetorial, considerando, sempre que possível, todas as perspectivas afetadas.
2. **Identificar as partes interessadas:** Identificar todas as partes interessadas relevantes da forma mais inclusiva e flexível possível, incluindo indivíduos, grupos, organizações e comunidades afetadas pela decisão ou colaboração.
3. **Engajar as partes interessadas:** Engajar ativa e continuamente todas as partes interessadas ao longo do processo, utilizando métodos como consultas públicas, enquetes, oficinas e fóruns para reunir contribuições e *feedback*.
4. **Compartilhar informações:** Fornecer informações claras e completas sobre o processo, seus objetivos e seus resultados a fim de garantir a transparência e a compreensão pelas partes interessadas, utilizando registros digitais acessíveis, incluindo a documentação relacionada ao processo.
5. **Garantir a participação equitativa:** Garantir a participação equitativa de todas as diferentes perspectivas e interesses relevantes, incluindo grupos marginalizados ou sub-representados.
6. **Promover o diálogo:** Promover o diálogo aberto, a colaboração e a deliberação entre as partes interessadas relevantes, incentivando a comunicação respeitosa e a geração de consenso.
7. **Preparar resultados preliminares:** redigir os resultados preliminares para consulta com base nos diálogos entre as partes interessadas relevantes e consultar a comunidade em geral sobre os resultados.
8. **Considerar o *feedback* da comunidade em geral:** ajustar os resultados preliminares considerando as contribuições feitas durante a consulta, informando de forma transparente como estas contribuições foram consideradas e os seus motivos.

9. **Tomada de decisão aberta:** utilizar processos de tomada de decisão colaborativos que envolvam todas as partes interessadas relevantes ao identificar soluções, buscar compromissos e obter acordos.
10. **Poderes da comunidade:** submeter os resultados finais à consideração da comunidade em geral, disponibilizando mecanismos que permitam que a comunidade conteste resultados que não estejam alinhados aos interesses gerais da comunidade.
11. **Implementação e responsabilização na tomada de decisões:** Estabelecer mecanismos para implementar decisões e responsabilizar as partes interessadas por seus compromissos.
12. **Monitorar e adaptar:** Monitorar o progresso, avaliar os resultados e estar disposto a adaptar o processo com base no *feedback* e em mudanças das circunstâncias.

4 • Contribuições a processos em andamento

Como mencionado nas seções 2.3 e 3.2, há vários processos em curso no contexto da ONU. São relativos à governança da Internet e aos processos de políticas digitais; em particular, mas não limitados a negociações relacionadas ao Pacto Digital Global (Global Digital Compact, GDC), no âmbito do Pacto para o Futuro da Cúpula do Futuro e à Revisão WSIS+20. Incluem recomendações e possíveis caminhos para uma maior consolidação de uma Internet aberta, global, interoperável, segura e livre e de um ecossistema de políticas digitais mais abrangente, que contribua para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Como reunião sem paralelo, que busca articular um caminho concreto para fortalecer e melhorar o multissetorialismo na governança da Internet e nos processos de políticas digitais, o NETmundial+10, como evento independente, propõe ideias específicas para esses processos, cujos objetivos são fortalecer os existentes, otimizar a alocação de recursos e estabelecer sinergias, coordenação e complementaridade. Além disso, há inúmeros processos multilaterais, regionais, nacionais e não governamentais que inspiraram e que se beneficiariam ao aplicar os princípios e diretrizes estabelecidos neste documento.

4.1 FÓRUM DE GOVERNANÇA DA INTERNET (IGF)

O Fórum de Governança da Internet consiste em um evento anual, trabalho intersessional que inclui coalizões dinâmicas, fóruns de melhores práticas e redes de políticas, trilhas parlamentares e judiciárias, IGFs nacionais e regionais e iniciativas para a juventude em todos os níveis. Reúnem diversos grupos de partes interessadas de diferentes partes do mundo.

O IGF tem sido um espaço efetivo de debates e cooperação sobre a governança da Internet e políticas públicas digitais, apesar de não ter os recursos financeiros necessários para cumprir o seu mandato de forma ideal. O IGF tem, comprovadamente, poder de convocação e capacidade de explorar e desenvolver abordagens multissetoriais inovadoras para a deliberação de políticas e processos de tomada de decisão. Se for fortalecido, poderá se consolidar como espaço preferencial para o compartilhamento de informações e para uma melhor coordenação entre os processos de governança digital. Sua natureza aberta, abordagem híbrida e estrutura inclusiva respaldam uma ampla participação.

Um IGF fortalecido terá que continuar a lidar com os desafios e as oportunidades das tecnologias emergentes. Pode ser necessário desenvolver e adotar novos métodos de trabalho que possam melhorar efetivamente a coordenação, a visão e o compartilhamento de informações a fim de evitar conflitos com processos existentes ou gerar novos encargos para as partes interessadas participantes e para o Sistema da ONU.

Um Fórum de Governança da Internet fortalecido:

- demanda sustentabilidade de longo prazo através do aumento de recursos financeiros, técnicos e humanos para estabelecer-se como plataforma deliberativa fundamental para a coordenação de debates participativos sobre a governança da Internet e processos de políticas digitais;
- pode dar coesão e promover a participação no contexto de um ecossistema de governança digital distribuído e crescente, assegurando a participação mais inclusiva e diversificada de países, comunidades, grupos e setores sub-representados, em particular do Sul Global; e
- demanda melhores procedimentos para garantir a deliberação inclusiva, transparente e responsável para gerar legitimidade e resultados eficazes.

Também é necessário melhorar o diálogo e a coordenação entre o IGF global e as iniciativas regionais e nacionais para que as discussões e pautas



possam retroalimentar tais processos para estabelecer a sua continuidade, desde a perspectiva local até a global.

Na sua evolução, o potencial do IGF de produzir resultados tangíveis (como recomendações de políticas baseadas em evidências, diretrizes de melhores práticas e projetos-piloto para testar as soluções propostas) com o objetivo de capacitar e informar os formuladores de políticas deve ser otimizado. Isto demanda o compromisso e a participação de todas as partes interessadas.

O Secretariado, o Painel de Liderança e o Grupo Consultivo Multissetorial do IGF, no desempenho das suas respectivas funções, têm um papel fundamental nesse sentido. Os mecanismos de colaboração e troca de informações com outros organismos internacionais e fóruns de governança devem ser aperfeiçoados, bem como o trabalho intersessional do IGF. O fortalecimento dos IGFs nacionais e regionais, como espaços de definição de objetivos e desafios comuns para orientar a pauta do IGF global, contribui para combater a fragmentação da governança.

O IGF é o processo do sistema das Nações Unidas mais capacitado para diminuir a brecha entre a discussão e a ação através do estabelecimento de laços mais estreitos com outras organizações fundamentais para o funcionamento da Internet, assim como com instituições multilaterais, por meio da inovação e experimentação contínuas dentro do marco do IGF.

O IGF deve ser renovado, pelo menos por mais 10 anos, como a principal plataforma global para a ampla participação pública e o diálogo relativos a todas as questões de governança da Internet e políticas digitais. O fortalecimento do IGF permitiria que o sistema da ONU utilizasse o legado e a relevância do modelo e, simultaneamente, evitasse uma maior fragmentação dos debates sobre a governança da Internet e políticas digitais. Além disso, o processo de seleção do país anfitrião deve ser mais transparente e levar em conta os direitos humanos, a inclusão, a acessibilidade e condições equitativas de participação. A participação livre, segura e aberta deve estar disponível a todos, especialmente aos grupos historicamente excluídos.

4.2 PACTO DIGITAL GLOBAL

A fim de estabelecer as bases para um “futuro digital aberto, livre e seguro para todos”, como previsto pelo Pacto Digital Global, o NETmundial+10 reconhece o papel essencial da Internet e das tecnologias digitais para

construir mecanismos de governança inclusivos e participativos, reafirmando a importância da abordagem multissetorial à governança da Internet e aos processos de políticas digitais e incorporá-la no seu núcleo. As recomendações elaboradas pelo NETmundial+10, no sentido de fortalecer a abordagem multissetorial à governança das tecnologias digitais e ao seu desenvolvimento, servem como base para garantir que as políticas e as estruturas sejam transparentes, inclusivas, democráticas e reflitam as perspectivas diversas de todos os setores da sociedade.

A fim de agregar valor e preencher as lacunas das estruturas atuais de governança da Internet e de fóruns de políticas digitais, é fundamental que o GDC evite criar novas estruturas ou processos quando os já existentes possam ser fortalecidos e melhorados para auxiliar o monitoramento da implementação e analisar o progresso do GDC. Por diversas razões, o IGF é o espaço adequado para acompanhar e monitorar a implementação dos compromissos do GDC. Os temas definidos no GDC – e que são os principais focos da governança digital – já são parte da pauta do IGF há muitos anos.

O IGF, com as suas estruturas e mecanismos multissetoriais, deve ser utilizado como espaço para facilitar a implementação, o monitoramento e o acompanhamento do Pacto Digital Global. Deve trabalhar em colaboração com outras agências da ONU, como a UIT (União Internacional de Telecomunicações), o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), a CNUCED (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) através das Linhas de Ação da WSIS, utilizando o Fórum WSIS e tendo a CSTD (Commission on Science and Technology for Development) da ONU como uma plataforma para o engajamento intergovernamental no processo de monitoramento e acompanhamento. O GDC deve evitar minar a relevância do IGF e a abordagem multissetorial à governança da Internet e aos processos de políticas digitais.

Através da sua implementação, orientada para integrar seus resultados com o processo da WSIS e mecanismos de acompanhamento eficazes baseados nos fóruns existentes, o GDC é um instrumento de integração do digital para a aceleração da implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, com base na Agenda de Túnis.

O GDC é uma oportunidade de alinhar as tecnologias digitais com as iniciativas globais que visam a inclusão digital, a cooperação e a colaboração

transnacional entre as diferentes partes interessadas, a consolidação e a aplicação efetiva das atuais obrigações de direitos humanos, inclusive em situações de crise, destacando a centralidade da legislação internacional de direitos humanos como fundamento e ambiente propício para apoiar todos os aspectos da governança da Internet e dos processos de políticas digitais, inclusive através do fortalecimento da colaboração com o ACNU-DH (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos) e outros mecanismos de direitos humanos da ONU.

4.3 REVISÃO WSIS+20

A Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (WSIS) tem sido uma plataforma fundamental para promover a cooperação entre governos, sociedade civil, setor privado, academia e comunidade técnica para tratar coletivamente das oportunidades e dos desafios relativos a questões técnicas e políticas da governança digital. Com a proximidade do marco da WSIS+20, é necessário reafirmar os compromissos e criar estratégias inovadoras para conquistar a inclusão digital e proteger os direitos humanos online para alavancar os ODS. O modelo multissetorial, que reconhece a intrincada interação entre os diversos setores e atores na elaboração das políticas digitais, é fundamental para garantir que a WSIS continue a ser um processo dinâmico, baseado na elaboração de normas globais e mecanismos de cooperação relativos a questões digitais fundamentais, e seja ágil e receptivo à expansão das fronteiras das novas tecnologias. Ao comprometer-se efetivamente com o multissetorialismo, promover a cooperação e debater os possíveis desafios, a evolução das tecnologias e as tendências no cenário digital, a WSIS pode antecipar-se e olhar além do marco dos 20 anos. Considerando esta declaração multissetorial, a Revisão WSIS+20 deverá fortalecer ainda mais a inclusão, a transparência e a prestação de contas da governança da Internet e dos processos de políticas digitais, assim como garantir sua atenção à sustentabilidade ambiental e às tecnologias emergentes que forjam o futuro digital.

4.4 OUTROS PROCESSOS

Solicitamos que a comunidade multissetorial divulgue os resultados do NETmundial+10 nos processos nacionais, regionais, multilaterais e multissetoriais que considere relevantes.





English



NETmundial+10 Multistakeholder Statement

Strengthening Internet governance and digital policy processes

São Paulo, Brazil, April 30th, 2024

Preamble

This is the non-binding outcome of a bottom-up, open, and participatory process involving people from governments, private sector, civil society, technical community, and academia from around the world. It aspires to strengthen Internet governance and digital policy processes.

1. Challenges to Internet governance and digital policy processes

From 2014 to 2024: Setting the scene for the São Paulo Guidelines

Convened in São Paulo, Brazil, in April 2024, stakeholders from academia, civil society, governments and International Organizations, private sector, and technical community, around the world asserted the need for improvements to Internet governance and digital policy processes. The event spelled out how to bring all stakeholders, people, cultures, countries and distinct economies together to solve the common challenges we face. These transcend our divisions and can only be resolved by harnessing the energy of our disagreements, arguments, and hopes to shape a better future for all.

The rapid digital transformation, continuous innovation and spread of multiple Internet-based technologies and applications, including the role of new digital and disruptive technologies such as Artificial Intelligence, present us with opportunities and challenges, impacting economic,

political and civic spheres. These need to be addressed in the governance of the Internet and digital policy processes.

These technologies open up great opportunities for accelerating human, social, and economic development and tackling inequalities, building more inclusive societies. At the same time, if not properly managed in accordance with international law and international human rights law, they could also bring uncertainties, insecurities, and power asymmetries among and within countries, economies and stakeholders, deepening divides, affecting the civic space and resulting in environmental impacts. No stakeholder can handle these challenges alone.

Internet governance and digital policy processes, more than ever, require unprecedented coordination and cooperation among stakeholders to effectively unlock the benefits of this massive transformation for everyone, everywhere – and to collaboratively prevent and remediate abuses online.

As highlighted in landmark discussions such as the Tunis Agenda and the 2014 NETmundial “Internet governance process principles”, Internet governance and digital policy processes should fully involve academia, civil society, government and international organizations, private sector, technical community and end users. The named parties are also acknowledged as stakeholders, for the purpose of previous and ongoing discussions.

To strengthen multistakeholder spaces for participation, it is necessary to improve mechanisms for building consensus and producing guidelines and recommendations in such a way that communities’ voices have an impact on multilateral and other decision-making processes, so that effective solutions to the challenges we face can be found and implemented.

The 2014 NETmundial meeting was groundbreaking, marking a significant milestone in the evolution of Internet governance. As we approach the 20th anniversary of the World Summit on the Information Society and the Tunis Agenda, and a decade after NETmundial, it is high time to address the lingering unresolved issue: how to help all actors to contribute to a multistakeholder process to create the networked global governance architecture that is people-centered, sustainable and development-oriented, as the networked society demands.

In this context, NETmundial+10 had the focus of bolstering Internet governance architecture, bringing together relevant stakeholders to

deliver concrete, non-binding recommendations on how to strengthen the multistakeholder approach as the basis for consensus-building and democratic governance, including in existing multilateral and other relevant decisional fora.

NETmundial+10 reaffirms the 2014 NETmundial principles to guide Internet governance and digital policy processes, proposes procedures to implement them effectively, and deliver messages to shape intergovernmental, national and regional dialogues and decisions on the future of Internet governance and digital policy processes. NETmundial+10 reaffirms the need to build an effective and functioning multistakeholder governance architecture that facilitates an informed, participatory and transparent engagement between sectors, in a multistakeholder model. This is the best way to contribute to the construction of a digital future that respects human rights and fundamental freedoms and fosters progress toward the attainment of Sustainable Development Goals (SDGs) and the development of inclusive societies that promote peace, prosperity and environmental sustainability for all.

To help address these challenges, NETmundial+10:

- Reaffirms the NETmundial 2014 statement which states that the Internet is a global resource that should be managed in the public interest, in accordance with international law and international human rights law;
- Recognizes the relevance of transparency and accountability for improved Internet governance and digital policy processes;
- Reasserts the continued relevance of the 10 principles for Internet governance processes adopted in 2014, recommending their applicability to address existing and emerging digital policy challenges;
- Offers operational guidelines to help the implementation of these principles in a diversity of situations;
- Provides input into various ongoing processes regarding the evolution of the governance architecture for digital policy; and
- Recommends that the principles and guidelines set out in this document be implemented by all stakeholders at all levels.

This document represents the outcome of a collaborative, open, and inclusive process, shaped by 154 written, online contributions from representatives of governments, the private sector, civil society, and the technical and academic communities gathered through an open consultation held between March and April 2024. The consultation was structured around three main topics: Principles for Digital Governance Processes, Guidelines for the Implementation of Multistakeholder Mechanisms, and Contributions to Ongoing Governance Processes.

Based on the undertaken consultation, valuable inputs were also gathered from more than 700 participants attending both in person and online on the two days of the event.



2. Principles for Internet Governance and Digital Policy Processes

2.1 THE NETMUNDIAL 2014 PROCESS PRINCIPLES HAVE STOOD THE TEST OF TIME

NETmundial 2014 Internet Governance Process Principles

<https://netmundial.br/2014/netmundial-multistakeholder-statement/>

- Multistakeholder
- Open, participative, consensus driven
- Transparent
- Accountable
- Inclusive and equitable
- Distributed
- Collaborative
- Enabling meaningful participation
- Access and low barriers
- Agility

The 2014 NETmundial meeting adopted a broad set of substantive principles to guide Internet governance. It also adopted a focused set of ten Principles for Internet Governance Processes (the Process Principles), which are a key focus of this NETmundial+10 meeting. These Process Principles are statements of how the Internet Governance system should work, across the broad scope of technologies and public policy matters related to the Internet. They continue to define how to maintain an open and interoperable Internet, which is a core responsibility and central value of Internet governance and digital policy processes.

Even with the rapid technical, social, and economic transformations that have taken place since then, these Process Principles remain relevant and valid in addressing today's Internet governance and digital policy challenges and represent a distinct and important reference for all stakeholders in how the Internet governance and digital policy processes should be shaped. As they have not yet been fully implemented, there is a need for collaborative efforts toward their full application, opening more and better opportunities for all stakeholders to meaningfully participate, especially in multilateral digital policy mechanisms.

The 2014 NETmundial process principles should be the basis of any future evolution in Internet governance and digital policy processes, and it is vital for all stakeholders to fully implement them, as a shared vision of this community.

2.2 THE “MULTISTAKEHOLDER” PROCESS PRINCIPLE NEEDS TO BE FULLY IMPLEMENTED BY ALL STAKEHOLDERS

The 2014 Process Principle regarding multistakeholderism reads as:

Multistakeholder: Internet governance should be built on democratic, multistakeholder processes, ensuring the meaningful and accountable participation of all stakeholders, including governments, the private sector, civil society, the technical community, the academic community and users. The respective roles and responsibilities of stakeholders should be interpreted in a flexible manner with reference to the issue under discussion.

Each stakeholder has different roles and responsibilities, depending on the issues and stages of specific processes. The distribution of roles and responsibilities between stakeholders is an ongoing (and contentious) subject of debate.

There are persisting concerns that too many governance processes are failing to properly apply the multistakeholder Process Principle. This is especially due to the lack of inclusive and meaningful participation of all relevant stakeholders. Including all relevant stakeholders in the decision-making process, on a genuinely equal footing, can indeed be a critical factor to avoid failure.

Multistakeholder approaches to Internet governance and digital policy processes work best when they are inclusive and when stakeholders can identify their own interest in an issue and participate in processes to address it. They succeed when there is a mindset of openness to new ideas and a willingness – by all stakeholders involved – to understand others’ points of view and make compromises to find a consensus.

To gain the most positive benefits from Internet governance and digital policy processes, the roles and responsibilities of stakeholders must be interpreted flexibly and openly. Sectors, organizations and individuals must not be shut out of a given process due to an outdated categorization that was suggested in the past.

That said, a vital component of protecting and improving such processes is to make sure they incorporate the relevant forms of expertise and experience that are required at different stages of discussing a particular issue. Capacity building is essential to improve stakeholders' understanding and ability to participate on an equal footing. This also implies a realistic analysis of (and response to) the power asymmetries between and within stakeholders in a discussion.

2.3 COORDINATION OF GOVERNANCE SPACES IS ESSENTIAL

Numerous initiatives and processes have emerged to address the broad diversity of issues raised by the digital transformation. Sometimes, multiple processes address the same issues in parallel. This has both positive and negative impacts.

Distributed initiatives on a particular issue can help cover the diversity of approaches and perspectives. At the same time, there is a risk that separate discussions on a specific issue may create incompatible and even conflicting outcomes. There are also difficulties posed for stakeholders to follow simultaneous and duplicative processes, especially for stakeholders from the Global South.

It is important to avoid fragmentation and duplication of fora, to make sure that Internet governance and digital policy processes can be effective. Instead, better coordination between processes dealing with overlapping issues is strongly needed.

The Internet Governance Forum can deliver on this need, by strengthening its coordination and information-sharing roles. It should also serve as a venue for follow up of multilateral digital policy agreements (see Section 4), given its broad mandate. The IGF's open nature, hybrid approach, intersessional processes, connections with local, national and regional initiatives, and inclusive design make it suitable for these responsibilities.

To deliver on expectations for coordination and information-sharing, new working methods may need to be developed, and new financial and human resources would be essential. These could be designed to deliver genuinely improved coordination and information sharing, and also to generate improved outcome deliberation and insight. They could also drive stronger connections between governance processes and the implementation of outcomes that would strengthen the overall effectiveness of Internet governance and digital policy processes.



Any such working methods should strive to avoid conflicts with or duplication of existing processes or creating new burdens, and ensure bottom-up participation on a genuinely equal footing, along with transparency and accountability in such processes.

Effective improvements in coordination will benefit all stakeholders and the ability of Internet governance and digital policy processes to deal with the issues they are addressing.

3. Applying the multistakeholder approach and improving multilateral processes

3.1 IMPROVING PARTICIPATION IN MULTILATERAL PROCESSES

Multilateral processes need to become more inclusive to ensure the meaningful participation of all stakeholders, especially from the Global South. Incorporating diverse voices and multiple worldviews by involving broader stakeholder input can enhance multilateral processes. Better decisions can be achieved and better delivery of outcomes assured through inclusive processes for adequate deliberation and consensus-building, based on the guidelines and process steps described below.

To achieve these gains, all stakeholders should be empowered to contribute in a meaningful way to all stages of a process tackling issues of concern. The appointment of advisory/expert roles and/or platforms adequately resourced should be encouraged, to effectively facilitate and analyze diverse contributions from the agenda-setting phase, during deliberations, and on draft resolutions and texts, following agreed guidelines and timeframes and incorporating ethical and public interest considerations. Similarly, significant investments in capacity-building and education to strengthen each step of the process are vital to achieve effective contributions. It is important that such investments account for the relative power differences between and within different stakeholders and stakeholder groups.

In the spirit of the multistakeholder principles, multilateral processes should evolve. They must share the scope of their work and publish a commitment regarding transparency of the process, including but not limited to a timeline highlighting critical opportunities for participation. As part

of that commitment, a regular schedule to inform about their progress – or lack thereof – must be made available, including public access to specific outputs. Documentation of how contributions were made, evaluated and incorporated into the process is as important as the documentation related to dissenting and divergent views. Such mechanisms must follow accessibility standards and provide effective alternatives to facilitate participation in languages other than English.

Robust accountability mechanisms should be part of all multilateral processes, so that there are clear steps and deadlines for the implementation of recommendations. Concrete mechanisms for reflection about the impact of their decisions and the status of implementation of their recommendations are key for continuity. Efforts to accurately document each multilateral process should be made, including concrete steps to identify linkages with other similar processes.

It is, therefore, essential to foster a safe, trustworthy and fair environment where imbalances between participants are addressed, and civil society, the private sector, academia and the technical community are able to meaningfully participate in multilateral processes. Governments have a key responsibility to guarantee the conditions for securing diversity and achieving robust multilateral processes.

3.2 GUIDELINES FOR MULTISTAKEHOLDER CONSENSUS-BUILDING AND DECISION-MAKING (SÃO PAULO MULTISTAKEHOLDER GUIDELINES)

We offer and call upon the worldwide community to adopt and use a set of guidelines and related process steps (“São Paulo Multistakeholder Guidelines”) in Internet governance and digital policy processes, that are distilled from existing foundational documents as well as from current good practice and experience. While no one size fits all, they shall help sub-national, national, regional, and global communities to build trust, and to establish and implement multistakeholder collaboration processes and mechanisms, as well as to assess processes and mechanisms that are presented as being multistakeholder, but are so only by their name. As discussed under Section 3.1, they shall also serve as inspiration for evolving and improving multilateral processes.

The following guidelines are a complement to and operationalize the 2014 NETmundial Internet Governance Process Principles. Due to the ever-evolving nature of multistakeholder collaboration, these guidelines cannot be cast in stone and have to be considered as a living document.

They need to keep on evolving, both in their practical implementation as in their concrete wording.

We therefore recommend that the IGF is best suited to act as depositary, i.e. caretaker, of this first set of guidelines, and we look forward to the IGF considering its implementation in its own processes and its further discussion and evolution. Such future discussions may cover, inter alia, the prioritization and/or clustering of the guidelines, the development of metrics for the measurement of their application, systems for assessing and holding accountable multilateral and multistakeholder processes, and/or developing further illustrative guidance on their application, such as toolkits, visuals and flow-charts.

Guidelines and process steps (“Guidelines”) for multistakeholder collaboration, consensus-building and decision-making

GUIDELINES

1. Multistakeholder processes should be mindful of power asymmetries between diverse stakeholders, and empower stakeholders by providing them with the necessary information, resources, and skills to participate effectively, meaningfully and sustainably. Transparency measures should aim for making policy processes known, accessible, comprehensible and actionable.
2. Multistakeholder processes should involve informed and deliberative discussion among stakeholders. Meaningful dialogue is a conflict-preventing mechanism throughout all steps of the process.
3. Multistakeholder processes should strive to treat all stakeholders fairly and equitably, considering their respective needs, capacities, realities, and vulnerabilities. Stakeholders should participate on equal footing, treat one another with mutual respect, recognizing the value of diverse viewpoints and contributions and the different nature of their roles and responsibilities in an issue-specific manner.
4. Multistakeholder processes should be governed by the rule of law and respect to international human rights principles, including economic, social, cultural, civic and political rights.
5. Multistakeholder processes should respect and value the linguistic diversity of participants, and be accessible to all stakeholders, regardless of their background, status, or level of expertise.

6. All stakeholders should share responsibility and uphold accountability and transparency in their respective roles for the outcomes of the multistakeholder process, with legal and political accountability for protection of human rights remaining the primary responsibility of governments, also recognizing the private sector's responsibility to respect human rights in line with the UN Guiding Principles on Business and Human Rights.
7. Internet governance and digital policy processes should be agile and adaptable to changing circumstances, evolving technologies, emerging issues, and changing geopolitical dynamics.
8. Mechanisms for resolving conflicts among stakeholders within collaborative multistakeholder processes should be in place to enable decision-making.
9. A global multistakeholder approach to Internet governance and digital policy processes should recognize the need for collaborative action across national borders and stakeholder groups, while duly considering and leveraging local and regional perspectives.
10. Decisions should consider the long-term implications and sustainability of outcomes for human rights, and inclusive and sustainable development, as per the Tunis agenda.
11. Capacity-development efforts that enhance the understanding and skills of stakeholders, particularly those from developing countries and underrepresented communities, should be in place throughout all steps of a multistakeholder process.
12. Cooperation and dialogue should actively be sought with other governance fora and processes, in order to avoid duplication of efforts and to share outcomes, best practices and lessons learned.
13. Collaboration processes should be oriented towards practical, actionable outcomes that lead to tangible results and positive changes for Internet governance and digital policy processes.

Process steps oriented guidelines

RECOMMENDED PROCESS STEPS FOR AN OPEN AND INCLUSIVE MULTISTAKEHOLDER PROCESS:

1. **Scope the issue/s:** define the issue or set of issues to be considered by the multistakeholder collaboration process, considering, as much as possible, all affected perspectives.
2. **Identify stakeholders:** Identify all relevant stakeholders as inclusively and flexibly as feasible, including individuals, groups, organizations, and communities affected by the decision or collaboration.
3. **Engage stakeholders:** Actively engage all interested stakeholders throughout the process consistently and in a sustained fashion, through methods such as public consultations, surveys, workshops, and fora to gather input and feedback.
4. **Share information:** Provide clear and full information about the process, objectives, and outcomes to ensure transparency and understanding among stakeholders, making full use of accessible digital records including related process documentation.
5. **Ensure equitable participation:** Ensure equitable participation of all relevant diverse perspectives and interests, including marginalized or underrepresented groups.
6. **Facilitate dialogue:** Facilitate open dialogue, collaboration and deliberation among and between relevant stakeholders, encouraging respectful communication and consensus-building.
7. **Prepare draft outcomes:** develop draft outcomes for consultation on the basis of dialogues between relevant stakeholders, and consult the wider community of all interested stakeholders over results.
8. **Factor in feedback from wider community:** adapt the draft outcomes taking into account the inputs stemming from the consultation, transparently reporting on how inputs were considered, and the corresponding reasons.
9. **Open decision-making:** use collaborative decision-making processes that involve all the relevant stakeholders in identifying solutions, exploring trade-offs, and reaching agreements.

10. **Community powers:** submit final outcomes to the consideration of the wider community, providing for mechanisms empowering the wider community to react to outcomes that are inconsistent with the wider community interests.
11. **Implementation and accountability in decision-making:** Establish mechanisms for implementing decisions and holding stakeholders accountable for their commitments.
12. **Monitor and adapt:** Monitor progress, evaluate outcomes, and be willing to adapt the process based on feedback and changing circumstances.

4. Input to ongoing processes

As stated in Sections 2.3 and 3.2, several processes are currently under way in the UN context regarding Internet governance and digital policy processes, in particular but not limited to the negotiations around the Global Digital Compact (GDC) in the framework of the Summit of the Future with its Pact for the Future, and the WSIS+20 Review. They include recommendations and potential pathways for the further consolidation of an open, global, interoperable, secure and free Internet and a broader digital policy ecosystem that contributes to the achievement of the Sustainable Development Goals (SDGs).

As a unique gathering that seeks to articulate a concrete pathway for strengthening and improving multistakeholderism in Internet governance and digital policy processes, NETmundial+10, as a self-standing event, presents specific messages to these processes oriented to strengthen existing ones, optimize allocation of resources, and ensure synergies, coordination and complementarity. In addition, there are numerous multilateral, regional, national, and non-governmental processes that have inspired and would benefit from application of the principles and guidelines set out in this document.

4.1 INTERNET GOVERNANCE FORUM (IGF)

The Internet Governance Forum consists of its annual event, intersessional work in the form of dynamic coalitions, best practice forums and policy networks, parliamentary and judiciary tracks, national and regional IGFs, and youth initiatives at all levels. It brings together a variety of stakeholder groups from different parts of the world.

The IGF has been an effective space for Internet governance and digital public policy debates and cooperation, in spite of lacking the required financial resources to meet its mandate optimally. The IGF has the proven convening power and capacity to further explore and evolve innovative multistakeholder approaches to policy deliberation and decision-making processes. If strengthened, it could be consolidated as the preferred space for information sharing and improved coordination among digital governance processes. Its open nature, hybrid approach and inclusive design facilitates widespread participation support.

A strengthened IGF needs to continue addressing challenges and opportunities of emerging technologies, and may need to develop and adopt new working methods that can deliver genuinely improved coordination, insight and information sharing while avoiding conflicts with existing processes or creating new burdens to participating stakeholders and the UN system.

A strengthened Internet Governance Forum:

- requires long term sustainability through increased financial, technical and human resources to be consolidated as a pivotal deliberative platform for coordinating participative debates on Internet governance and digital policy processes;
- can provide cohesion and facilitate participation in the context of a distributed and growing digital governance ecosystem, ensuring more inclusive and diverse participation of under-represented countries, communities, groups and sectors, in particular from the Global South; and
- requires improved procedures to guarantee inclusive, transparent and accountable deliberation, to generate both legitimacy and effective outcomes.

- An improvement on the dialogue and coordination between global, regional and national IGFs is also needed, in a way that the discussions and agendas can feed back such processes, aiming at establishing a continuity between them, from a local to a global perspective.

In its evolution, the potential of the IGF to deliver tangible outcomes (such as evidence-based policy recommendations, best practice guidelines and pilot projects to test proposed solutions) in order to build capacity and inform policymakers should be optimized. This will require the commitment and participation of all stakeholders.

The IGF Secretariat, the IGF Leadership Panel and the Multistakeholder Advisory Group, in the performance of their respective functions, have a key role to play in that regard. Mechanisms for collaboration and information exchange with other international bodies and governance fora should be enhanced, as well as IGF's intersessional work. The strengthening of national and regional IGFs, as spaces for the definition of common goals and challenges to inform the global IGF agenda, contributes to tackle governance fragmentation.

The IGF is the process in the UN system that is best positioned to address the gap between discussion and action by building closer ties with other organizations that are central to the functioning of the Internet, but also with multilateral institutions, through ongoing innovation and experimentation within the IGF framework.

The IGF should be renewed at least for 10 years as the foremost global platform for broad-based public participation and dialogue in all Internet governance and related digital policy matters. Through strengthening the IGF we would allow for the UN system to leverage on the legacy and relevance of the model while avoiding further fragmentation of Internet governance and digital policy discussions. The process for selecting the host country should be further transparent and take into account human rights, inclusivity, accessibility, and equitable conditions for attendance. Free, safe and open participation should be available to all, especially historically excluded groups.

4.2. GLOBAL DIGITAL COMPACT

In order to set the grounds for an “open, free and secure digital future for all”, as envisaged by the Global Digital Compact, NETmundial+10 recognizes the essential role of the Internet and digital technologies to build

inclusive and participatory governance mechanisms, reaffirming the importance of a multistakeholder approach to Internet governance and digital policy processes and embedding it in its core. The recommendations emerging from NETmundial+10 towards strengthening the multistakeholder approach to the governance of digital technologies and development are a basis to ensure that policies and frameworks are transparent, inclusive, democratic, and reflect the diverse perspectives of all sections of society.

In the perspective of adding value and filling the gaps in the current structures in Internet governance and digital policy fora, it is key that the GDC should avoid creating new structures or processes where existing ones could be strengthened and improved to support in monitoring the implementation and reviewing progress of the GDC. For many reasons the IGF is the appropriate venue to follow up and monitor implementation of the GDC's commitments. The topics set out in the GDC, and driving so much of the focus on digital governance, are already on the IGF agenda and have been for many years.

The IGF with its multistakeholder structures and mechanisms should be used as a space to facilitate implementation, monitoring and follow up of the Global Digital Compact, working in collaboration with other UN agencies such as the ITU, UNDP, UNCTAD, UNESCO and UNICEF, through the WSIS Action Lines, making use of the WSIS Forum and with the UN CSTD providing a platform for intergovernmental engagement in the monitoring and follow up process. The GDC should avoid eroding the relevance of the IGF and the multistakeholder approach in Internet governance and digital policy processes.

Through its implementation oriented to integrate its outcomes with the WSIS process and effective follow up mechanisms building on existing fora, the GDC is an instrument to integrate digital into the acceleration of implementation of the Sustainable Development Goals, building upon the Tunis Agenda.

The GDC is an opportunity to put digital technologies on track for global efforts that pursue digital inclusion, cross-border cooperation and collaboration among the different stakeholders, the consolidation and effective application of existing human rights obligations, including in crisis conditions, underscoring the centrality of the international human rights law as both a foundation for and an enabling environment to support all aspects of Internet governance and digital policy processes, including through strengthened collaboration with the OHCHR and other UN human rights mechanisms.

4.3 WSIS+20 REVIEW

The World Summit on the Information Society (WSIS) has served as a pivotal platform for fostering cooperation among governments, civil society, private sector, academia and technical community to collectively address the opportunities and challenges brought about by the digital age for technical and public policy issues in digital governance. As the WSIS+20 milestone approaches, a renewed commitment and innovative strategies for achieving digital inclusion and protecting human rights online is needed for leveraging the SDGs. The multistakeholder model, which recognizes the intricate interplay of various sectors and actors to shape digital policy, is fundamental in ensuring that WSIS remains a dynamic process based on the development of global standards and cooperation mechanisms around key digital issues, agile and responsive to the expanding frontiers of new technologies. By building on a strong commitment to multistakeholderism, fostering cooperation and discussing the potential challenges, evolving technologies and trends within the digital landscape, WSIS can prepare for and look beyond the 20-year milestone. Taking this multistakeholder statement into account, the WSIS+20 Review should further enhance the inclusivity, transparency and accountability of the Internet governance and digital policy processes and ensure its attention for environmental sustainability and emerging technologies shaping the digital future.

4.4 OTHER PROCESSES

We call on the multistakeholder community to promote the outcomes of the NETmundial+10 event with respect to any national, regional, multi-lateral and multistakeholder processes it deems relevant.





Español



Declaración multisectorial de la NETmundial+10

Fortalecer la gobernanza de Internet y los procesos de políticas digitales

São Paulo, Brasil, 30 de abril de 2024

Preámbulo

Este es el resultado no vinculante de un proceso de abajo hacia arriba, abierto y participativo que involucra a personas de gobiernos, del sector privado, de la sociedad civil, de la comunidad técnica y del medio académico de distintas partes del mundo. Aspira a fortalecer la gobernanza de Internet y los procesos de políticas digitales.

1. Desafíos de los procesos de gobernanza de Internet y políticas digitales

De 2014 a 2024: Contexto de las Directrices de São Paulo

Reunidos en São Paulo, Brasil, en abril de 2024, las partes interesadas de los sectores académico, sociedad civil, gobiernos y Organizaciones Internacionales, sector privado y comunidad técnica de distintas partes del mundo reafirmaron su necesidad de introducir mejoras en los procesos de gobernanza de Internet y de políticas digitales. El evento demostró que se puede reunir a todas las partes interesadas, personas, culturas, países y economías distintas con el fin de resolver desafíos en común. Dichos desafíos trascienden nuestras divisiones y solo pueden resolverse encauzando la energía puesta en nuestras diferencias, altercados y esperanzas en la búsqueda de un futuro mejor para todos.

La rápida transformación digital, la continua innovación y la expansión de múltiples tecnologías y aplicaciones de Internet, incluyendo el rol de

las nuevas y disruptivas tecnologías digitales tales como la Inteligencia Artificial, nos exponen a oportunidades y desafíos y repercuten en las esferas económica, política y cívica. Esto, en conjunto, debe ser tratado en el ámbito de la gobernanza de Internet y de los procesos de políticas digitales.

Estas tecnologías abren grandes oportunidades para acelerar el desarrollo humano, social y económico y para hacer frente a desigualdades, creando sociedades más inclusivas. Al mismo tiempo, si no se las gestiona correctamente y conforme al derecho internacional y a la normativa internacional de derechos humanos, también podrían generar incertidumbres, inseguridades y asimetrías de poder entre países, economías y partes interesadas, y ahondar las divisiones, afectando el espacio cívico y dando lugar a impactos ambientales. Ningún sector interesado puede enfrentar esos desafíos por sí solo.

Más que nunca, los procesos de la gobernanza de Internet y de políticas digitales requieren de la coordinación y cooperación sin precedentes entre sectores interesados para desplegar de forma efectiva los beneficios de esta enorme transformación para todas las personas y lugares, y prevenir y remediar los abusos en línea de forma colaborativa.

Tal como se destacó en históricas deliberaciones como la Agenda de Túnez y los “Principios de procesos de gobernanza de Internet” de la NETmundial de 2014, los procesos de la gobernanza de Internet y de políticas digitales deberían involucrar en su totalidad al medio académico, sociedad civil, gobiernos y organizaciones internacionales, sector privado, comunidad técnica y usuarios finales. Se considera a estos grupos “partes interesadas”, a efectos de deliberaciones previas y en curso.

Para fortalecer los espacios de participación multisectorial es necesario mejorar los mecanismos de construcción de consenso y de elaboración de directrices y recomendaciones de manera que las voces de las comunidades influyan en los procesos multilaterales y en otros procesos de toma de decisión a fin de encontrar e implementar soluciones efectivas para los desafíos que enfrentamos.

La reunión de NETmundial de 2014 fue pionera e innovadora y marcó un hito significativo en la evolución de la gobernanza de Internet. A medida que nos acercamos al 20º aniversario de la Cumbre Mundial sobre la Sociedad de la Información (World Summit on the Information Society - WSIS) y a la Agenda de Túnez, y una década después de NETmundial, es hora de abordar la

cuestión tan postergada y aún pendiente de resolución relativa a cómo ayudar a todos los actores a contribuir a un proceso multisectorial para forjar una arquitectura global de gobernanza de Internet en red que esté centrada en la gente, la sustentabilidad y el desarrollo, tal como lo exige la sociedad en red.

En este contexto, NETmundial+10 se centró en reforzar la arquitectura de gobernanza de Internet, reuniendo a los sectores interesados pertinentes para formular recomendaciones concretas y no vinculantes sobre cómo fortalecer el abordaje multisectorial como base para generar consenso y gobernanza democrática, inclusive en los foros multilaterales existentes y en otros foros relevantes de toma de decisiones.

NETmundial+10 reafirma los principios de NETmundial de 2014 para guiar los procesos de la gobernanza de Internet y de políticas digitales, y propone procedimientos para implementarlos de forma efectiva. Además, brinda informaciones que pueden enriquecer los diálogos intergubernamentales, nacionales y regionales, y las decisiones sobre el futuro de la gobernanza de Internet y de los procesos de políticas digitales. NETmundial+10 reafirma la necesidad de crear una arquitectura de gobernanza multisectorial efectiva y funcional, que facilite un compromiso informado, participativo y transparente entre las partes interesadas, en un modelo multisectorial. Esta es la mejor forma de contribuir a la construcción de un futuro digital que respete los derechos humanos y las libertades fundamentales y que fomente el progreso hacia la consecución de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) y el desarrollo de sociedades inclusivas que promuevan la paz, la prosperidad y la sustentabilidad ambiental para todos.

Para ayudar a afrontar estos desafíos, NETmundial+10:

- Reafirma la declaración de NETmundial de 2014 que afirma que la Internet es un recurso global que debería ser gestionado en aras del interés público, de conformidad con el derecho internacional y las normas internacionales de derechos humanos;
- Reconoce la importancia de la transparencia y de la rendición de cuentas para mejorar los procesos de la gobernanza de Internet y de políticas digitales;
- Reafirma la continua relevancia de los 10 principios adoptados en 2014 para los procesos de gobernanza de Internet, y recomienda su aplicación en el tratamiento de los desafíos de las políticas digitales existentes y emergentes;

- Ofrece directivas operativas para la implementación de estos principios en una diversidad de situaciones;
- Realiza contribuciones para diferentes procesos en curso relativos a la evolución de la arquitectura de gobernanza para políticas digitales, y
- Recomienda que los principios y directrices establecidos en este documento sean aplicados por todas las partes interesadas en todos los niveles.

El presente documento es el resultado de un proceso colaborativo, abierto e inclusivo, conformado por 154 contribuciones escritas y en línea de representantes de gobiernos, el sector privado, la sociedad civil y las comunidades técnicas y académicas, recabadas en una consulta abierta realizada entre marzo y abril de 2024. La consulta se estructuró en torno a tres temas principales: Principios para Procesos de Gobernanza Digital, Pautas para la Implementación de Mecanismos Multisectoriales y Contribuciones para Procesos de Gobernanza en Curso.

Sobre la base de la consulta realizada, también se recabaron valiosas contribuciones de más de 700 participantes que asistieron tanto de forma presencial como remota durante los dos días del evento.



2. Principios para procesos de Gobernanza de Internet y de Políticas Digitales

2.1 LOS PRINCIPIOS DE NETMUNDIAL SOBRE PROCESOS HAN SUPERADO LA PRUEBA DEL TIEMPO

Principios sobre el Proceso de Gobernanza de Internet de NETmundial 2014

https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/4/Documento_NETmundial_pt.pdf

- Multisectorial
- Abierto, participativo y basado en el consenso
- Transparente
- Responsable
- Inclusivo y equitativo
- Compartido
- Distribuido
- Habilitador de la participación significativa
- Acceso y barreras mínimas
- Ágil

La reunión de NETmundial de 2014 adoptó un amplio conjunto de principios fundamentales para guiar la gobernanza de Internet. También se adoptó un conjunto específico de diez Principios para Procesos de Gobernanza (los Principios sobre Procesos), que constituyeron el foco principal de esta NETmundial+10. Estos Principios sobre Procesos describen cómo debería funcionar el sistema de Gobernanza de Internet en el amplio espectro de tecnologías y asuntos de políticas públicas relacionadas con Internet. También definen cómo se debe mantener una Internet abierta e interoperable, que es una responsabilidad fundamental y valor central de la gobernanza de Internet y de los procesos de políticas digitales.

Aun con las rápidas transformaciones técnicas, sociales y económicas que han tenido lugar desde entonces, estos Principios sobre Procesos permanecen vigentes y válidos para afrontar los actuales desafíos de gobernanza de Internet y políticas digitales. Además, representan un referente único e importante para todas las partes interesadas sobre cómo se deben configurar los procesos de la gobernanza de Internet y de políticas digitales. Dado que aún no han sido implementados plenamente, se requieren

esfuerzos colaborativos para su total aplicación, abriendo más y mejores oportunidades para que todas las partes participen de manera significativa, especialmente en mecanismos multilaterales de políticas digitales.

Los principios sobre procesos de NETmundial 2014 deben constituir la base para cualquier futura evolución de los procesos de la gobernanza de Internet y de políticas digitales, y es crucial que todas las partes interesadas los apliquen plenamente, como una visión compartida de esta comunidad.

2.2 EL PRINCIPIO DEL PROCESO “MULTISECTORIAL” DEBE SER IMPLEMENTADO ÍNTEGRAMENTE POR TODAS LAS PARTES

El texto del Principio sobre Procesos de 2014 relativo al multisectorialismo expresa lo siguiente:

Multisectorial: La gobernanza de Internet debe basarse en procesos multisectoriales democráticos, garantizando la participación significativa y responsable de todas las partes, entre ellas, los gobiernos, el sector privado, la sociedad civil, la comunidad técnica, la comunidad académica y los usuarios. Los respectivos roles y responsabilidades de las partes interesadas deben interpretarse de forma flexible según el tema que se esté tratando.

Cada parte interesada tiene roles y responsabilidades diferentes, según los temas y etapas de procesos en cuestión. La distribución de roles y responsabilidades entre las partes es tema de debate continuo (y polémico).

Persiste la preocupación por el hecho de que tantos procesos de gobernanza no logren aplicar correctamente el Principio sobre Procesos multisectoriales. Esto se debe especialmente a la ausencia de una participación inclusiva y significativa de todas las partes interesadas pertinentes. Incluir a todas ellas en el proceso de toma de decisiones, en igualdad de condiciones, puede ser un factor crítico para evitar el fracaso.

Los enfoques multisectoriales de los procesos de la gobernanza de Internet y de políticas digitales funcionan mejor cuando son inclusivos y cuando las partes interesadas identifican su propio interés en un tema y participan en los procesos para resolverlo. Arrojan resultados positivos cuando todas las partes involucradas actúan con mentalidad de apertura a nuevas ideas y cuando se muestran dispuestas a entender los puntos de vista de los demás y a hacer concesiones para lograr el consenso.

Para obtener los beneficios más positivos de los procesos de la gobernanza de Internet y de políticas digitales, los roles y responsabilidades de las partes interesadas deben interpretarse de forma flexible y abierta. Sectores, organizaciones e individuos no deben quedar excluidos de un proceso específico como consecuencia de una categorización desactualizada sugerida en el pasado.

Dicho esto, un aspecto vital de la protección y mejora de estos procesos es asegurarse de que incorporen las formas pertinentes de conocimientos y experiencia requeridas en las diferentes instancias de las deliberaciones de un asunto específico. El desarrollo de capacidades es esencial para que las partes interesadas mejoren la comprensión e incrementen sus posibilidades de participación más equitativa. Esto también requiere un análisis realista de las asimetrías de poder (y una respuesta a las mismas) entre las partes interesadas y dentro de ellas, en el marco de una discusión.

2.3 LA COORDINACIÓN EN LOS ESPACIOS DE GOBERNANZA ES ESENCIAL

Han surgido numerosas iniciativas y procesos para abordar la amplia diversidad de temas relativos a la transformación digital. En ocasiones, varios procesos abordan las mismas cuestiones en forma paralela. Esto tiene repercusiones tanto positivas como negativas.

La descentralización en las iniciativas sobre un tema determinado permite contar con abordajes y perspectivas variados. Al mismo tiempo, existe el riesgo de que las deliberaciones por separado sobre un tema específico den lugar a resultados incompatibles e, incluso, contradictorios. Además, para las partes interesadas, en especial para las del Sur Global, resulta difícil acompañar procesos simultáneos y duplicados.

Es importante evitar la fragmentación y la duplicación de foros, para asegurar la eficacia de los procesos de gobernanza de Internet y de políticas digitales. Por el contrario, es fundamental que haya una mejor coordinación entre los procesos que traten temas que se solapan.

El Foro de Gobernanza de Internet (FGI) puede responder a esta necesidad fortaleciendo sus funciones de coordinación e intercambio de información. También debería servir como un espacio de seguimiento de acuerdos multilaterales de políticas digitales (ver Sección 4), dado su amplio mandato. La naturaleza abierta, su enfoque híbrido, sus procesos entre sesiones, sus conexiones con iniciativas locales, nacionales y regionales y su diseño inclusivo hacen del FGI un espacio idóneo para estas responsabilidades.



Para responder a las expectativas de coordinación e intercambio de informaciones, se deben diseñar nuevos métodos de trabajo y obtener nuevos recursos financieros y humanos. Estos podrían diseñarse para mejorar la coordinación y el intercambio de información, y también para generar mejores deliberaciones y conocimientos de los resultados. También podrían fortalecer los vínculos entre procesos de gobernanza e implementación de resultados, lo que reforzaría la eficacia de los procesos de la gobernanza de Internet y de políticas digitales en general.

Cualquiera de esos métodos de trabajo debería esforzarse por evitar conflictos con los procesos existentes o duplicarlos, o evitar crear nuevas cargas, y garantizar una participación de abajo hacia arriba en condiciones de auténtica igualdad, junto con la transparencia y rendición de cuentas.

Las mejoras efectivas en la coordinación beneficiarán a todas las partes y a la capacidad de los procesos de gobernanza de Internet y de políticas digitales en el abordaje de los temas que tratan.

3. Aplicar el abordaje multisectorial y mejorar los procesos multilaterales

3.1 MEJORAR LA PARTICIPACIÓN EN LOS PROCESOS MULTILATERALES

Los procesos multilaterales deben tornarse más inclusivos para garantizar la participación significativa de todas las partes interesadas, en especial las del Sur Global. La incorporación de diversas voces y múltiples visiones del mundo mediante la participación de la mayor cantidad de partes interesadas puede mejorar los procesos multilaterales. Se pueden tomar mejores decisiones y producir mejores resultados a través de procesos inclusivos para deliberaciones adecuadas y construcción de consenso, basándose en las directrices que se describen en la siguiente subsección.

Para conseguir esos logros, todas las partes deben estar facultadas para contribuir de manera significativa a todas las etapas de un proceso en el que se traten cuestiones de interés. Debe fomentarse la designación de consultores/expertos y/o establecerse plataformas con recursos adecuados para agilizar y analizar de forma eficiente las diversas contribuciones desde la fase de definición de la agenda, durante las deliberaciones e, inclusive, en

la redacción de resoluciones y textos, siguiendo las directrices y los plazos acordados e incorporando consideraciones éticas y de interés público. Del mismo modo, es vital contar con inversiones significativas en capacitación y educación para reforzar cada etapa del proceso y que las contribuciones sean efectivas. Es importante que dichas inversiones tengan en cuenta las asimetrías de poder entre y dentro de las diferentes partes interesadas.

Siguiendo el espíritu de los principios del multisectorialismo, los procesos multilaterales deben evolucionar. Deben compartir la esfera de acción de su trabajo y hacer público su compromiso con la transparencia en los procesos, incluyendo, entre otros, un calendario en el que se destaquen las principales oportunidades de participación. Como parte de ese compromiso, debe ponerse a disposición del público un calendario regular para informar de sus progresos –o falta de ellos–, incluido el acceso público a resultados específicos. La documentación sobre cómo se hicieron, evaluaron e incorporaron las contribuciones al proceso es tan importante como la relativa a opiniones disidentes y divergentes. Estos mecanismos deben observar estándares de accesibilidad y ofrecer alternativas efectivas que permitan la participación en otros idiomas distintos del inglés.

Mecanismos sólidos de rendición de cuentas deben formar parte de todos los procesos multilaterales de modo que haya pasos y plazos claros para la aplicación de las recomendaciones. Los mecanismos concretos de análisis del impacto de las decisiones y del estado de implementación de sus recomendaciones son fundamentales para la continuidad. Se deben dedicar esfuerzos a documentar cada proceso multilateral de forma precisa, incluyendo medidas concretas para identificar vínculos con otros procesos similares.

Por lo tanto, es esencial fomentar un entorno seguro, confiable y justo, en el que se aborden las asimetrías entre los participantes y en el que la sociedad civil, el sector privado, el sector académico y la comunidad técnica puedan participar de forma efectiva en los procesos multilaterales. Los gobiernos tienen la responsabilidad esencial de garantizar condiciones que aseguren la diversidad y generen procesos multilaterales sólidos.

3.2 DIRECTRICES PARA LA GENERACIÓN DE CONSENSO Y LA TOMA DE DECISIONES MULTISECTORIALES (DIRECTRICES MULTISECTORIALES DE SÃO PAULO)

Ofrecemos y hacemos un llamado a la comunidad mundial a adoptar y usar un conjunto de directrices y pasos de procesos (“Directrices Multisectoriales de São Paulo”) en los procesos de gobernanza de Internet y de políticas digitales,

basadas en documentos fundacionales existentes, en buenas prácticas y experiencias actuales. A pesar de que no aplican a todas las situaciones, las directrices ayudarán a las comunidades subnacionales, nacionales, regionales y globales a generar confianza y a establecer e implementar procesos y mecanismos de colaboración multisectorial, así como a evaluar procesos y mecanismos presentados como multisectoriales aun cuando, de hecho, no lo son. Como se indica en la Sección 3.1, las directrices también constituirán un ejemplo para evolucionar y mejorar los procesos multisectoriales.

Las siguientes directrices complementan a los Principios del Proceso de Gobernanza de Internet de NETmundial 2014 y los ponen en funcionamiento. Debido a que la colaboración multisectorial evoluciona continuamente, estas pautas no son definitivas y se las debe considerar un documento vivo. Deben seguir evolucionando, tanto en su implementación práctica como en su formulación concreta.

Por ello, recomendamos que, por ser el espacio más idóneo, el FGI asuma la función de depositario, de guardián, de este primer conjunto de directrices, y esperamos que considere implementarlas en sus propios procesos y en sus futuras deliberaciones y evoluciones. Estos futuros debates pueden incluir, entre otros, la priorización y/o el agrupamiento de las pautas, el desarrollo de parámetros para medir su aplicación, sistemas de evaluación y rendición de cuentas de procesos multilaterales y multisectoriales, y/o la elaboración de guías orientadoras para su aplicación, tales como cajas de herramientas, recursos visuales y diagramas de flujo.

Directrices y etapas de los procesos (“Directrices”) para la colaboración multisectorial, la construcción de consenso y la toma de decisiones

DIRECTRICES

1. Los procesos multisectoriales deben tener presente las asimetrías de poder existentes entre los diferentes sectores interesados y empoderarlos brindándoles la información, los recursos y las habilidades necesarias para participar de forma eficiente, significativa y sostenida. Las medidas de transparencia deben apuntar a que los procesos de políticas sean conocidos, accesibles, comprensibles y procesables.
2. Los procesos multisectoriales deben incluir discusiones informadas y deliberativas entre las partes. El diálogo significativo es un mecanismo para evitar conflictos en todas las etapas de los procesos.

3. Los procesos multisectoriales deberían esforzarse por tratar a todas las partes interesadas de forma justa y equitativa, teniendo en cuenta sus respectivas necesidades, capacidades, realidades y vulnerabilidades. Las partes interesadas deben participar en pie de igualdad, tratarse con respeto mutuo, reconociendo el valor de la diversidad de puntos de vista y contribuciones y la diferente naturaleza de sus roles y responsabilidades, según el tema del que se trate.
4. Los procesos multisectoriales deben regirse por el estado de derecho y respetar los principios internacionales de derechos humanos, incluyendo los derechos económicos, sociales, culturales, civiles y políticos.
5. Los procesos multisectoriales deben respetar y valorar la diversidad lingüística de los participantes, ser accesibles a todas partes interesadas independientemente de su formación, estatus o nivel de experiencia.
6. Todas las partes interesadas deben compartir responsabilidades y comprometerse con la rendición de cuentas y la transparencia en sus respectivos roles para los resultados del proceso multisectorial, con la responsabilidad legal y política de la protección de derechos humanos – como responsabilidad principal de los gobiernos– reconociendo, también, la responsabilidad del sector privado por el respeto de los derechos humanos en conformidad con los Principios Rectores de la ONU sobre Empresas y Derechos Humanos.
7. Los procesos de gobernanza de Internet y de políticas digitales deben ser ágiles y adaptarse a las circunstancias cambiantes, a la evolución de las tecnologías, a los problemas emergentes y a las cambiantes dinámicas geopolíticas.
8. Para facilitar la toma de decisiones, deben establecerse mecanismos de resolución de conflictos entre las partes interesadas en el marco de procesos multisectoriales colaborativos.
9. Un abordaje multisectorial global de procesos de gobernanza de Internet y de políticas digitales debe reconocer la necesidad de una acción colaborativa que trascienda las fronteras nacionales y los sectores interesados al tiempo que considera y apunta las perspectivas locales y regionales.

10. Las decisiones deben considerar las implicaciones de largo plazo y la sostenibilidad de los resultados para los derechos humanos y el desarrollo inclusivo y sostenible, conforme a la agenda de Túnez.
11. Se deben implementar iniciativas de capacitación que mejoren la comprensión y las habilidades de las partes interesadas, en especial, las de los países en desarrollo y comunidades subrepresentadas en todas las etapas del proceso multisectorial.
12. Debe buscarse activamente la cooperación y el diálogo con otros foros y procesos de gobernanza para evitar la duplicación de esfuerzos y compartir resultados, mejores prácticas y lecciones aprendidas.
13. Los procesos de colaboración deben orientarse hacia la obtención de resultados prácticos y realizables, que conduzcan a efectos tangibles y promuevan cambios positivos en los procesos de gobernanza de Internet y de políticas digitales.

Directrices orientadas a las etapas de los procesos

PASOS RECOMENDADOS PARA UN PROCESO MULTISECTORIAL ABIERTO E INCLUSIVO:

1. **Definir el alcance de tema/s:** Definir el tema o el conjunto de temas a considerar en el proceso de colaboración multisectorial tomando en cuenta, tanto como sea posible, todas las perspectivas afectadas.
2. **Identificar las partes interesadas:** Identificar todas las partes interesadas relevantes de la forma más inclusiva y flexible posible, incluyendo a individuos, grupos, organizaciones y comunidades afectados por las decisiones o colaboraciones.
3. **Atraer la participación de las partes interesadas:** Fomentar de forma activa y continua la participación de todas las partes interesadas a lo largo del proceso, con métodos tales como consultas públicas, sondeos, talleres y foros para recabar comentarios y opiniones.
4. **Compartir información:** Proporcionar información clara y exhaustiva sobre el proceso, los objetivos y resultados para garantizar la transparencia y comprensión entre las partes interesadas, haciendo pleno uso de registros digitales accesibles, incluida la documentación relativa a los procesos.

5. **Garantizar la participación equitativa:** Garantizar la participación equitativa de las diversas perspectivas e intereses relevantes, incluidas las de los grupos marginalizados o subrepresentados.
6. **Promover el diálogo:** Promover el diálogo abierto, la colaboración y la deliberación entre las partes interesadas pertinentes, fomentando la comunicación respetuosa y la construcción de consenso.
7. **Preparar resultados preliminares:** Redactar resultados preliminares para consulta con base en los diálogos entre las partes interesadas relevantes y ponerlos a consideración de la comunidad en general.
8. **Considerar las contribuciones de la comunidad en general:** Ajustar los resultados preliminares considerando las contribuciones hechas durante la consulta, informando con transparencia sobre la forma en la que fueron consideradas y las razones correspondientes.
9. **Toma de decisiones abierta:** Usar procesos colaborativos de toma de decisiones en los que las partes relevantes participen en la identificación de soluciones, la búsqueda de soluciones de compromiso y la realización de acuerdos.
10. **Podere de la comunidad:** Someter los resultados finales a consideración de la comunidad en general, previendo mecanismos que faculten a la comunidad para cuestionar los resultados que no estén en consonancia con sus intereses.
11. **Implementar y rendir cuentas respecto de la toma de decisiones:** Establecer mecanismos para implementar decisiones y hacer que las partes interesadas rindan cuenta de sus compromisos.
12. **Monitorear y adaptar:** Monitorear progresos, evaluar resultados y estar dispuestos a adaptar el proceso en función de la retroalimentación recibida y de las circunstancias cambiantes.

4. Contribuciones para los procesos en curso

Como se indica en las Secciones 2.3 y 3.2, actualmente, en el contexto de la ONU, hay procesos en curso relativos a la gobernanza de Internet y a las políticas digitales. En particular, aunque no exclusivamente, las negociaciones relacionadas con el Pacto Digital Global (PDG) en el marco del Pacto para el Futuro de la Cumbre del Futuro y el proceso de revisión +20 de la Cumbre Mundial sobre la Sociedad de la Información (CMSI). Incluyen recomendaciones y posibles vías para continuar consolidando una Internet abierta, global, interoperable, segura y libre y un ecosistema de políticas digitales más amplio que contribuya a la consecución de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS).

Como encuentro único que busca articular una vía concreta para fortalecer y mejorar el multisectorialismo en los procesos de gobernanza de Internet y de políticas digitales, NETmundial+10, como evento autónomo, presenta mensajes específicos para esos procesos, con el objetivo de fortalecer los ya existentes, optimizar la asignación de recursos y establecer sinergias, coordinación y complementariedad. Además, existen numerosos procesos multilaterales, regionales, nacionales y no gubernamentales que se han inspirado en y que podrían beneficiarse de la aplicación de los principios y directrices enunciados en este documento.

4.1 FORO DE GOBERNANZA DE INTERNET (FGI)

El Foro de Gobernanza de Internet es un evento anual, con trabajo entre sesiones en forma de coaliciones dinámicas, foros de mejores prácticas y redes de políticas, temarios parlamentarios y judiciales, foros nacionales y regionales e iniciativas para jóvenes en todos los niveles. Reúne a una serie de sectores interesados de diferentes partes del mundo.

El FGI ha sido un espacio efectivo de debates sobre gobernanza de Internet, políticas públicas digitales y cooperación, a pesar de carecer de los recursos financieros necesarios para cumplir con su mandato de forma óptima. El FGI tiene poder y capacidad de convocatoria demostrados para continuar explorando y generando enfoques multisectoriales innovadores para la deliberación política y los procesos de toma de decisión. Si se fortalece, podría consolidarse como el espacio de preferencia para el intercambio de información y una mejor coordinación entre procesos de gobernanza digital. Su naturaleza abierta, su abordaje híbrido y su diseño inclusivo promueven una amplia participación.



Un FGI reforzado debe seguir abordando los desafíos y oportunidades de las tecnologías emergentes y podría tener que desarrollar y adoptar nuevos métodos de trabajo que mejoren de forma genuina la coordinación, la comprensión y el intercambio de información a fin de evitar entrar en conflicto con procesos existentes o cargas adicionales a las partes interesadas participantes y a el Sistema de la ONU.

Un Foro de Gobernanza de Internet reforzado:

- requiere sostenibilidad a largo plazo mediante la disponibilidad de recursos financieros, técnicos y humanos para consolidarse como una plataforma deliberativa fundamental para la coordinación de debates participativos sobre procesos de gobernanza de Internet y de políticas digitales;
- puede cohesionar y promover la participación en el contexto de un ecosistema de gobernanza digital distribuido y creciente, asegurando una participación más inclusiva y diversa de países, comunidades, grupos y sectores subrepresentados, particularmente del Sur Global; y
- requiere procedimientos mejorados que garanticen deliberaciones inclusivas, transparentes y responsables para generar legitimidad y resultados eficaces.
- También es necesario mejorar el diálogo y la coordinación entre los FGI globales, regionales y nacionales de manera que las discusiones y agendas retroalimenten dichos procesos, buscando establecer continuidad entre ellos, partiendo de una perspectiva local a una global.

En su evolución, debe optimizarse el potencial del FGI de producir resultados tangibles (como recomendaciones de políticas basadas en pruebas, pautas de mejores prácticas y proyectos piloto para poner a prueba las soluciones propuestas) con el fin de crear capacidades e informar a los responsables de políticas. Esto requiere el compromiso y la participación de todas las partes interesadas.

El Secretariado, el Panel de Liderazgo y el Grupo Consultivo Multisectorial del FGI, en el desempeño de sus respectivas funciones, tienen un rol crucial en este sentido. Los mecanismos de colaboración e intercambio de informaciones con otros organismos y foros de gobernanza internacionales deben ser perfeccionados, al igual que el trabajo entre sesiones. El fortalecimiento de los FGI nacionales y regionales, como espacios de definición de objetivos y desafíos comunes para integrar la agenda del FGI global, contribuye a la tarea de combatir la fragmentación de la gobernanza.

Dentro del sistema de la ONU, el FGI es el proceso mejor posicionado para estrechar la brecha entre la discusión y la acción estrechando lazos con otras organizaciones fundamentales para el funcionamiento de Internet, pero también con instituciones multilaterales, a través de la innovación y la experimentación continuas dentro del marco del FGI.

El FGI debe renovarse al menos por 10 años más, como la principal plataforma global para una amplia participación pública y el diálogo sobre todas las cuestiones de gobernanza de Internet y políticas digitales. El fortalecimiento del FGI permitiría al sistema de la ONU aprovechar legado y beneficiarse de la relevancia del modelo evitando, al mismo tiempo, una mayor fragmentación en los debates sobre gobernanza de Internet y políticas digitales. El proceso de selección del país anfitrión debe ser más transparente y tener en cuenta los derechos humanos, la inclusividad, la accesibilidad y condiciones equitativas de participación. La participación libre, segura y abierta debe estar al alcance de todos, en especial de los grupos excluidos históricamente.

4.2 PACTO DIGITAL GLOBAL (PDG)

A fin de sentar las bases para un “futuro digital abierto, libre y seguro para todos”, conforme lo previsto en el Pacto Digital Global, NETmundial+10 reconoce el papel esencial de Internet y de las tecnologías digitales para construir mecanismos de gobernanza inclusivos y participativos, reafirmando la importancia de un abordaje multisectorial de los procesos de gobernanza de Internet y de políticas digitales e integrándolo en su núcleo. Las recomendaciones surgidas de NETmundial+10 para fortalecer el abordaje multisectorial de la gobernanza de las tecnologías digitales y su desarrollo, sirven de base para garantizar que las políticas y los marcos sean transparentes, inclusivos, democráticos y reflejen la diversidad de perspectivas de todos los sectores de la sociedad.

En la perspectiva de añadir valor y llenar los vacíos en las estructuras actuales de gobernanza de Internet y foros de políticas digitales, es fundamental que el PDG evite crear nuevas estructuras o procesos allí donde los ya existentes podrían ser reforzados y mejorados para apoyar el seguimiento de la implementación y analizar el progreso del PDG. Por muchas razones, el FGI es el espacio idóneo para acompañar y monitorear la implementación de los compromisos asumidos en el PDG. Los temas definidos en el PDG –que se enfocan en la gobernanza digital– están incluidos en la agenda del FGI y han formado parte de él desde hace muchos años.

El FGI, con sus estructuras y mecanismos multisectoriales, debe considerarse un espacio para facilitar la implementación, monitoreo y seguimiento del PDG, trabajando en colaboración con agencias de la ONU como la Unión Internacional de Telecomunicaciones (UIT), el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), la Comisión de Ciencia y Tecnología para el Desarrollo (UNCTAD), la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO) y el Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF) a través de las Líneas de Acción de la CMSI, el Foro CMSI y UNCTAD proporcionando una plataforma para la participación intergubernamental en el proceso de monitoreo y seguimiento. El PDG debe evitar erosionar la relevancia del FGI y del enfoque multisectorial en los procesos de gobernanza de Internet y de políticas digitales.

A través de su implementación orientada a integrar sus resultados con el proceso de la CMSI y mecanismos efectivos de seguimiento basados en foros existentes, el PDG es un instrumento concebido para integrar lo digital en la aceleración de la implementación de los Objetivos de Desarrollo Sostenible, en conformidad con la Agenda de Túnez.

El PDG es una oportunidad para encaminar las tecnologías digitales hacia esfuerzos globales que persigan la inclusión digital, la cooperación transfronteriza y la colaboración entre las diferentes partes interesadas, la consolidación y la aplicación efectiva de las obligaciones existentes en materia de derechos humanos, incluso en condiciones de crisis, destacando la centralidad de la legislación internacional de derechos humanos como fundamento y entorno propicio para apoyar todos los aspectos de los procesos de la gobernanza de Internet y de políticas digitales, incluso mediante una colaboración más estrecha con la Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos y otros mecanismos de derechos humanos de Naciones Unidas.

4.3 REVISIÓN DE LA CMSI+20

La Cumbre Mundial sobre la Sociedad de la Información (CMSI) ha servido de plataforma fundamental para fomentar la cooperación entre gobiernos, sociedad civil, sector privado, sector académico y la comunidad técnica para tratar colectivamente las oportunidades y desafíos introducidos por la era digital relativos a cuestiones técnicas y políticas en la gobernanza digital. A medida que se acerca el hito de la CMSI+20, es necesario reafirmar los compromisos y crear estrategias innovadoras para lograr la inclusión digital y proteger los derechos humanos en línea para potenciar los ODS. El

modelo multisectorial, que reconoce la intrincada interacción de diversos sectores y actores en la elaboración de políticas digitales, es fundamental para garantizar que la CMSI siga siendo un proceso dinámico basado en el desarrollo de normas globales y mecanismos de cooperación relativos a cuestiones digitales fundamentales, ágil y sensible a la expansión de las fronteras de las nuevas tecnologías. Por su firme compromiso con el multisectorialismo, por fomentar la cooperación y deliberar sobre potenciales desafíos, tecnologías y tendencias en evolución dentro del contexto digital, la CMSI puede prepararse y mirar más allá del hito de su vigésimo aniversario. Teniendo en cuenta esta declaración multisectorial, la revisión de la CMSI+20 deberá reforzar aún más la inclusión, la transparencia y la rendición de cuentas de los procesos de gobernanza de Internet y de políticas digitales y garantizar su atención a la sostenibilidad ambiental y a las tecnologías emergentes que configuran el futuro digital.

4.4 OTROS PROCESOS

Hacemos un llamamiento a la comunidad multisectorial para divulgar los resultados de NETmundial+10 en los procesos nacionales, regionales, multilaterales y multisectoriales que considere pertinentes.

A photograph of a conference stage. A large screen in the background displays the text "Global challenge" and "governance of the" in a bold, sans-serif font. Below the text is a decorative border of colorful, stylized icons. In the foreground, the silhouettes of an audience are visible, looking towards the stage. The lighting is dim, with spotlights illuminating the stage area.

Global challenge
governance of the

A blurred photograph of a conference stage. A large screen in the background displays the text 'Changes for the digital world' and a row of colorful icons. In the foreground, the silhouettes of an audience are visible, looking towards the stage. The lighting is warm and focused on the screen.

Changes for the
digital world

Français



Déclaration multipartite NETmundial+10

Renforcement des processus de gouvernance de l'Internet et de politique numérique

São Paulo (Brésil), le 30 avril 2024

Préambule

Il s'agit du résultat non contraignant d'un processus ascendant et ouvert auquel ont participé des représentants de gouvernements, du secteur privé, de la communauté technique, société civile et du monde académique du monde entier. Ce projet aspire à renforcer les processus de gouvernance de l'Internet et de politique numérique.

1. Défis liés aux processus de gouvernance de l'Internet et de politique numérique

Entre 2014 et 2024 : Préparer le terrain pour les Lignes directrices de São Paulo

Réunies à São Paulo (Brésil) en avril 2024, des parties prenantes du monde académique, de la société civile, de gouvernements et d'organisations internationales, du secteur privé et de la communauté technique du monde entier ont affirmé la nécessité d'améliorer les processus de gouvernance de l'Internet et de politique numérique. Cet événement a permis de définir la manière de rassembler l'ensemble des parties prenantes, personnes, cultures, nations et économies distinctes pour résoudre les défis communs auxquels nous sommes confrontés. Ceux-ci transcendent nos divisions et ne peuvent être résolus qu'en mobilisant l'énergie de nos désaccords, de nos débats et de nos espoirs pour façonner un avenir meilleur pour tous.

La transformation numérique rapide, l'innovation continue, la diffusion de multiples technologies et applications basées sur Internet, notamment

le rôle de nouvelles technologies numériques et disruptives telles que l'intelligence artificielle, nous offrent des opportunités et des défis qui ont un impact sur les sphères économiques, politiques et civiques. Ces défis et opportunités doivent être traités dans le cadre des processus de gouvernance de l'Internet et de politique numérique.

Ces technologies offrent de grandes possibilités pour accélérer le développement humain, social et économique et pour lutter contre les inégalités et construire des sociétés plus inclusives. Dans le même temps, si elles ne sont pas gérées correctement et conformément au droit international et au droit international des droits de l'homme, elles peuvent également engendrer des incertitudes, des insécurités et des rapports de force déséquilibrés entre les pays, les économies et les parties prenantes mais aussi en leur sein, creuser les fractures, affecter l'espace civique et avoir des incidences sur l'environnement. Aucune partie prenante ne peut relever ces défis seule.

Les processus de gouvernance de l'Internet et de politique numérique exigent plus que jamais une coordination et une coopération sans précédent entre les parties prenantes pour faire en sorte que cette transformation massive profite à tous et partout, mais aussi pour prévenir les abus en ligne et y remédier.

Comme l'ont souligné les débats historiques tels que ceux de l'Agenda de Tunis et des « Principes de gouvernance de l'Internet » de NETmundial 2014, les processus de gouvernance de l'Internet et de politique numérique devraient impliquer pleinement les milieux académiques, la société civile, les gouvernements et les organisations internationales, le secteur privé, la communauté technique et les utilisateurs finaux. Les parties désignées sont également reconnues comme parties prenantes aux discussions antérieures et en cours.

Pour renforcer les lieux de participation multipartites, il est nécessaire d'améliorer les mécanismes qui permettent d'obtenir un consensus et de produire des lignes directrices et des recommandations, de manière que la voix des communautés ait un impact sur les processus décisionnels multilatéraux, notamment, et que des solutions efficaces aux défis auxquels nous sommes confrontés puissent être trouvées et mises en œuvre.

La conférence NETmundial 2014 a marqué une étape significative dans l'évolution de la gouvernance de l'Internet. Alors que nous approchons du 20^e anniversaire du Sommet mondial sur la société de l'information et de l'Agenda de Tunis, et une décennie après NETmundial, il est grand temps de

nous pencher sur une question persistante et non résolue à ce jour : comment aider tous les acteurs à contribuer au processus multipartite de création d'une architecture de gouvernance mondiale en réseau centrée sur les personnes, durable et axée sur le développement, comme l'exige la société en réseau ?

Dans ce contexte, NETmundial+10 avait pour objectif de renforcer l'architecture de la gouvernance de l'Internet, en rassemblant les parties prenantes concernées pour formuler des recommandations concrètes et non contraignantes sur la manière de renforcer l'approche multipartite comme base de la formation d'un consensus et de la gouvernance démocratique, y compris dans les enceintes multilatérales et d'autres instances décisionnelles pertinentes.

NETmundial+10 réaffirme les principes de NETmundial 2014 pour guider les processus de gouvernance de l'Internet et de politique numérique, propose des procédures pour les mettre en œuvre avec efficacité et délivre des messages pour façonner les décisions et les dialogues intergouvernementaux, nationaux et régionaux sur l'avenir des processus de gouvernance de l'Internet et de politique numérique. NETmundial+10 réaffirme la nécessité de construire, sur un modèle multipartite, une architecture de gouvernance efficace et fonctionnelle qui facilite un engagement éclairé, participatif et transparent entre les secteurs. Il s'agit de la meilleure façon de contribuer à la construction d'un avenir numérique qui respecte les droits de l'homme et les libertés fondamentales et qui favorise les progrès vers la réalisation des Objectifs de développement durable (ODD) et le développement de sociétés inclusives favorisant la paix, la prospérité et la durabilité environnementale pour tous.

Pour contribuer à relever ces défis, NETmundial+10 :

- réaffirme la déclaration de NETmundial 2014 qui précise que l'Internet est une ressource mondiale qui doit être gérée dans l'intérêt public, conformément au droit international et au droit international des droits de l'homme;
- reconnaît la pertinence des principes de transparence et de responsabilisation pour améliorer les processus de gouvernance de l'Internet et de politique numérique;
- réaffirme la pertinence des 10 principes applicables aux processus de gouvernance de l'Internet adoptés en 2014, et recommande de les appliquer pour relever les défis actuels et émergents en matière de politique numérique;

- offre des orientations opérationnelles pour aider à la mise en œuvre de ces principes dans une diversité de situations;
- formule des commentaires sur différents processus en cours concernant l'évolution de l'architecture de gouvernance pour la politique numérique; et
- recommande que les principes et lignes directrices énoncés dans le présent document soient mis en œuvre par l'ensemble des parties prenantes à tous les niveaux.

Ce document représente le résultat d'un processus collaboratif, ouvert et inclusif, façonné par 154 contributions écrites de représentants de gouvernements, du secteur privé, de la société civile et des communautés technique et académique, dans le cadre d'une consultation ouverte organisée en ligne entre mars et avril 2024. Cette consultation s'articulait autour de trois thèmes principaux : les principes de la gouvernance numérique, les lignes directrices pour la mise en œuvre de mécanismes multipartites et les contributions aux processus de gouvernance en cours.

Sur la base de la consultation réalisée, des contributions précieuses ont également été recueillies auprès de plus de 700 participants présents en personne et en ligne pendant les deux jours de l'événement.



2. Principes des processus de gouvernance de l'Internet et de politique numérique

2.1 LES PRINCIPES DE NETMUNDIAL 2014 ONT RÉSISTÉ À L'ÉPREUVE DU TEMPS

Principes du processus de gouvernance de l'Internet de NETmundial 2014

<https://netmundial.br/2014/netmundial-multistakeholder-statement/>

- Multipartite
- Ouvert, participatif, par consensus
- Transparent
- Responsable
- Inclusif et équitable
- Distribué
- Collaboratif
- Permettant une participation significative
- Accessible
- Agile

La conférence NETmundial 2014 a adopté un large ensemble de principes de fond pour guider la gouvernance de l'Internet. Elle a également adopté un ensemble ciblé de dix Principes applicables aux processus de gouvernance de l'Internet (ci-après « les Principes »), qui constituent un axe central de cette conférence NETmundial+10. Ces Principes énoncent la façon dont le système de gouvernance de l'Internet devrait fonctionner, dans le vaste éventail de technologies et de questions de politique publique liées à l'Internet. Ils contiennent de définir la façon de maintenir un Internet ouvert et interopérable, qui est une responsabilité fondamentale et une valeur centrale des processus de gouvernance de l'Internet et de politique numérique.

Même en tenant compte des transformations techniques, sociales et économiques rapides qui ont eu lieu depuis lors, ces Principes restent pertinents et valables pour relever les défis actuels de la gouvernance de l'Internet et de la politique numérique, et représentent une référence distincte et importante pour l'ensemble des parties prenantes dans la manière dont les processus de gouvernance de l'Internet et de politique numérique devraient être façonnés. Comme ils n'ont pas encore été pleinement mis en

œuvre, il est nécessaire de collaborer afin de les appliquer pleinement et d'offrir ainsi à toutes les parties prenantes de meilleures – et plus nombreuses – possibilités de participer de manière significative, en particulier aux mécanismes multilatéraux de politique numérique.

Les Principes de NETmundial 2014 devraient être à la base de toute évolution future des processus de gouvernance de l'Internet et de politique numérique, et il est vital que l'ensemble des parties prenantes les mettent pleinement en œuvre, en tant que vision partagée de cette communauté.

2.2 LE PRINCIPE DE PROCESSUS « MULTIPARTITE » DOIT ÊTRE PLEINEMENT MIS EN ŒUVRE PAR L'ENSEMBLE DES PARTIES PRENANTES

Le Principe de 2014 concernant le multipartisme se lit comme suit:

Participation multipartite : la gouvernance de l'Internet devrait reposer sur des processus démocratiques et multipartites, garantissant la participation significative et responsable de toutes les parties prenantes, dont les gouvernements, le secteur privé, la société civile, les communautés technique et académique et les utilisateurs. Les responsabilités et rôles respectifs des parties prenantes devraient être interprétés avec un certain degré de flexibilité selon le sujet abordé.

Chaque partie prenante a des responsabilités et des rôles différents, selon les enjeux et les étapes de processus spécifiques. La répartition des rôles et des responsabilités entre les parties prenantes est un sujet de débat permanent (et controversé).

Des préoccupations persistent à l'égard de trop nombreux processus de gouvernance qui n'appliquent pas correctement le principe du multipartisme. Cela est dû en particulier au manque de participation inclusive et significative de l'ensemble des parties prenantes concernées. Cette inclusion, sur un pied d'égalité, de l'ensemble des parties prenantes concernées dans le processus décisionnel peut en effet être un facteur essentiel pour éviter l'échec.

Les approches multipartites des processus de gouvernance de l'Internet et de politique numérique fonctionnent mieux lorsqu'elles sont inclusives et lorsque les parties prenantes peuvent identifier leur propre intérêt pour un problème et participer aux processus visant à le résoudre. Elles

réussissent lorsque toutes les parties prenantes impliquées sont ouvertes aux nouvelles idées et sont prêtes à comprendre d'autres points de vue et à faire des compromis pour trouver un consensus.

Pour tirer le meilleur parti des processus de gouvernance de l'Internet et de politique numérique, les rôles et responsabilités des parties prenantes doivent être interprétés de manière flexible et ouverte. Les secteurs, les organisations et les individus ne doivent pas être exclus d'un processus donné en raison d'une catégorisation obsolète.

Cela dit, il est crucial, pour la protection et l'amélioration de ces processus, de veiller à ce qu'ils intègrent les formes pertinentes d'expertise et d'expérience qui sont requises aux différents stades de l'examen d'un sujet particulier. Le renforcement des capacités est essentiel pour améliorer la compréhension et la capacité des parties prenantes à participer sur un pied d'égalité. Cela implique également une analyse réaliste du déséquilibre des rapports de force entre les parties prenantes à une discussion et en leur sein (ainsi qu'une réponse à ce déséquilibre).

2.3 LA COORDINATION DES ESPACES DE GOUVERNANCE EST ESSENTIELLE

De nombreuses initiatives et processus ont vu le jour pour répondre à la grande diversité des enjeux soulevés par la transformation numérique. Parfois, plusieurs processus traitent les mêmes problèmes en parallèle. Cela a des effets à la fois positifs et négatifs.

Des initiatives dispersées sur un sujet particulier peuvent aider à couvrir la diversité des approches et des perspectives. Dans le même temps, il existe un risque que des discussions distinctes sur un sujet spécifique aboutissent à des résultats incompatibles, voire contradictoires. Il est également difficile pour les parties prenantes de suivre des processus simultanés et faisant double emploi, en particulier pour les parties prenantes du Sud.

Il est important d'éviter la fragmentation et la duplication des forums, afin que les processus de gouvernance de l'Internet et de politique numérique soient efficaces. Au lieu de cela, il est fortement nécessaire d'améliorer la coordination entre les processus traitant de sujets qui se recoupent.

Le Forum sur la gouvernance de l'Internet (FGI) peut répondre à ce besoin en renforçant ses rôles de coordination et de partage de l'information. Compte tenu de l'ampleur de son mandat, il devrait également servir d'instrument

de suivi des accords multilatéraux en matière de politique numérique (voir la section 4). La nature ouverte du FGI, son approche hybride, ses processus intersessions, ses liens avec les initiatives locales, nationales et régionales et sa conception inclusive en font le candidat idéal pour assumer ces responsabilités.

De nouvelles méthodes de travail devront peut-être être mises au point et de nouvelles ressources financières et humaines seraient essentielles pour répondre aux attentes en matière de coordination et de partage de l'information. Ces méthodes pourraient être conçues pour améliorer véritablement la coordination et le partage de l'information, ainsi que la réflexion et la compréhension des résultats. Elles pourraient également renforcer les liens entre les processus de gouvernance et la mise en œuvre de résultats qui renforceraient l'efficacité globale des processus de gouvernance de l'Internet et de politique numérique.

Ces méthodes de travail devraient en outre viser à éviter les conflits avec les processus existants, les doublons ou la création de nouvelles charges, et à garantir une participation ascendante sur un vrai pied d'égalité, ainsi que la transparence et la responsabilité dans ces processus.

Des améliorations effectives de la coordination profiteront à l'ensemble des parties prenantes et amélioreront la capacité des processus de gouvernance de l'Internet et de politique numérique à traiter les sujets abordés.

3. Appliquer une approche multipartite et améliorer les processus multilatéraux

3.1 AMÉLIORER LA PARTICIPATION AUX PROCESSUS MULTILATÉRAUX

Les processus multilatéraux doivent devenir plus inclusifs afin de garantir une participation significative de l'ensemble des parties prenantes, et notamment des pays du Sud. Intégrer des voix diverses et des visions multiples du monde en favorisant une contribution plus large des parties prenantes peut contribuer à améliorer les processus multilatéraux. Il est possible de prendre de meilleures décisions et d'obtenir de meilleurs résultats grâce à des processus de délibération et de formation de consensus inclusifs et appropriés, sur la base des lignes directrices et des étapes décrites ci-dessous.

Pour réaliser ces progrès, toutes les parties prenantes devraient être habilitées à contribuer de manière significative à toutes les étapes d'un processus visant

à traiter les sujets de préoccupation. La désignation de conseillers, d'experts et/ou de plateformes dotés de ressources suffisantes devrait être encouragée pour faciliter et analyser efficacement les diverses contributions à l'établissement de l'ordre du jour, aux délibérations et à la rédaction des projets de résolutions et de textes, en suivant les lignes directrices et les calendriers convenus et en tenant compte des considérations éthiques et d'intérêt public. De même, des investissements importants destinés à l'éducation et au renforcement des capacités pour chaque étape du processus sont essentiels afin d'obtenir des contributions efficaces. Il est important que ces investissements tiennent compte des différences de pouvoir relatives entre les différentes parties prenantes et groupes de parties prenantes et en leur sein.

Dans l'esprit de ces principes multipartites, les processus multilatéraux devraient évoluer. Ils doivent partager le champ d'application de leur travail et publier un engagement en faveur de la transparence du processus, notamment par le biais d'un calendrier soulignant les possibilités de participation essentielles. Dans le cadre de cet engagement, un programme d'information régulier sur leurs progrès (ou leur absence de progrès) doit être mis à disposition, comprenant un accès public à des résultats spécifiques. La documentation sur la façon dont les contributions ont été apportées, évaluées et incorporées dans le processus est aussi importante que la documentation relative aux opinions dissidentes et divergentes. Ces mécanismes doivent respecter les normes d'accessibilité et fournir des alternatives efficaces pour faciliter la participation dans d'autres langues que l'anglais.

Tous les processus multilatéraux devraient être assortis de mécanismes de responsabilisation solides, de sorte que des étapes et des délais précis soient fixés pour la mise en œuvre des recommandations. Des mécanismes concrets de réflexion sur l'impact de leurs décisions et le niveau de mise en œuvre de leurs recommandations sont essentiels à des fins de continuité. Des efforts destinés à documenter avec précision chaque processus multilatéral devraient être déployés, dont des mesures concrètes pour identifier les liens avec d'autres processus similaires.

Il est donc essentiel de promouvoir un environnement sûr, digne de confiance et équitable, où les déséquilibres entre les participants sont corrigés et où le secteur privé, la société civile et les communautés technique et académique sont en mesure de participer de manière significative aux processus multilatéraux. Les gouvernements ont la responsabilité essentielle de garantir les conditions nécessaires pour assurer la diversité et mettre en place des processus multilatéraux solides.



3.2 LIGNES DIRECTRICES POUR LA FORMATION D'UN CONSENSUS MULTIPARTITE ET LA PRISE DE DÉCISIONS (LIGNES DIRECTRICES MULTIPARTITES DE SÃO PAULO)

Nous proposons un ensemble de lignes directrices et d'étapes de processus associées (les « Lignes directrices multipartites de São Paulo ») pour les processus de gouvernance de l'Internet et de politique numérique, et appelons la communauté mondiale à les adopter et à les utiliser. Elles sont inspirées des documents fondamentaux existants ainsi que des bonnes pratiques et expériences actuelles. Même si elles ne prétendent pas être applicables de manière universelle, elles doivent aider les communautés locales, nationales, régionales et mondiales à instaurer la confiance, à établir et à mettre en œuvre des processus et mécanismes de collaboration multipartite, ainsi qu'à évaluer les processus et mécanismes présentés comme étant multipartites, mais qui ne le sont que de nom. Comme indiqué dans la section 3.1, elles serviront également d'inspiration pour faire évoluer et améliorer les processus multilatéraux.

Les lignes directrices qui suivent complètent et rendent opérationnels les Principes applicables aux processus de gouvernance de l'Internet de NETmundial 2014. En raison de l'évolution constante d'une collaboration multipartite, ces lignes directrices ne peuvent être gravées dans le marbre et doivent être considérées comme un document vivant. Elles doivent continuer à évoluer, tant dans leur mise en œuvre pratique que dans leur formulation concrète.

Nous estimons par conséquent que le FGI est le mieux placé pour agir en tant que dépositaire, c'est-à-dire gardien, de cette première série de lignes directrices, et attendons avec intérêt que le FGI envisage leur mise en œuvre dans ses propres processus, sa poursuite des discussions et son évolution. Ces discussions à venir pourraient porter, entre autres, sur la hiérarchisation et/ou le regroupement des lignes directrices, la mise au point de paramètres permettant de mesurer leur application et de systèmes permettant d'évaluer et de responsabiliser les processus multilatéraux et multipartites, et/ou l'élaboration de nouvelles aides pour leur application, telles que des boîtes à outils, des visuels et des organigrammes.

Lignes directrices et étapes de processus (ci-après les « Lignes directrices ») pour la collaboration multipartite, la formation de consensus et la prise de décisions

LIGNES DIRECTRICES

1. Les processus multipartites devraient tenir compte du déséquilibre des rapports de force entre les diverses parties prenantes et responsabiliser celles-ci en leur fournissant les informations, les ressources et les compétences nécessaires pour une participation efficace, utile et durable. Des mesures de transparence devraient viser à faire connaître les processus politiques et à les rendre accessibles, compréhensibles et exploitables.
2. Les processus multipartites devraient comporter des discussions éclairées et délibératives entre les parties prenantes. Un dialogue constructif est un mécanisme qui permet de prévenir les conflits à toutes les étapes d'un processus.
3. Les processus multipartites devraient s'efforcer de traiter l'ensemble des parties prenantes de manière juste et équitable, en tenant compte de leurs capacités, réalités, vulnérabilités et besoins respectifs. Les parties prenantes devraient participer sur un pied d'égalité, se respecter mutuellement, reconnaître la valeur des divers points de vue et contributions et la nature différente de leurs rôles et responsabilités d'une manière spécifique à chaque question.
4. Les processus multipartites devraient être régis par l'état de droit et le respect des principes internationaux des droits de l'homme, dont les droits économiques, sociaux, culturels, civiques et politiques.
5. Les processus multipartites devraient respecter et valoriser la diversité linguistique des participants et être accessibles à toutes les parties prenantes, quels que soient leur historique, leur statut ou leur niveau d'expertise.
6. Toutes les parties prenantes devraient partager les responsabilités et défendre les principes de responsabilisation et de transparence dans leurs rôles respectifs en ce qui concerne les résultats des processus multipartites, la responsabilité juridique et politique en matière de protection des droits de l'homme demeurant la responsabilité première des gouvernements. Elles doivent également

reconnaître la responsabilité du secteur privé quant au respect des droits de l'homme conformément aux Principes directeurs des Nations Unies relatifs aux entreprises et aux droits de l'homme.

7. Les processus de gouvernance de l'Internet et de politique numérique devraient être agiles et adaptables aux changements de circonstance, à l'évolution des technologies, aux questions émergentes et au changement des dynamiques géopolitiques.
8. Des mécanismes de résolution des conflits entre les parties prenantes dans le cadre des processus de collaboration multipartite devraient être mis en place pour faciliter la prise de décisions.
9. L'approche multipartite mondiale des processus de gouvernance de l'Internet et de politique numérique devrait reconnaître la nécessité d'une action concertée au-delà des frontières nationales et des groupes de parties prenantes, tout en tenant dûment compte des perspectives locales et régionales pour en tirer parti.
10. Conformément à l'Agenda de Tunis, les décisions devraient tenir compte des répercussions à long terme et de la durabilité des résultats pour les droits de l'homme et le développement inclusif et durable.
11. Des efforts de renforcement des capacités améliorant la compréhension et les compétences des parties prenantes, en particulier celles des pays en développement et des communautés sous-représentées, devraient être déployés à toutes les étapes d'un processus multipartite.
12. La coopération et le dialogue devraient être activement recherchés avec d'autres instances et processus de gouvernance, afin d'éviter les doublons et de partager les résultats, les meilleures pratiques et les enseignements tirés.
13. Les processus de collaboration devraient être orientés vers des résultats pratiques et exploitables qui conduisent à des résultats tangibles et à des changements positifs pour les processus de gouvernance de l'Internet et de politique numérique.

Lignes directrices axées sur les étapes du processus

ÉTAPES RECOMMANDÉES POUR UN PROCESSUS MULTIPARTITE OUVERT ET INCLUSIF :

1. **Définition de la ou des questions:** définir la question ou l'ensemble de questions à examiner dans le cadre du processus de collaboration multipartite, en tenant compte, autant que possible, de toutes les perspectives concernées.
2. **Identification des parties prenantes:** identifier toutes les parties prenantes pertinentes de la manière la plus inclusive et la plus souple possible, y compris les personnes, les organisations, les communautés et les groupes concernés par la décision ou la collaboration.
3. **Implication des parties prenantes:** impliquer activement et de manière cohérente et soutenue l'ensemble des parties prenantes intéressées tout au long du processus, par des méthodes telles que des consultations publiques, des sondages, des ateliers et des forums destinés à recueillir des avis et des commentaires.
4. **Partage de l'information:** fournir des informations claires et complètes sur le processus, les objectifs et les résultats afin d'assurer la transparence et la compréhension entre les parties prenantes, en utilisant pleinement les documents numériques accessibles, y compris la documentation relative au processus.
5. **Participation équitable :** assurer la participation équitable de tous les points de vue et intérêts divers pertinents, y compris des groupes marginalisés ou sous-représentés.
6. **Facilitation du dialogue:** Faciliter un dialogue ouvert, la collaboration et la délibération entre les parties prenantes concernées, en encourageant une communication respectueuse et la recherche d'un consensus.
7. **Préparation d'un projet de résultats:** élaborer un projet de résultats pour consultation sur la base de dialogues entre les parties prenantes concernées, et consulter la communauté élargie de l'ensemble des parties prenantes intéressées au sujet des résultats.

8. **Prise en compte des commentaires de la communauté élargie:** adapter les projets de résultats en tenant compte des contributions découlant de la consultation, et rendre compte en toute transparence de la manière dont les contributions ont été prises en compte et des raisons correspondantes.
9. **Prise de décisions ouverte:** appliquer des processus de prise de décisions collaboratifs impliquant l'ensemble des parties prenantes concernées dans l'identification de solutions, l'exploration de compromis et l'obtention d'accords.
10. **Pouvoirs de la communauté:** soumettre les résultats finaux à l'examen de la communauté dans son ensemble, en prévoyant des mécanismes qui lui permettent de réagir aux résultats incompatibles avec ses intérêts.
11. **Mise en œuvre et responsabilisation dans la prise de décisions:** établir des mécanismes de mise en œuvre des décisions et de responsabilisation des parties prenantes vis-à-vis de leurs engagements.
12. **Suivi et adaptation:** surveiller les progrès, évaluer les résultats et être disposé à adapter le processus en fonction des commentaires émis et de l'évolution des circonstances.

4. Contribution aux processus en cours

Comme indiqué dans les sections 2.3 et 3.2, plusieurs processus sont actuellement en cours dans le contexte des Nations Unies concernant les processus de gouvernance de l'Internet et de politique numérique, en particulier les négociations autour du Pacte numérique mondial (PNM) dans le cadre du Sommet de l'avenir et de son Pacte pour l'avenir, et de la revue du SMSI+20. Ceux-ci comprennent des recommandations et des pistes potentielles pour la consolidation d'un Internet ouvert, mondial, interopérable, sûr et gratuit, et d'un écosystème politique numérique plus large qui contribue à la réalisation des Objectifs de développement durable (ODD).

En tant qu'événement autonome et rassemblement unique cherchant à déterminer une voie concrète pour renforcer et améliorer le multipartisme dans les processus de gouvernance de l'Internet et de politique numérique,



NETmundial+10 présente à ces processus des messages spécifiques axés sur le renforcement des processus existants, l'optimisation de l'allocation des ressources et l'affirmation des synergies, de la coordination et de la complémentarité. En outre, de nombreux processus multilatéraux, régionaux, nationaux et non gouvernementaux ont inspiré les principes et les lignes directrices énoncés dans le présent document et tireraient profit de leur application.

4.1 FORUM SUR LA GOUVERNANCE DE L'INTERNET (FGI)

Le Forum sur la gouvernance de l'Internet est incarné par sa manifestation annuelle, ses travaux intersessions sous la forme de coalitions dynamiques, des forums sur les meilleures pratiques, des réseaux politiques, des segments parlementaires et judiciaires, les FGI nationaux et régionaux et des initiatives pour les jeunes à tous les niveaux. Il rassemble une variété de groupes de parties prenantes de différentes régions du monde.

Malgré des ressources financières insuffisantes pour exécuter son mandat de manière optimale, le FGI a été un espace efficace pour la gouvernance de l'Internet et les débats et la coopération sur les politiques numériques publiques. Le FGI a prouvé son pouvoir de rassemblement et sa capacité à explorer et à développer des approches multipartites innovantes pour les processus de délibération politique et de prise de décisions. S'il est renforcé, son statut d'espace privilégié pour le partage de l'information et l'amélioration de la coordination entre les processus de gouvernance numérique pourrait être consolidé. Sa nature ouverte, son approche hybride et sa conception inclusive facilitent une participation élargie.

Un FGI renforcé doit continuer à relever les défis et les opportunités des technologies émergentes, et pourrait avoir besoin de développer et d'adopter de nouvelles méthodes de travail susceptibles d'améliorer véritablement la coordination et le partage de connaissances et d'informations tout en évitant les conflits avec les processus existants ou la création de nouvelles charges pour les parties prenantes et le système des Nations Unies.

Un Forum sur la gouvernance de l'Internet renforcé :

- exige la consolidation de sa viabilité, en tant que plateforme délibérative essentielle pour coordonner les débats participatifs sur la gouvernance de l'Internet et les processus politiques numériques à long terme, par le biais de ressources financières, techniques et humaines accrues ;

- peut assurer la cohésion et faciliter la participation dans le contexte d'un écosystème de gouvernance numérique distribué et croissant, en assurant une participation plus inclusive et diversifiée des pays, communautés, groupes et secteurs sous-représentés, en particulier des pays du Sud ; et
- exige des procédures améliorées pour garantir une délibération inclusive, transparente et responsable, afin de générer à la fois une légitimité et des résultats efficaces.
- Il est également nécessaire d'améliorer le dialogue et la coordination entre les FGI mondiaux, régionaux et nationaux de manière que les discussions et les ordres du jour puissent réorienter ces processus en vue d'établir une continuité entre eux, d'une perspective locale à une perspective mondiale.

Dans son évolution, le potentiel du FGI à produire des résultats tangibles (tels que des recommandations politiques fondées sur des données factuelles, des lignes directrices sur les meilleures pratiques et des projets pilotes pour tester les solutions proposées) afin de renforcer les capacités et d'éclairer les décideurs politiques devrait être optimisé. Cette nécessité exige l'engagement et la participation de l'ensemble des parties prenantes.

Le Secrétariat, le panel de leaders et le Groupe consultatif multipartite du FGI ont, dans l'exercice de leurs fonctions respectives, un rôle clé à jouer à cet égard. Les mécanismes de collaboration et d'échange d'informations avec d'autres organismes internationaux et forums de gouvernance devraient être renforcés, ainsi que les travaux intersessions du FGI. Le renforcement des FGI nationaux et régionaux, en tant qu'espaces de définition d'objectifs et de défis communs destinés à éclairer le programme mondial du FGI, contribue à lutter contre la fragmentation de la gouvernance.

Le FGI est le processus du système des Nations Unies le mieux placé pour combler le fossé entre la discussion et l'action en établissant des liens plus étroits avec d'autres organisations jouant un rôle central dans le fonctionnement de l'Internet, mais aussi avec les institutions multilatérales, grâce à l'innovation et à l'expérimentation continues dans le cadre du FGI.

Le FGI devrait être renouvelé au moins pour 10 ans en tant que plateforme mondiale de premier plan pour une large participation du public et un dialogue sur toutes les questions de gouvernance de l'Internet et de politique numérique connexes. En renforçant le FGI, nous permettrions au

système des Nations Unies de tirer parti de l'héritage et de la pertinence de son modèle tout en évitant une fragmentation accrue des discussions sur la gouvernance de l'Internet et les politiques numériques. Le processus de sélection du pays hôte devrait être plus transparent et tenir compte des droits de l'homme, de l'inclusion, de l'accessibilité et de l'équité des conditions de participation. Celle-ci devrait être ouverte à tous, libre, sûre et accessible, en particulier aux groupes historiquement exclus.

4.2 PACTE NUMÉRIQUE MONDIAL

Afin de jeter les bases d'un « avenir numérique ouvert, libre et sûr pour tous », tel qu'envisagé par le Pacte numérique mondial, NETmundial+10 reconnaît le rôle essentiel de l'Internet et des technologies numériques dans la mise en place de mécanismes de gouvernance inclusifs et participatifs, réaffirmant l'importance d'une approche multipartite des processus de gouvernance de l'Internet et de politique numérique et l'intégrant en son cœur. Les recommandations issues de NETmundial+10 en faveur du renforcement de l'approche multipartite de la gouvernance des technologies numériques et du développement constituent une base pour s'assurer que les politiques et les cadres sont transparents, inclusifs et démocratiques et reflètent les diverses perspectives de toutes les couches de la société.

Dans l'optique de créer une valeur ajoutée et de combler les lacunes des structures actuelles en matière de gouvernance de l'Internet et de forums sur les politiques numériques, il est essentiel que le Pacte numérique mondial renforce et améliore les structures existantes pour faciliter le suivi de la mise en œuvre et l'examen de ses progrès plutôt que de créer de nouvelles structures ou de nouveaux processus. Pour de nombreuses raisons, le FGI est l'instrument approprié pour assurer le suivi de la mise en œuvre des engagements du PNM. Les thèmes abordés dans le PNM, très axés sur la gouvernance numérique, sont déjà à l'ordre du jour du FGI, et ce depuis de nombreuses années.

Le FGI, avec ses structures et mécanismes multipartites, devrait être utilisé comme un espace destiné à faciliter la mise en œuvre et le suivi du Pacte numérique mondial en collaboration avec d'autres agences des Nations Unies telles que l'UIT, le PNUD, la CNUCED, l'UNESCO et l'UNICEF, par le biais des lignes d'action du SMSI en utilisant le Forum du SMSI. En outre, avec la CSTD de l'ONU, il devrait fournir une plateforme pour l'engagement intergouvernemental dans le processus de vérification et de suivi. Le Pacte numérique mondial devrait éviter de diminuer la pertinence

du FGI et de l'approche multipartite dans les processus de gouvernance de l'Internet et de politique numérique.

Grâce à sa mise en œuvre orientée vers l'intégration de ses résultats au processus du SMSI et à des mécanismes de suivi efficaces s'appuyant sur les forums existants, le Pacte numérique mondial est un instrument qui intègre le numérique dans l'accélération de la mise en œuvre des objectifs de développement durable, en s'appuyant sur l'Agenda de Tunis.

Le Pacte numérique mondial représente l'occasion de mettre les technologies numériques au service des efforts mondiaux en faveur de l'inclusion numérique, de la coopération transfrontalière et de la collaboration entre les différentes parties prenantes, de la consolidation et de l'application effective des obligations existantes en matière de droits de l'homme, y compris dans des conditions de crise, soulignant le caractère central du droit international des droits de l'homme en tant que fondement et environnement propice à l'appui de tous les aspects des processus de gouvernance de l'Internet et de politique numérique, y compris par une collaboration renforcée avec le HCDH et d'autres mécanismes des Nations Unies relatifs aux droits de l'homme.

4.3 EXAMEN DU SMSI+20

Le Sommet mondial sur la société de l'information (SMSI) a servi de plateforme centrale pour encourager la coopération entre les gouvernements, le secteur privé, la société civile et les communautés technique et académique afin d'aborder collectivement les opportunités et les défis posés par l'ère numérique sur les sujets techniques et de politique publique dans le domaine de la gouvernance numérique. À l'approche du SMSI+20, un engagement renouvelé et des stratégies innovantes pour réaliser l'inclusion numérique et protéger les droits de l'homme en ligne sont nécessaires à la réalisation des ODD. Le modèle multipartite, qui reconnaît les interactions complexes de divers secteurs et acteurs dans la conception des politiques numériques, est fondamental pour veiller à ce que le SMSI reste un processus agile et dynamique, fondé sur l'élaboration de normes mondiales et de mécanismes de coopération autour de questions numériques clés et sensible à l'expansion des frontières des nouvelles technologies. En s'appuyant sur un engagement ferme en faveur du multipartisme, en encourageant la coopération et en discutant des défis potentiels, de l'évolution des technologies et des tendances dans le paysage numérique, le SMSI peut se préparer à franchir le cap des 20 ans et à voir au-delà.

Compte tenu de la présente déclaration multipartite, l'examen du Sommet mondial sur la société de l'information (SMSI+20) devrait renforcer davantage l'inclusivité, la transparence et la responsabilité des processus de gouvernance de l'Internet et de politique numérique et veiller à ce qu'une attention particulière soit portée à la durabilité environnementale et aux technologies émergentes qui façonnent l'avenir numérique.

4.4 AUTRES PROCESSUS

Nous appelons la communauté multipartite à promouvoir les résultats de l'événement NETmundial+10 en ce qui concerne tout processus national, régional, multilatéral et multipartite qu'elle juge pertinent.

rganizer
gi.br
lian Internet
ing Committee


NETm
São Paulo, Braz



for the governance
of the digital world

mundial+10

il | April 29-30, 2024

C

Braz
Ste



中文


Global challenges
for the governance
of the digital world
NETmundial+10
April 29 - 30, 2024 | Sao Paulo - Brazil



NETmundial+10 Multistakeholder Statement NETmundial+10 多利益相关方声明

Strengthening Internet governance and digital
policy processes

加强互联网治理和数字政策进程

São Paulo, Brazil, April 30th, 2024

巴西圣保罗·2024年4月30日

前言

这份声明是由来自世界各地政府、私营机构、民间社会、技术界和学术界，透过自下而上、开放参与的进程产出的一项不具约束性的成果。旨在加强互联网治理和数字政策进程。

1. 互联网治理和数字政策进程面临的挑战

从2014年至2024年：为《圣保罗指导方针》奠定基础

2024年4月在巴西圣保罗召开的会议上，来自世界各地的学术界、民间社会、政府和国际组织、私营机构以及技术界的利益相关者都认为有必要改进互联网治理和数字政策进程。会议阐明了如何汇聚所有利益相关者、人民、文化、国家和不同经济体，以解决当前的共同挑战。这些挑战超越了互相之间的分歧，唯有利用来自分歧、争论和希望的能量，才能为所有人塑造一个更美好的未来。

基于互联网的多种技术和应用的快速数字化转型、持续创新和传播，包括新的数字技术和颠覆性技术（如人工智能）的作用，给我们带来了机遇和挑战，对经济、政治和公民领域产生了影响。这些都需要在互联网治理和数字政策进程中加以解决。

这些技术为加快人类、社会和经济发展，解决不平等问题，建设更具包容性的社会带来了巨大机遇。与此同时，如果不按照国际法和国际人权法妥善管理，这些技术也可能在国家、经济体和利益相关方之间以及内部带来不确定性、不安全感和权力不对称，加深分歧，影响公民空间，并造成环境影响。任何利益相关方都无法单独应对这些挑战。

互联网治理和数字政策进程比以往任何时候都更需要利益相关方之间前所未有的协调与合作，以有效释放这一大规模变革为世界各地每个人带来的益处，并共同防止和纠正网络侵权行为。

正如《突尼斯议程》和2014年“网络世界峰会”《互联网治理进程原则》等具有里程碑意义的讨论所强调的，互联网治理和数字政策进程应让学术界、民间社会、政府和国际组织、私营机构、技术界和终端用户充分参与。以上各方由始至终被认定为讨论中的利益相关方。

为了加强多方参与的空间，有必要改进建立共识、制定指导方针和提出建议的机制，使社群的声音能够对多边和其他决策进程产生影响，从而找到并实施应对我们所面临挑战的有效解决方案。

2014年的网络世界峰会具有划时代意义，是互联网治理演变过程中的一个重要里程碑。随着信息社会首脑会议和《突尼斯议程》20周年纪念的临近，以及网络世界峰会十周年之际，现在正是时候处理那长期悬而未决的问题：如何帮助所有参与者在多利益相关方模式进程中作出贡献，以创建按照网络化社会的要求，以人为本、可持续和以发展为导向的网络化全球治理架构。

在此背景下，NETmundial+10 聚焦于加强互联网治理架构，汇聚相关利益相关方，提出具体的、不具约束力的建议，以加强多利益相关方模式，包括现行的多边架构和其他相关决策论坛，作为营造共识和建立民主化治理的基础。

NETmundial+10 重申2014年 NETmundial指导互联网治理和数字政策进程的原则，亦提出有效实施这些原则的进程，并传达信息，引导政府间、国家和地区就互联网治理的未来开展对话并做出决策。NETmundial+10 重申有必要建立一个有效和运作良好的多利益相关方治理架构，以促进在多利益相关方模式当中各个领域之间的知情参与和透明互动的必要性。这是为构建一个尊重人权和基本自由、促进可持续发展目标实现，和推动和平、繁荣及环境可持续性，发展包容性社会的数字未来作出贡献的最佳途径。

NETmundial+10 旨在应对这些挑战，包括：

- 重申 NETmundial 2014 声明，其中指出互联网作为全球资源，需根据国际法和国际人权条约，以公众利益为管理基础；
- 确定透明度和问责制度与改进互联网治理和数字政策进程的关联；
- 重申 2014 年通过的“互联网治理进程十项原则”仍然具有现实意义，建议将其适用于应对现有和新出现的数字政策挑战；
- 提供操作指南，帮助在各种情况下实施这些原则；
- 为正在进行的有关数字政策管理结构演变的各种进程提供投入；
- 建议所有利益相关方在各个层面落实本文件提出的原则和指导方针。

本文是由各方政府代表、私营部门、民间社会以及技术界和学术界，于2024年3月至4月期间，以公开磋商的方式收集到的154份在线书面意见为基础，再通过开放、包容、多元的协作，所产生的成果。磋商围绕着三个主题：数字治理进程原则、多方利益相关者机制实施准则和对现行治理进程的建议。

除此之外，两天会议中来自700多名现场和在线参与者的宝贵意见也纳入其中。



2. 互联网治理和数字政策进程原则

2.1. NETmundial 2014 原则经受住了时间的考验

NETmundial 2014 互联网治理进程原则

<https://netmundial.br/2014/netmundial-multistakeholder-statement/>

- 多方利益相关方参与
- 开放、参与、共识驱动
- 透明
- 当责
- 包容和公平
- 分散
- 协作
- 实现有意义的参与
- 无障碍和低门槛
- 灵活性

2014年 NETmundial 会议通过了一系列广泛而实际的互联网治理原则。还通过了一套重点突出的互联网治理进程十项原则（进程原则），而这也是 NETmundial+10会议的着眼点。这些“进程原则”阐述了互联网治理体系应如何在与互联网有关的广泛技术和公共政策事务中发挥作用。它们仍然定义着如何维护一个开放和可互操作的互联网，这是互联网治理和数字政策进程的核心责任和中心价值。

即使科技、社会和经济自2014年以来，急速转型，但这些进程原则在解决今天互联网治理和数字政策挑战方面依然切实有效，并且为所有利益相关方在考量如何制定互联网治理和数字政策进程时，提供了独到而重要的参考。有鉴于这些进程原则尚未充分实践，因此仍需共同努力推动原则的全面实践，为所有利益相关方，尤其在多边数字政策机制下，提供更多、更好、更有意义的参与机会。

互联网治理和数字政策制定进程未来的发展，应以2014年 NETmundial 进程原则为基础，所有利益相关方务必尽力实践这些原则，使其成为社群的共同愿景。

2.2. 多利益相关方进程原则需要所有利益相关方的全面实践

2014年关于多方利益相关方的进程原则如下：

“多利益相关方模式：互联网治理应建立在民主、多方利益相关者进程的基础上，以确保所有利益相关方，包括政府、私营部门、公民社会、技术界、学术界和用户都有意义、可问责地参与。各利益相关方分别的角色和责任应根据当下讨论的问题灵活界定。”

在议题及特定进程的不同阶段，每个利益相关方都有不同的角色和责任。利益相关方之间角色和责任的分配是一个持续（且具争议）的课题。

太多治理进程未能切实应用，多利益相关方进程原则的问题一直备受关注。这尤其归因于所有相关利益相关方缺乏包容性和有意义的参与。让所有利益相关者参与决策，在真正平等的基础上制定进程，确实是避免失败的关键因素。

互联网治理多利益相关方模式，唯有在共融，且利益相关方能在某议题上厘清自身的利益，并为处理问题而参与在进程当中，才能发挥最大功效。当所有利益相关方均能抱着开放的心态接受新思维，愿意理解他人的观点，且愿意妥协以达成共识，多利益相关方模式就会成功。

为最大化互联网治理和数字政策制定进程的效益，利益相关方角色和责任的解读必须灵活且开放。任何领域、组织和个人都不应因过时的分类而被排除在流程之外。

与此同时，在特定议题的不同讨论阶段，纳入所需的相关专业知识和经验，是维护及改进这些进程的重要元素。为了提升各利益相关方对问题的理解，并在立足点平等下参与，能力建构至关重要。这也意味着在议论过程中对不同利益相关方之间和之内的权力不对称的实际分析（和应对）。

2.3. 治理空间的协调至关重要

为了解决数字化转型带来的各种问题，出现了许多举措和流程。有时多个进程并行处理相同的问题。这既有利亦有弊。

对于某些议题，分散式的讨论有助涵盖多元的做法和观点；然而分开讨论也可能导致互不兼容，甚至互相冲突的结果。利益相关方，尤其是全球南部的利益相关方，亦难以同时兼顾多个同时发生且重复的讨论项目。

若要确保互联网治理和数字政策制定进程的有效性，避免论坛的分散和重复很重要。针对议题重叠的问题，论坛之间亟需加强协调。

互联网治理论坛（IGF），通过强化其协调和信息共享的角色，正好能满足此需求。基于其广泛的使命，互联网治理论坛亦应为多边模式数字政策协议做后续讨论场域（见第4节）。互联网治理论坛开放的本质、线上线下混合讨论模式、闭会期间的延伸讨论机制、与地区、国家和洲际互联网治理论坛间的联系，以及其共融参与的设计，正适合履行这些职责。

为了实现对协调和信息共享的期望，或需发展新的工作方式，更需新的人力及财务资源。这些方法的设计可以真正改进协调和信息共享，也可以改进对成果的审议和洞察。它们还可以加强治理进程与成果实施之间的联系，从而提高互联网治理和数字政策进程的整体效率。

任何这样的机制都应尽量避免与既有进程产生冲突、重叠或徒增负担，并确保由下而上、真正立足平等的参与，且保持透明和问责制。

有效优化协作机制将让所有利益相关方得益，并且有助互联网治理和数字政策制定进程处理所关注的问题的能力。



3. 应用多利益相关方模式与优化多边进程

3.1. 优化多边进程中的参与

多边进程需要更加共融，以确保所有利益相关方，尤其是“全球南方”的有效参与。通过广纳利益相关方的意见，融合多元声音及世界观，可以强化多边模式。以下的准则和进程，有助通过共融的进程，促成充分讨论和共识建立，达至更好的决策，确保产出更佳的结果。

要取得成效，所有利益相关方都应该被赋权，针对议题的关注点，有意义地参与每一个讨论阶段。应鼓励委任专家/顾问或搭建具足够资源的平台，以有效促进和分析议程制定阶段、审议期间以及决议草案和案文的各种贡献，遵循商定的准则和时限，并纳入道德和公共利益方面的考虑。同样，在能力建设和教育方面进行大量投资，以加强该进程的每一个步骤，对于实现有效贡献至关重要。重要的是，这些投资应考虑到不同利益攸关方和利益攸关方群体之间和内部的相对权力差异。

本着多利益相关方原则的精神，多边模式的进程亦应进化。多边进程必须分享议程的工作范围，并公告有关进程的透明度承诺，当中包括但不限于一个清楚列明关键参与时机的时间表。定期提供工作进度报告（即使没有进展）让公众能监察实质的产出，是透明度承诺不可或缺的一部分。记录不同的建议是如何取得、评估和被采纳，与异议和分歧的记录同样重要。这些机制亦必须遵循无障碍标准，并提供英语以外的语言的有效参与方案。

强有力的问责机制应成为所有多边进程的一部分，以便有明确的步骤和期限来落实建议。对其决定的影响和建议的落实情况进行反思的具体机制是保持连续性的关键。应努力准确记录每个多边进程，包括采取具体步骤确定与其他类似进程的联系。

因此，必须营造一个安全、可信和公平的环境，解决参与者之间的不平衡问题，使民间社会、私营部门、学术界和技术界能够有意义地参与多边进程。各国政府在保障多样性和实现强有力的多边进程的条件方面负有重要责任。

3.2. 多利益相关方模式共识建立和决策准则（圣保罗多利益相关方模式准则）

我们提议并呼吁国际社会在互联网治理和数字政策进程中采纳和使用一套准则和相关进程步骤（《圣保罗多方利益相关者准则》），这些准则和步骤是从现有的基础文件以及当前的良好实践和经验中提炼出来的。虽然没有放之四海而皆准的准则，但这些准则将有助于地区、国家、地区和全球各级社区建立信任，建立和实施多方利益相关者合作流程和机制，以及评估那些以多方利益相关者名义出现的流程和机制。正如第 3.1 节所讨论的，这些进程和机制也应成为发展和改进多边进程的灵感来源。

以下这些准则补充了2014年 NETmundial 互联网治理进程原则，并提供了具体操作方针。由于多利益相关方合作的性质不断变化，这些指导方针不能一成不变，而必须被视为一份活的文件。无论是在实际执行方面，还是在具体措辞方面，它们都需要不断发展。

因此我们认为，这份初版准则最佳的托管人，意即守护者，正是互联网治理论坛（IGF），并期待 IGF 积极考虑在自身的流程中实践准则的内容，以及对准则进行进一步讨论和演进。这些未来讨论，不但可以涵盖准则内容的轻重缓急排序或统整，建立其应用的测量指标，评估多边或多利益相关方模式的系统并向其问责，和/或制定关于准则应用的进一步说明性指导，如工具包、直观图和流程图。

多方合作、建立共识和决策的指导方针和进程步骤（“准则”）

准则

1. 多方利益相关者进程应注意不同利益相关者之间的权力不对称，并通过向利益相关者提供必要的信息、资源和技能，使其能够有效、有意义和可持续地参与，从而增强利益相关者的能力。透明度措施应旨在使政策进程广为人知、便于获取、易于理解和可操作。
2. 多利益相关方进程应包含利益相关方之间知情和参详的讨论。有意义的对话是对所有进程阶段中产生矛盾的预防机制。
3. 多利益相关方进程应尽可能公平公正地对待所有利益相关方，考虑其各自的需求、能力、现实情况和弱点。利益相关方应平等参与，相互尊重，承认不同观点和贡献的价值，并以针对具体问题的方式承认其作用和责任的不同性质。
4. 多利益相关方进程应以法治精神为治理框架，并尊重国际人权原则，包括经济、社会、文化、公民和政治权利。
5. 多利益相关方进程应尊重和重视参与者的语言多元，并确保所有利益相关方，无论背景、地位或专业水平的无障碍参与。
6. 所有利益相关方都应为多方利益相关方进程的成果分担责任，并在各自的职责范围内坚持问责制和透明度。保护人权的法律和政治责任仍然是政府的首要责任，同时也承认私营部门有责任根据《联合国工商业与人权指导原则》尊重人权。
7. 互联网治理和数字政策进程应该因情境的演变、科技的进化、新兴问题和地缘政治的动态，作出灵活的调整。
8. 在协作式的多利益相关方进程内，应制定争议处理机制，使决策得以制定。
9. 一个全球多利益相关方参与模式的互联网治理和数字政策制定进程，应当认识到跨越国界和利益相关方群组协作的必要性，同时充分考虑并加以利用地方与区域及洲际的观点。

10. 诚如《突尼斯议程》就共融与可持续发展的建议，决策制定时，应考虑其产出对人权的长远影响和其可持续性。
11. 多利益相关方进程的所有阶段，皆应提供能力建构，致力提升参与者，特别是来自发展中国家和缺乏代表的社群，对议题的理解和参与能力。
12. 积极寻求与其他治理论坛和进程间的合作与对话以免工作的重复，并分享成果、最佳实践和经验教训。
13. 协作进程应朝着务实可行的方向进行，使其产出的成果能为互联网治理和数字政策制定进程带来实质和正面的改进。

以流程步骤为导向的指导方针

开放共融的多利益相关方参与模式进程步骤建议：

1. **确立议题范畴：**尽可能地考虑所有受影响的人的观点，来界定多利益相关方协作进程中所商议的议题或事项。
2. **认定利益相关方：**在可行的情况下，尽量认定所有利益相关方，包括受决策或协作影响的个人、团体、组织和社群。
3. **与利益相关方接洽：**积极并贯彻持续地与利益相关方接洽，并通过公开咨询、问卷调查、工作坊及论坛等收集意见和反馈。
4. **共享信息：**提供有关进程、目标和成果清晰完整的资讯，以确保利益相关方之间的透明度和理解，并充分利用可存取的数字记录，包括记录相关进程的文档。
5. **确保公平参与：**确保所有持不同观点和相关利害关系的，包括被边缘化或缺乏代表的群组，都能公平地参与其中。
6. **促进对话：**促进利益相关方之间的开放对话、协作和研讨，鼓励互相尊重的沟通和共识的建立。

7. **草议产出成果：**根据利益相关方之间的对话起草成果草案，并就产出的成果草案更广泛地咨询所有利益相关方。
8. **广纳社群反馈：**根据收集到的意见调整成果草案，并透明地报告意见整合的考虑因素和相应理据。
9. **开放决策过程：**沿用协作式决策进程，让所有利益相关方一同参与找出解决方案，探索利弊得失的权衡，以达成协议。
10. **社群充权：**将最终产出提交给广大社群考虑，并提供相应赋权机制，确保广大社群能回应不符合其利害关系的决议。
11. **决策的实践和问责：**建立实践决策的机制，并向利益相关方兑现承诺问责。
12. **监察和调整：**监察进程，评估效果，并愿意根据反馈和情况的演变调整进程。



4. 对现有项目进程的建议

如 2.3 和 3.2 节所述，目前有多项在联合国框架下进行中的，涉及互联网治理和数字政策制定进程的工作，尤其但不限于围绕《全球数字契约》（GDC）及其《未来契约》所展开的谈判，以及信息社会世界首脑会议+20 审查。这些工作包含了一些建议和潜在路径，可进一步整合一个开放、全球、互通、安全且自由的互联网，让广大的数字政策生态系统能为实现可持续发展目标（SDGs）作出贡献。

作为力图阐明强化改善多利益相关方参与模式之于互联网治理和数字政策进程的路径的一个独一无二且自立的会议，NETmundial+10 锐意向这些进程与项目传递一些特定信息，旨在加强现有的进程，优化资源分配，确保协同、协调和互补。此外，还有许多多边、地区、国家和非政府进程受到本文件所载原则和指导方针的启发，并将这些原则和指导方针的应用中受益。

4.1. 互联网治理论坛（IGF）

互联网治理论坛（IGF）包括年度会议，以及闭会期间各层面的工作，包括以不同形式举行的动态联盟、最佳实践论坛和政策网络、立法和司法小组会议，国家和地区性及洲际的互联网治理论坛，以及青年倡议项目。IGF 汇聚了来自世界各地，各式各样的利益相关方群组。

IGF 已成为讨论互联网治理和数字公共政策的有效空间，尽管一直缺少履行其任务及使命所需的财政资源。IGF 证明了自身具备召集能力和发展空间去进一步探索和推进多利益相关方参与模式在政策议论及决策进程上的创新。尚若得以强化，IGF 可成为信息共享及改进数字治理进程协调的首选平台。其开放性、线上线下的混合模式以及共融的设计，有利于广泛的参与支持。

强化后的 IGF 需要持续应对新兴科技带来的挑战和机遇，并可能需要制定和采用新的工作方法，以真正改善协调、洞察力和信息共享，同时避免与现有进程发生冲突，或给参与的利益相关方和联合国系统造成新的负担。

加强互联网治理论坛（IGF）：

- 需要通过增加财政、技术和人力资源来实现长期可持续性，以巩固其作为协调互联网治理和数字政策制定进程关键议论平台的地位；
- 在分散而不断增长的数字治理生态系统中提供凝聚力并促进参与，确保更共融多元，包括来自缺乏代表的国家、社群、群组和界别，尤其“全球南方”的参与；
- 需要改进程序，以保证审议工作具有包容性、透明性和问责制，从而产生合法性和有效成果。

还需要改善全球、地区及洲际和国家 IGF 之间的协调对话，使各进程的讨论及议程能反映在其中，目标建立从地区到全球观点的连贯性。

在发展过程中，应完善 IGF 输出实质成果的潜质（例如基于实证的政策建议，最佳实践准则和测试建议解决方案的试点项目），从而为政策制定人员提供能力建构和相关信息。这有赖所有利益相关方的投入和参与。

IGF 秘书处、IGF 领导小组和多利益相关方咨询委员会 (MAG) 在履行各自职能时，都有其关键角色。与其他国际组织、治理论坛的协作和信息交流机制，包括 IGF 闭会期间的工作，也需要改善。加强国家和地区网治论坛，将其作为确定共同目标和挑战的空间，为全球网治论坛议程提供信息，有助于解决治理分散的问题。

通过在自身框架内进行持续的创新与实验，与其他协调互联网运作的核心机构，以及多边机关，建立更紧密的联系，IGF 正是联合国体系中最适合弥补政策讨论与实践间差距的项目。

互联网治理论坛作为公众广泛参与所有互联网治理和相关数字政策事务并开展对话的最重要全球平台，应至少延长十年。通过加强互联网治理论坛，我们将使联合国系统能够利用这一模式的遗产和相关性，同时避免互联网治理和数字政策讨论进一步支离破碎。东道国的选择过程应进一步透明化，并考虑到人权、包容性、无障碍环境和公平的参会条件。所有人，特别是历史上被排斥的群体，都应能够自由、安全和公开地参与。

4.2. 全球数字公约

为达成全球数字公约 (GDC) 的愿景，为“人人享有开放、自由和安全的数字未来”奠定基础，NETmundial+10 认识到互联网和数字技术在建立包容性和参与性治理机制方面的重要作用，重申在互联网治理和数字政策进程中采用多方利益相关方方法的重要性，并将这种方法纳入其核心。NET-mundial+10 提出的加强多方参与数字技术和发展治理的建议是确保政策和框架透明、包容、民主和反映社会各阶层不同观点的基础。

以从增加互联网治理和数字政策论坛现有结构的价值和填补其空白的角度来看，关键是全球数据中心应避免在可以加强和改进现有结构或程序的地方建立新的结构或程序，以支持监测全球数据中心的实施情况和审查其进展。出于多种原因，互联网治

理论论坛是跟踪和监测全球数字发展大会承诺落实情况的适当场所。《全球数字数据中心》中提出的主题，以及推动对数字治理的广泛关注的主题，已经列入 IGF 的议程，而且多年来一直如此。

IGF 及其现存的多利益相关方架构与机制，应该用于推进落实、监察并跟进 GDC 的空间，协调联合国其他机构，如国际电信联盟（ITU）、开发计划署（UNDP）、贸易和发展会议（UNCTAD）、教科文组织（UNESCO）和儿童基金会（UNICEF）等合作，通过 WSIS 行动方针，利用信息社会世界首脑会议（WSIS）与科技和发展委员会（USCSTD），提供一个给各国政府参与、接洽、监察与跟进的平台。GDC 应避免削弱 IGF 和多利益相关方参与模式在互联网治理和数字政策制定进程中的重要性。

通过以整合 WSIS 进程与 GDC 的产出成果为落实方向，并配合建于既有论坛的有效跟进机制，GDC 就能立于《突尼斯议程》之上，成为整合数字化以加速实现可持续发展目标（SDGs）的工具。

GDC 是让数字科技与全球关注的议题接轨的一个机遇，诸如数字共融、跨境合作及不同利益相关方之间的协作，巩固并有效地应用既有的人权责任，包括在危急状态中重视国际人权条约作为中心思维，既是所有互联网治理和数字政策制定进程的基础，亦为包括通过与联合国人权事务高级专员办事处（OHCHR）和其他联合国人权机制加强协作造就有利环境。

4.3. WSIS+20 审查

信息社会首脑会议（WSIS）是促进政府、民间社会、私营部门、学术界和技术界合作的重要平台，以共同应对数字时代给科技和公共政策所带来的之于数字治理议题的机遇和挑战。随着 WSIS+20 里程碑的临近，需要对实现数字包容和保护在线人权做出新的承诺并制定创新战略，以充分利用可持续发展目标。多方利益相关方模式承认各部门和各行

动方在制定数字政策方面错综复杂的相互作用，这对于确保信息社会世界首脑会议继续成为一个以围绕关键数字问题制定全球标准和合作机制为基础的动态进程，灵活应对新技术不断扩展的前沿领域至关重要。通过坚定地致力于多方利益相关方，促进合作，讨论数字领域的潜在挑战、不断发展的技术和趋势，信息社会世界首脑会议可以为 20 年里程碑做好准备，并展望未来。考虑到这一多方利益相关方的声明，信息社会世界首脑会议+20 审查应进一步加强网络治理和数字政策进程的包容性、透明度和问责制，并确保其关注环境可持续性和塑造数字未来的新兴技术。

4.4. 其他进程与项目

我们呼吁多利益相关方社群在任何国家、地区、多边和多利益相关方参与模式进程中宣传 NETmundial+10 会议成果。




NETmundial
April 24 - 26, 2024 | Sao Paulo

ACADEMIA

Русский

...
...
...
dial+10
...
Paulo Szat

MIA



Заявление ключевых заинтересованных сторон¹ по итогам NETmundial+10

Совершенствование процессов управления Интернетом и развития политики в цифровой сфере

Сан-Паулу, Бразилия, 30 апреля 2024 г.

Преамбула

Настоящий документ - не обязательный к исполнению результат организованного по принципу «снизу вверх» открытого коллективного процесса с участием представителей правительств, частного сектора, гражданского общества, технического сообщества и научных кругов мира в их стремлении упрочить процессы управления Интернетом и развития политики в цифровой сфере.

1. Вызовы процессам управления Интернетом и политики в цифровой сфере

2014 г. – 2024 г.: создание среды для разработки Сан-Паулуских основополагающих принципов

В апреле 2024 года в Сан-Паулу (Бразилия) представители ключевых заинтересованных сторон: глобального академического сообщества, гражданского общества, правительств и международных организаций, частного сектора и технического сообщества, - заявили о необходимости

¹ В отсутствие возможности буквального перевода термина «multistakeholder» на русский язык здесь и далее в тексте используется описательная конструкция «ключевые заинтересованные стороны» или калька «мультистейкхолдерный» (прим. ред.)

совершенствования процессов управления Интернетом и развития политики в цифровой сфере. На форуме были сформулированы представления о том, как объединить все ключевые заинтересованные стороны, народы, культуры, государства и экономики планеты для решения стоящих перед ними вызовов, которые выходят за рамки существующих различий во взглядах и могут быть разрешены лишь посредством позитивного использования движущей силы различных точек зрения, дебатов и надежд международного сообщества на формирование лучшего будущего для всех и каждого на планете.

Стремительное развитие процессов цифровой трансформации, непрерывный рост инноваций и распространения бесчисленных интернет-технологий и приложений, включая такие новые цифровые и революционные, как искусственный интеллект, одновременно и открывают движущей силы различных точек зрения, и порождают новые вызовы в экономической, политической и общественной областях. Эти проблемы необходимо решать в рамках процессов управления Интернетом и развития политики в цифровой сфере.

Эти технологии порождают огромные возможности для ускорения социального-экономического развития и человеческого капитала, преодоления неравенства и построения более инклюзивного общества. Однако если не контролировать их должным образом в соответствии с международным правом нормами в области прав человека, они могут и стать источником неопределенности, нестабильности и асимметрии властных полномочий как в межгосударственных, так и внутристрановых отношениях, а также в процессах взаимодействия ключевых заинтересованных сторон, усилить разногласия, негативно повлиять на пространство гражданской активности и экологическую среду. Ни одной из ключевых заинтересованных сторон не дано справиться с этими вызовами в одиночку.

Сегодня, как никогда ранее, процессы управления Интернетом и развития политики в цифровой сфере требуют беспрецедентного уровня координации и сотрудничества между ключевыми заинтересованными сторонами, чтобы действенным образом использовать преимущества этой масштабной трансформации в интересах каждого жителя планеты в глобальном масштабе, а также для совместных усилий по предотвращению использования Интернета в противоправных целях.

В программных документах, включая Тунисскую повестку дня для информационного общества и Руководящие принципы процессов

управления Интернетом NETmundial 2014 г., отмечалось, что в процессах управления Интернетом и развития политики в цифровой сфере должны в полной мере участвовать представители академического сообщества, гражданского общества, правительств стран мира и международных организаций, частного сектора, технического сообщества и гражданского общества. В контексте предшествующих и текущих дискуссий все они также признаются в качестве ключевых заинтересованных сторон для уже реализованных целей и сегодняшних задач.

Для развития пространства для участия ключевых заинтересованных сторон необходимо так совершенствовать механизмы достижения консенсуса и разработки руководящих принципов и рекомендаций, чтобы голоса сообществ влияли на прочие процессы принятия решений, включая межгосударственные, что позволит находить и реализовывать действенные ответы на стоящие перед нами вызовы.

Конференция NETmundial 2014 года стала прорывным событием и знаменательной вехой в процессе эволюции системы управления Интернетом. Сегодня в свете приближающейся 20-летней годовщины Всемирной встречи на высшем уровне по вопросам информационного общества и принятия Тунисской повестки дня для информационного общества, а также десятилетней годовщины NETmundial настало время заняться поиском ответа на давно назревший вопрос о том, как содействовать всем участникам глобального диалога в их стремлении внести вклад в мультистейкхолдерный процесс построения глобальной сетевой архитектуры управления Интернетом, которая должна стать человекоцентричной, устойчивой и ориентированной на развитие, как того требует сетевое общество.

В этом контексте NETmundial+10 нацелен на упрочение архитектуры управления Интернетом, объединение соответствующих ключевых заинтересованных сторон для выработки конкретных не имеющих обязательной силы рекомендаций по развитию мультистейкхолдерного подхода к проблеме в качестве основы для выработки консенсуса и демократического управления, в том числе на существующих межгосударственных и других соответствующих площадках для принятия соответствующих решений.

Участники NETmundial+10 подтверждают приверженность руководящим принципам NETmundial 2014 г. в части процессов управления Интернетом и развития политики в цифровой сфере, предлагают процедуры для их действенной реализации и формулируют идеи для развития диалога и



поиска решений о будущем процессов управления Интернетом и развития политики в цифровой сфере на межправительственном, национальном и региональном уровнях. NETmundial+10 подтверждает необходимость создания действенной рабочей мультистейкхолдерной архитектуры управления Интернетом, способствующей информированному, коллегиальному и прозрачному взаимодействию между секторами в рамках модели с участием ключевых заинтересованных сторон, что представляет собой оптимальный способ участия в построении цифрового будущего, основанного на уважении принципа прав человека и его базовых свобод и способствующего прогрессу в достижении Целей устойчивого развития (ЦУР) и становления инклюзивного общества, нацеленного на обеспечение мира, процветания и экологическую устойчивость на планете.

Для содействия процессу выработки ответов на эти вызовы участники конференции NETmundial+10:

- подтверждают приверженность принципам заявления NETmundial 2014 г., в котором декларируется, что Интернет является глобальным ресурсом, управление которым должно осуществляться в интересах общества в соответствии с международным правом и международными нормами в области прав человека;
- признают актуальность принципов прозрачности и подотчетности для совершенствования процессов управления Интернетом и развития политики в цифровой сфере;
- вновь подтверждают неизменную актуальность принятых в 2014 г. 10 принципов процессов управления Интернетом и рекомендуют их применение для решения существующих и новых вызовов в области развития политики в цифровой сфере;
- предлагают практические рекомендации по содействию в реализации этих принципов применительно к различным ситуациям;
- выступают с предложениями по ряду текущих процессов в части эволюции архитектуры управления политикой в цифровой сфере;
- рекомендуют представленные в данном документе принципы и руководящие предложения к реализации всеми ключевыми заинтересованными сторонами на всех уровнях.

Настоящий документ представляет собой результат коллективного, открытого и инклюзивного процесса, основанного на 154 вкладах, внесенных в режиме онлайн представителями правительств, частного сектора, гражданского общества, технического и научного сообществ в ходе открытых консультаций в период с марта по апрель 2024 г. Консультации проводились по трем основным темам: «Принципы процессов управления цифровой средой», «Руководство по внедрению мультистейкхолдерных практик» и «Вклад в текущие процессы управления Интернетом».

Помимо указанных консультаций, в течение двух дней проведения мероприятия ценные идеи и предложения поступили от более чем 700 его участников, присутствовавших как на в зале заседаний, так и удаленно.



2. Принципы процессов управления Интернетом и развития политики в цифровой сфере

2.1 ПРИНЯТЫЕ НА NETMUNDIAL 2014 ПРИНЦИПЫ ПРОЦЕССОВ ПРОШЛИ ПРОВЕРКУ ВРЕМЕНЕМ

Принципы процессов управления Интернетом, принятые на NETmundial 2014

<https://netmundial.br/2014/netmundial-multistakeholder-statement/>:

- Мультистейкхолдерная модель
- Открытость, коллегиальность, консенсусный подход
- Прозрачность
- Подотчетность
- Инклюзивность и равенство
- Децентрализованная модель
- Сотрудничество
- Стимулирование конструктивного участия
- Доступность и низкий порог для входа
- Динамизм

На конференции NETmundial 2014 г. был принят широкий набор базовых принципов, которыми следует руководствоваться в процессе управления Интернетом. Участники форума также приняли десять Принципов процессов управления Интернетом (Принципы), которые стали основным предметом обсуждения на NETmundial+10. Эти Принципы представляют собой декларацию о том, как должна функционировать система управления Интернетом и охватывают широкий спектр связанных с Интернетом технологий и вопросов государственной политики. Они продолжают определять то, как сохранять открытость и интероперабельность Интернета, что остается основным предназначением и фундаментальной ценностью процессов управления Интернетом и развития политики в цифровой сфере.

Даже с учетом стремительности произошедшей с той поры трансформации технической и социально-экономической сфер эти Принципы остаются актуальными и действенными для решения современных задач в области управления Интернетом и развития политики в цифровой сфере



и представляют собой базовый и четкий и ориентир для всех ключевых заинтересованных сторон при решении вопроса о том, как разрабатывать процессы управления Интернетом и развития политики в цифровой сфере.

Поскольку они еще не реализованы в полной мере, необходимы совместные усилия по их всеобъемлющему применению, что, в свою очередь, открывает более широкие и качественные возможности для полноценного участия в этом процессе всех ключевых заинтересованных сторон, особенно в рамках межгосударственных механизмов политики в цифровой сфере.

Принципы процессов NETmundial 2014 должны лежать в основе любых будущих изменений в процессах управления Интернетом и развития политики в цифровой сфере, и крайне важно, чтобы все ключевые заинтересованные стороны реализовали их полностью как единое видение всего сообщества.

2.2 ВСЕ КЛЮЧЕВЫМ ЗАИНТЕРЕСОВАННЫМ СТОРОНАМ НУЖНО В ПОЛНОЙ МЕРЕ РЕАЛИЗОВАТЬ ПРИНЦИП МУЛЬТИСТЕЙКХОЛДЕРНОГО ПРОЦЕССА

Сформулированный в 2014 г. Принцип процесса в части мультистейкхолдеризма гласит:

Модель с участием ключевых заинтересованных сторон: управление Интернетом должно строиться на основе демократических мультистейкхолдерных процессов, обеспечивающих конструктивное и подотчетное участие всех заинтересованных сторон, включая правительства, частный сектор, гражданское общество, техническое сообщество, научное сообщество и сообщество интернет-пользователей. Соответствующие роли и обязанности ключевых заинтересованных сторон должны толковаться гибко в зависимости от обсуждаемого вопроса.

У каждой заинтересованной стороны есть свои роли и обязанности в зависимости от вопросов и этапов конкретных процессов. Распределение ролей и обязанностей между ними остается предметом постоянных (и острых) дебатов.

По-прежнему вызывает озабоченность тот факт, что слишком многие процессы управления не в состоянии должным образом использовать Принцип мультистейкхолдерного Процесса, что объясняется, в частности, недостаточным уровнем инклюзивного и конструктивного участия всех соответствующих заинтересованных сторон. Вовлечение всех их в процесс принятия решений на действительно равных основаниях может стать решающим фактором, позволяющим избежать просчетов.

Мультистейкхолдерные подходы к процессам управления Интернетом и развития политики в цифровой сфере лучше всего работают, когда они носят инклюзивный характер и когда заинтересованные стороны могут определить свой интерес в той или иной проблеме и принять участие в процессе поиска ее решения. Они позволяют добиться успеха, когда наличествует открытость к новым идеям и готовность всех заинтересованных сторон понять точку зрения других и пойти на компромисс во имя консенсуса.

Чтобы процессы управления Интернетом и развития политики в цифровой сфере приносили максимальную пользу, роли и обязанности заинтересованных сторон должны трактоваться гибко и открыто. Отрасли, организации и отдельные лица не должны быть исключены из того или иного процесса из-за предложенной в прошлом устаревшей их категоризации.

При этом важнейшим компонентом защиты и совершенствования таких процессов остается привлечение соответствующих знаний и опыта, необходимых на разных этапах обсуждения конкретной проблемы. Ключевую роль для углубления взаимопонимания между заинтересованными сторонами и расширения возможностей их участия на равных основаниях играет укрепление кадрового потенциала, что также подразумевает реалистичный анализ асимметрий в части распределения полномочий в процессе обсуждения как между заинтересованными сторонами, так и внутри их сообществ и реагирование на подобные асимметрии.

2.3 КЛЮЧЕВОЕ ЗНАЧЕНИЕ КООРДИНАЦИИ ДЕЯТЕЛЬНОСТИ ПЛАТФОРМ УПРАВЛЕНИЯ

В последнее время появилось множество инициатив и процессов, направленных на решение широкого спектра проблем, возникающих в ходе цифровой трансформации. Порой на решение одних и тех же вопросов процессов направлены сразу несколько из них, что несет как положительные, так и отрицательные последствия.

Децентрализованные инициативы по конкретному вопросу могут помочь отразить разнообразие подходов и точек зрения. В то же время существует риск того, что параллельные дискуссии по конкретному вопросу могут породить несовместимые и даже прямо противоположные результаты. Ключевые заинтересованные стороны, и в особенности представители Глобального Юга, также могут столкнуться со сложностью при отслеживании таких параллельных и дублирующих друг друга процессов.

В этой связи важно избегать фрагментации и дублирования площадок для подобного рода дискуссий, чтобы обеспечить эффективность процессов управления Интернетом и развития политики в цифровой сфере и вместо этого настоятельно рекомендуется улучшить координацию процессов, затрагивающих частично дублирующие друг друга вопросы.

Решением проблемы может стать Форум по управлению Интернетом (ФУИ), при условии совершенствования его роли в части координации усилий и обмена информацией. Исходя из его широкого мандата, ФУИ также должен служить площадкой для контроля реализации межгосударственных соглашений в сфере цифровой политики (см. раздел 4). Открытость ФУИ, практикуемый под его эгидой гибридный подход, промежуточные процессы, связь с местными, национальными и региональными инициативами, а также его инклюзивная природа делают ФУИ подходящим инструментом для реализации подобных задач.

Для реализации ожиданий в части координации и обмена информацией, вероятно, потребуются разработать новые операционные методы; особую значимость также обретут новые финансовые и кадровые ресурсы, которые могли бы быть направлены на качественное улучшение координации и обмена информацией, а также на повышение эффективности обсуждения и анализа результатов процесса. Они также могут способствовать укреплению связей между процессами управления и реализацией их результатов, что повысит общую эффективность процессов управления Интернетом и развития политики в цифровой сфере.

Каждый из этих рабочих методов должен быть нацелен на то, чтобы избегать противоречий с существующими процессами, их дублирования или создания новых барьеров, обеспечивая в то же время наряду с прозрачностью и подотчетностью подобных процессов участие по принципу «снизу вверх» на подлинно равных условиях.

Действенные меры по повышению уровня координации пойдут на пользу всем ключевым заинтересованным сторонам и помогут процессам управления Интернетом и развития политики в цифровой сфере решать стоящие перед ними задачи.

3. Применение мультистейкхолдерного подхода и совершенствование межгосударственных процессов

3.1 РАСШИРЕНИЕ УЧАСТИЯ В МЕЖГОСУДАРСТВЕННЫХ ПРОЦЕССАХ

Межгосударственные процессы должны стать более инклюзивными, чтобы обеспечить конструктивное участие всех заинтересованных сторон, особенно тех из них, которые представляют Глобальный Юг. Учет различных мнений и точек зрения через вовлечение более широкого круга ключевых заинтересованных сторон может повысить качество межгосударственных процессов. Выработка более эффективных решений и достижение более высоких результатов обеспечиваются инклюзивными процессами компетентных дискуссий и формированием консенсуса, основанного на приведенных ниже методических рекомендациях и этапах процесса.

Чтобы обеспечить подобные результаты, все ключевые заинтересованные стороны должны иметь возможность на всех этапах процесса вносить конструктивный вклад в поиск решений актуальных проблем. Для эффективного содействия и анализа различных вкладов на всех стадиях процесса: на этапе формирования повестки дня, в ходе дискуссий, а также в процессе подготовки проектов резолюций и текстов документов - в соответствии с согласованными методическими рекомендациями и согласованными сроками работы, а также с учетом этических соображений и общественными интересами, - следует стимулировать привлечение специалистов для выполнения консультативных/экспертных функций и/или задействование обеспеченных достаточными ресурсами платформ,. Аналогичным образом для обеспечения действенного участия критически важно обеспечить значительные инвестиции в наращивание кадрового потенциала и образования, что позволит обеспечить повышение качества реализации всех этапов данного процесса. Важно, чтобы такие инвестиции учитывали относительные различия в части распределения

полномочий как между различными ключевыми заинтересованными сторонами и их группами, так и внутри них.

Следует обеспечить эволюцию природы межгосударственных процессов в духе мультистейкхолдерных принципов. Государственные акторы должны раскрывать информацию о содержании и объемах их деятельности и предавать гласности свои обязательства по обеспечению прозрачности процесса, включая, помимо прочего, график работ с указанием основных возможностей для участия в них других сторон. В рамках этих обязательств на постоянной основе должен предаваться гласности график информирования о ходе реализации процессов (или их отсутствии), включая открытый доступ к конкретным их результатам. В этой связи важно обеспечить наличие в открытом доступе документации о вкладах в эти работы, методике их оценки и учета, а также документации, отражающей прочие и отличные мнения. В такие механизмы должны быть реализованы требования к их доступности, и они должны предоставлять действенную возможность участия носителей языков помимо английского.

Неотъемлемой частью всех межгосударственных процессов должны стать действенные механизмы подотчетности, что позволит обеспечить четкие сроки и этапы реализации рекомендаций. Для обеспечения устойчивости функционирования указанных процессов ключевое значение приобретают конкретные механизмы анализа действенности решений и статуса внедрения рекомендаций. Необходимо прилагать усилия для строгого документирования каждого межгосударственного процесса, включая и конкретные шаги по выявлению его взаимосвязей с другими аналогичными процессами.

Следовательно, крайне важно культивировать безопасную, доверительную и справедливую среду, в которой устраняются диспропорции между участниками, а гражданское общество, частный сектор, научное и техническое сообщества имеют возможность полноценно участвовать в межгосударственных процессах. Основная ответственность в части гарантирования условий по обеспечению многообразия мнений и приданию межгосударственным процессам устойчивости ложится на правительства.

3.2 МЕТОДИЧЕСКИЕ РЕКОМЕНДАЦИИ ПО ФОРМИРОВАНИЮ КОНСЕНСУСА И ПРИНЯТИЯ РЕШЕНИЙ С УЧАСТИЕМ КЛЮЧЕВЫХ ЗАИНТЕРЕСОВАННЫХ СТОРОН (Сан-Паулуские Мультистейкхолдерные Методические Рекомендации)

Мы предлагаем и призываем мировое сообщество принять и использовать в процессах управления Интернетом и развития политики в цифровой сфере настоящий свод методических рекомендаций и соответствующих этапов процесса (Сан-Паулуские Мультистейкхолдерные Методические Рекомендации), разработанный на основе существующих основополагающих документов, а также текущей передовой практики и опыта. Не являясь универсальным средством, они должны содействовать субнациональным, национальным, региональным и глобальным сообществам в вопросах укрепления доверия, разработки и реализации процессов и механизмов сотрудничества с участием ключевых заинтересованных сторон, а также анализа процессов и механизмов, представляемых как мультистейкхолдерные, но остающихся таковыми только по названию. Как указано выше в разделе 3.1, эти методические рекомендации должны также служить источником вдохновения для усилий по эволюции и совершенствованию межгосударственных процессов.

Представленные ниже методические рекомендации дополняют Принципы процессов управления Интернетом NETmundial 2014 г. и способствуют их реализации на практике. Поскольку природа мультистейкхолдерного сотрудничества постоянно эволюционирует, эти рекомендации не следует рассматривать как высеченные в граните – они должны оставаться живым документом и постоянно развиваться как в части их практической реализации, так и в отношении редакции самого их текста.

Поэтому мы рекомендуем рассматривать ФУИ как наиболее адекватную платформу для роли депозитария (трасти) данного первого свода методических рекомендаций и надеемся, что ФУИ рассмотрит возможность их имплементации в его собственных внутренних процессах и их дальнейшего обсуждения и эволюции. Такого рода дальнейшие обсуждения могут затрагивать, в частности, ранжирование данных методических рекомендаций и/или распределение их по кластерам, разработку количественных параметров оценки результатов их применения, систем анализа и обеспечения подотчетности межгосударственных и мультистейкхолдерных процессов и/или разработку дальнейших методических рекомендаций по их применению - таких, как инструментарий, наглядные материалы и блок-схемы.

Методические рекомендации и этапы процессов («Рекомендации») для процессов мультистейкхолдерного сотрудничества, достижения консенсуса и принятия решений

РЕКОМЕНДАЦИИ

1. Мультистейкхолдерные процессы должны учитывать асимметрию в части полномочий различных заинтересованных сторон и расширять их возможности, предоставляя им необходимую информацию, ресурсы и умения и навыки для эффективного, конструктивного и устойчивого участия в них. Меры по обеспечению прозрачности должны быть направлены на то, чтобы сделать процессы выработки политики открытыми, доступными, понятными и реализуемыми.
2. Мультистейкхолдерные процессы должны включать практику информированного и взвешенного обсуждения вопросов ключевыми заинтересованными сторонами. Конструктивный диалог - одно из средств предотвращения конфликтов мнений на всех этапах процесса.
3. Мультистейкхолдерные процессы должны строиться на принципах справедливости и беспристрастности по отношению ко всем заинтересованным сторонам с учетом их соответствующих потребностей, возможностей, реалий и уязвимостей. Заинтересованные стороны должны участвовать на равных условиях, относиться друг к другу с уважением, признавая ценность различающихся точек зрения и разных вкладов в сотрудничество, а также различный характер их ролей и обязанностей в процессе решения того или иного вопроса.
4. Мультистейкхолдерные процессы должны следовать принципу верховенства закона и реализовываться с соблюдением международных принципов прав человека, включая экономические, социальные, культурные, гражданские и политические права.
5. Мультистейкхолдерные процессы должны строиться на основе уважения и осознания ценности языкового многообразия их участников, а также оставаться доступными для всех заинтересованных сторон, независимо от их происхождения, статуса или уровня компетентности.



6. Выступая в соответствующий роли, все заинтересованные стороны должны разделять ответственность и поддерживать подотчетность и прозрачность в части результатов мультистейкхолдерного процесса; при этом юридическая и политическая ответственность за реализацию функции защиты прав человека остается главной обязанностью правительств. Вместе с тем признается ответственность частного сектора за соблюдение прав человека в соответствии с Руководящими принципами предпринимательской деятельности в аспекте прав человека ООН.
7. Процессы управления Интернетом и развития политики в цифровой сфере должны оставаться гибкими и адаптивными по отношению к меняющимся обстоятельствам, развивающимся технологиям, новым проблемам и динамике геополитической среды.
8. Для реализации возможности принятия решений в рамках коллективного мультистейкхолдерного процесса должны быть предусмотрены механизмы разрешения споров между заинтересованными сторонами.
9. Глобальный мультистейкхолдерный подход к процессам управления Интернетом и развития политики в цифровой сфере должен учитывать необходимость совместных действий трансграничного характера с вовлечением в процесс различных групп заинтересованных сторон; при этом должным образом учитывается и максимально задействуется местная и региональная специфика.
10. Решения должны приниматься с учетом их долгосрочных последствий и устойчивости их результатов с точки зрения прав человека и инклюзивного и устойчивого развития в соответствии с Тунисской повесткой дня.
11. На всех этапах мультистейкхолдерного процесса должны реализовываться мероприятия по совершенствованию кадрового потенциала, которые способствуют повышению информированности и умений и навыков заинтересованных сторон, в частности, из развивающихся стран и недостаточно представленных сообществ.
12. Следует активно налаживать сотрудничество и диалог с другими площадками и процессами в области управления, чтобы избежать

дублирования усилий и обмениваться результатами, передовым опытом и извлеченными уроками.

13. Процессы сотрудничества должны быть ориентированы на практические, достижимые цели, которые приведут к реальным результатам и позитивным изменениям в процессах управления Интернетом и развития политики в цифровой сфере.

Методические рекомендации с ориентацией на этапы процессов

РЕКОМЕНДУЕМЫЕ ЭТАПЫ ОТКРЫТОГО И ИНКЛЮЗИВНОГО МУЛЬТИСТЕЙКХОЛДЕРНОГО ПРОЦЕССА:

1. Оцените рассматриваемые вопрос(ы): определите проблему или ряд проблем, которые будут рассматриваться в рамках сотрудничества с участием ключевых заинтересованных сторон, учитывая, насколько это возможно, все возможные точки зрения.
2. Определите заинтересованные стороны: исходя из требований инклюзивности и используя максимально гибкий подход, определите все соответствующие заинтересованные стороны, включая отдельных физических лиц, группы, организации и сообщества, которые могут стать объектами конечного решения или субъектами процесса сотрудничества.
3. Привлеките заинтересованные стороны: активно и последовательно вовлекайте в работу все заинтересованные стороны на протяжении всего процесса, используя такие методы, как общественные консультации, опросы, семинары и форумы для сбора мнений и отзывов.
4. Делитесь информацией: предоставляйте четкую и полную информацию о процессе, его целях и результатах для обеспечения прозрачности и понимания его заинтересованными сторонами, в полной мере используя доступные цифровые материалы, в том числе соответствующую документацию по процессу.
5. Обеспечьте равноправное участие: обеспечьте равноправное участие всех соответствующих сторон, с их разнообразными взглядами и интересами, включая маргинализированные или недостаточно представленные группы.

6. Способствуйте диалогу: способствуйте культуре открытого диалога, сотрудничества и обсуждения вопросов соответствующими заинтересованными сторонами, поощряя уважительное общение и достижение консенсуса.
7. Подготовьте проект итогового документа: разработайте проект итогового документа для консультаций на основе диалога между соответствующими заинтересованными сторонами и проведите консультации по результатам процесса с расширенным кругом всех заинтересованных сторон.
8. Учитывайте обратную связь от широкого сообщества: внесите коррективы в проект итогового документа с учетом полученных в ходе консультаций мнений, открыто и гласно при этом информируя сообщество о том, какие мнения были приняты во внимание и по какой причине.
9. Используйте открытый подход к принятию решений: реализуйте процессы коллективного принятия решений с привлечением всех соответствующих заинтересованных сторон к поиску решений, изучению компромиссных их вариантов и достижению соглашений.
10. Предоставьте сообществу возможность воспользоваться своими полномочиями: представьте окончательные результаты на рассмотрение широкого сообщества, предусмотрев механизмы, позволяющие ему отреагировать на результаты, которые идут вразрез с его интересами.
11. Обеспечьте подотчетность при принятии решений и в процессе их внедрения: создайте механизмы для имплементации принятых решений и соблюдения заинтересованными сторонами взятых на себя обязательств.
12. Мониторинг и адаптация: отслеживайте деятельность в рамках реализуемого процесса, оценивайте его результаты и будьте готовы адаптировать процесс на основе полученной обратной связи и меняющихся обстоятельств.

4. Вклад в текущие процессы

Как указано в разделах 2.3 и 3.2, в настоящее время под эгидой ООН реализуются несколько процессов в области управления Интернетом и развития политики в цифровой сфере, включая, в частности, дискуссии по Глобальному цифровому договору в рамках Саммита будущего вкупе с Пактом на будущее, а также анализ ВВУИО+20. Эти процессы включают разработку рекомендаций и потенциальные траектории дальнейшего развития открытого, глобального, интероперабельного, безопасного и свободного Интернета и более широкой экосистемы политики в цифровой сфере, способствующих достижению Целей устойчивого развития (ЦУР).

Как уникальный форум особого характера, участники которого пытаются сформулировать конкретный вариант развития и совершенствованию мультистейкхолдерной модели процессов управления Интернетом и развития политики в цифровой сфере NETmundial+10 стал платформой, в рамках которой озвучиваются конкретные предложения, направленные на развитие существующих процессов, оптимизацию распределения ресурсов, создание синергетического эффекта, обеспечения его координации и взаимодополняемости. Представленные в настоящем документе принципы и методические рекомендации подготовлены на основе анализа множества межгосударственных, региональных, национальных и общественных процессов, которые, в свою очередь, выиграют от реализации указанных принципов и рекомендаций на практике.

4.1 ФОРУМ ПО УПРАВЛЕНИЮ ИНТЕРНЕТОМ (ФУИ)

Структура Форума по управлению Интернетом включает ежегодную конференцию, межсессионную деятельность в формате динамических коалиций, форумов по обмену передовым опытом и сетевому взаимодействию по выработке политики, парламентского и судебного треков, а также национальных и региональных ФУИ и молодежных инициатив на всех уровнях. ФУИ объединяет различные группы заинтересованных сторон из разных уголков планеты.

Несмотря на дефицит финансовых ресурсов, необходимых для оптимальной реализации своего мандата, ФУИ является действенной платформой для дискуссий и сотрудничества в области управления Интернетом и развития политики в цифровой сфере. ФУИ продемонстрировал организационные возможности и потенциал для дальнейшего изучения и развития инновационных мультистейкхолдерных

подходов к выработке политики и процессам принятия решений. При условии дальнейшего развития его потенциала он может стать наиболее предпочтительной площадкой для информационного обмена и совершенствования координации процессов в сфере цифрового управления. Его открытая природа, использование гибридных подходов и заложенный в нем принцип инклюзивности способствуют поддержке участия в нем широкого круга акторов.

Обновленный ФУИ должен продолжать практику анализа вызовов и изучения возможностей, порождаемых новыми технологиями, а также разрабатывать и внедрять новые методы работы, которые смогут реально обеспечить совершенствование координации, понимания и информационного обмена, при этом не противопоставляя себя текущим процессам или генерируя новые вызовы для участвующих в нем заинтересованных сторон и системе ООН в целом.

Обновленный Форум по управлению Интернетом:

- требует устойчивости в долгосрочной перспективе за счет привлечения в достаточных объемах финансовых, технических и человеческих ресурсов, чтобы консолидировать свою роль ключевой платформы для координации всеобъемлющей дискуссии по вопросам процессов управления Интернетом и развития политики в цифровой сфере;
- сможет обеспечить сплоченность и упростить участие в растущей распределенной и экосистеме цифрового управления, обеспечивая более инклюзивное и разнообразное участие недостаточно представленных стран, сообществ, групп и отраслей, в частности, из стран глобального Юга;
- потребует дальнейшего совершенствования процедур, гарантирующих инклюзивность, прозрачность и подотчетность идущих в его рамках дискуссий, чтобы обеспечить легитимность и действенность процесса подобных дебатов.
- Необходимо также повысить качество диалога и координацию между глобальными, региональными и национальными ФУИ, чтобы их дискуссии и повестки дня могли способствовать развитию процессов и установлению между ними преемственности как на местном, так и на глобальном уровнях.

В целях совершенствования кадрового потенциала и информирования лиц, ответственных за выработку мер государственной политики в процессе развития ФУИ необходимо оптимизировать его потенциал по достижению осязаемых результатов (таких, как фактологически обоснованные рекомендации по вопросам политики, методические руководства по применению передовых практик и пилотные проекты для тестирования предлагаемых решений), что требует от всех заинтересованных сторон ответственного подхода и участие в его работе.

В этом отношении ключевую роль в рамках своего функционала должны играть Секретариат ФУИ, Руководящая группа ФУИ и Мультистейкхолдерная консультативная группа. Необходимо совершенствовать механизмы сотрудничества и обмена информацией с другими международными органами и форумами по вопросам управления, а также межсессионную работу ФУИ. Решению проблемы фрагментации управления способствует укрепление национальных и региональных ФУИ как площадок для определения общих целей и задач, на основе которых составляется глобальная повестка ФУИ.

ФУИ – это процесс в системе ООН, который, благодаря постоянным инновациям и экспериментам под его эгидой, лучше всего отвечает задаче устранения пробелов между дискуссией и действием посредством установления более тесных связей с другими организациями, которые играют центральную роль в функционировании Интернета, а также с межгосударственными структурами.

Необходимо продлить мандат ФУИ в качестве первостепенной глобальной платформы как минимум на 10 лет для широкого участия в нем общественности и диалога по всему спектру проблематики в области управления Интернетом и связанной с ним развития политики в цифровой сфере. Совершенствование ФУИ позволит системе ООН использовать актуальные наработки этой модели, избегая при этом дальнейшей фрагментации дискуссий по вопросам управления Интернетом и развития политики в цифровой сфере. Процесс выбора страны- хозяйки, ежегодно проводимого Форума должен стать еще более прозрачным и решения в этой части должны приниматься с учетом прав человека и требований соблюдения принципов инклюзивности, доступности и равных условий для участия. Бесплатное, безопасное и открытое участие в ФУИ должно обеспечиваться для всех и каждого, особенно для исторически исключенных из этого процесса групп.

4.2 ГЛОБАЛЬНЫЙ ЦИФРОВОЙ ДОГОВОР

Чтобы заложить основы для «открытого, свободного и безопасного цифрового будущего для всех», как это предусмотрено Глобальным цифровым договором, NETmundial+10 признает важнейшую роль Интернета и цифровых технологий в создании механизмов инклюзивного и коллегиального управления, подтверждает важность мультистейкхолдерного подхода к управлению Интернетом и процессам развития политики в цифровой сфере и закладывает его в основу своей деятельности. Рекомендации NETmundial+10, направленные на укрепление мультистейкхолдерного подхода к управлению цифровыми технологиями и развитием, являются основой для обеспечения прозрачности, инклюзивности, демократичности и отражения различных точек зрения всех общественных групп и течений.

С учетом императива повышения ценности и устранения пробелов в существующих структурах управления Интернетом и форумах в области цифровой политике важно, чтобы Глобальный цифровой договор не привел к созданию новых структур или процессов там, где могли бы быть усовершенствованы и оптимизированы существующие структуры обеспечения мониторинга хода реализации принимаемых под его эгидой решений. По многим причинам ФУИ является наиболее адекватной платформой для реализации подобных задач видится ФУИ, поскольку вопросы, представленные в Глобальном цифровом договоре и в значительной степени определяющие внимание к проблеме управления цифровой средой, уже давно включены в повестку ФУИ и остаются в ней на протяжении многих лет.

ФУИ, с его мультистейкхолдерной структурой и механизмами, должен использоваться как пространство для содействия реализации задач по внедрению, мониторингу и последующей деятельности по имплементации Глобального цифрового договора, и он должен действовать в сотрудничестве с другими структурами ООН - такими, как МСЭ, ПРООН, ЮНКТАД, ЮНЕСКО и ЮНИСЕФ, в рамках направлений деятельности ВВУИО, используя Форум ВВУИО, и совместно с Центром развития науки и техники ООН предоставлять платформу для межправительственного участия в процессе мониторинга последующей деятельности. В процессе реализации Глобального цифрового договора следует избегать снижения значимости ФУИ и мультистейкхолдерного подхода в процессах управления Интернетом и развития политики в цифровой сфере.

Направленный на интеграцию результатов с процессом ВВУИО и эффективными механизмами мониторинга его реализации на основе существующих площадок и руководствуясь положениями Тунисской повестки дня, Глобальный цифровой договор становится инструментом интеграции цифровых технологий в деятельность по ускорению темпов имплементации ЦУР.

Глобальный цифровой договор – это возможность направить цифровые технологии в область усилий мирового сообщества по содействию цифровой инклюзивности, трансграничному сотрудничеству и взаимодействию между ключевыми заинтересованными сторонами, консолидации и эффективному применению существующих обязательств в области прав человека, в том числе в условиях кризиса, с упором на фундаментальную роль международных норм в области прав человека как основы и благоприятной среды для поддержки всех аспектов процессов процесса управления Интернетом и развития политики в цифровой сфере, в том числе путем развития сотрудничества с Управлением Верховного комиссара ООН по правам человека и другими и механизмами ООН по обеспечению соблюдения прав человека.

4.3. АНАЛИЗ ВВУИО+20

Всемирная встреча на высшем уровне по вопросам информационного общества (ВВУИО) стала важнейшей платформой для развития сотрудничества между правительствами, гражданским обществом, частным сектором, научным и техническим сообществами с целью коллективного поиска возможностей и решения порожденных цифровой эпохой проблем технического и общественного характера в области цифрового управления. Мы приближаемся к важной вехе - ВВУИО+20-, и для достижения ЦУР необходимо принять новые обязательства и использовать инновационные стратегии по обеспечению цифровой интеграции и защите прав человека в Интернете. Мультистейкхолдерная модель, которая признает сложное взаимодействие различных отраслей и субъектов в процессе формирования политики в цифровой сфере, остается основополагающим фактором для обеспечения того, чтобы ВВУИО оставалась динамичным, основанным на выработке глобальных норм и механизмов сотрудничества по ключевой проблематике в цифровой сфере, гибким и быстро реагирующим на расширение границ новых технологий процессом. ВВУИО сможет встретить свою 20-летнюю годовщину, опираясь на непоколебимую приверженность мультистейкхолдерной модели, способствуя сотрудничеству и обсуждению

потенциальных проблем, развивающихся технологий и тенденций в цифровой сфере, и сохранить свою актуальность и после нее Принимая во внимание настоящее мультистейкхолдерное заявление, стороны-участники Анализа ВВУИО+20 должны повысить уровень инклюзивности, прозрачности и подотчетности процессов управления Интернетом и развития политики в цифровой сфере и сохранить в центре своего внимания вопросы экологической устойчивости и новых технологий, призванные формировать цифровое будущее.

4.4 ПРОЧИЕ ПРОЦЕССЫ

Мы призываем мультистейкхолдерное сообщество содействовать по своему усмотрению результаты NETmundial+10 в рамках всех национальных, региональных, межгосударственных и мультистейкхолдерных процессов.

Building on a strong
maximizing the potential
SIS can prepare for
ment into account,
and accountability of
for environmental

NETmundial+10
r processes they

NETmundial

São Paulo, Brazil | April



April 29 - 30, 2024

undial+10

il 29-30, 2024

and responsive to the expanding frontiers of digital technology, a renewed commitment to multistakeholderism, fostered through dialogue and challenges, evolving technologies and trends, and look beyond the 20-year milestone. Take the WSIS+20 review should further enhance the internet governance and digital policy process. Sustainability and emerging technologies should

4.4. Other Processes

We call on the multistakeholder community to participate in this event with respect to any national, regional or local concerns deemed relevant.

اللغة العربية



Global challenges
for the governance
of the digital world

undial+10

4 | Sao Paulo - Brazil

بيان اجتماع NETmundial+10 لأصحاب المصلحة المتعددين

تعزيز مسارات حوكمة الإنترنت والسياسات الرقمية

ساو باولو، البرازيل، 30 أبريل 2024

المقدمة

هذه نتيجة غير ملزمة من مسار تشاركي مفتوح للجميع اتبع نهج تصاعدي من القاعدة إلى القمة بمشاركة أفراد من الحكومات والقطاع الخاص والمجتمع المدني والمجتمع التقني والأوساط الأكاديمية من جميع أنحاء العالم. ويطمح هذا البيان إلى تعزيز مسارات حوكمة الإنترنت والسياسات الرقمية.



1. التحديات التي تواجه مسارات حوكمة الإنترنت والسياسات الرقمية

من 2014 إلى 2024: التمهيد لمبادئ ساو باولو التوجيهية

خلال انعقاد هذا الاجتماع في ساو باولو، البرازيل، في أبريل 2024، أكد أصحاب المصلحة من الأوساط الأكاديمية والمجتمع المدني والحكومات والمنظمات الدولية والقطاع الخاص والمجتمع التقني من جميع أنحاء العالم على ضرورة تحسين مسارات حوكمة الإنترنت والسياسات الرقمية. وأوضحت هذه الفعالية كيفية جمع جميع أصحاب المصلحة والأفراد والثقافات والدول والاقتصادات المختلفة معاً لحل التحديات المشتركة التي نواجهها. وتتجاوز هذه التحديات انقساماتنا ولا يمكن حلها إلا من خلال تسخير طاقة خلافاتنا وجدالاتنا وأماننا لتشكيل مستقبل أفضل للجميع.

إن التحول الرقمي السريع والابتكار المستمر وانتشار تقنيات وتطبيقات الإنترنت المتعددة، بما في ذلك دور التقنيات الرقمية الجديدة والثورية مثل الذكاء الاصطناعي، تقدم لنا فرصاً وتحديات تؤثر في المجالات الاقتصادية والسياسية والمدنية. ويجب التعامل مع هذه التحديات من خلال مسارات حوكمة الإنترنت والسياسات الرقمية.

تتيح هذه التقنيات فرصاً عظيمة لتسريع التنمية البشرية والاجتماعية والاقتصادية ومعالجة الفوارق وبناء مجتمعات أكثر شمولية. وفي الوقت نفسه، إذا لم تُدار هذه التقنيات بشكل صحيح وفقاً للقانون الدولي وقانون حقوق الإنسان الدولي، يمكن أيضاً أن تُحدث حالة من عدم اليقين وانعدام الأمن وعدم التوازن في القوى بين داخل الدول والاقتصادات وأصحاب المصلحة، مما يزيد من تعميق الفجوات ويؤثر على الفضاء المدني ويسبب تأثيرات بيئية. ولا يمكن لأي صاحب مصلحة مواجهة هذه التحديات بمفرده.

تتطلب مسارات حوكمة الإنترنت والسياسات الرقمية، أكثر من أي وقت مضى، تنسيقاً وتعاوناً غير مسبوقين بين أصحاب المصلحة لإطلاق فوائد هذا التحول الهائل بشكل فعال للجميع، في كل مكان - ولتجنب الانتهاكات عبر الإنترنت ومعالجتها بشكل تعاوني.

وفق ما أبرزته النقاشات الهامة مثل نقاشات أجندة تونس ونقاشات "مبادئ مسار حوكمة الإنترنت" خلال اجتماع NETmundial لعام 2014، يجب أن تشمل مسارات حوكمة الإنترنت والسياسات الرقمية - بشكل كامل - الأوساط الأكاديمية والمجتمع المدني والحكومات والمنظمات الدولية والقطاع الخاص والمجتمع التقني والمستخدمين النهائيين. كما يُعترف بالأطراف المذكورة كأصحاب مصلحة لأغراض المناقشات السابقة والجارية.

لتعزيز مساحات مشاركة لأصحاب المصلحة المتعددين، من الضروري تحسين آليات لبناء التوافق وإصدار إرشادات وتوصيات بحيث تسمح هذه الآليات أن يكون لأصوات المجتمعات تأثير في عمليات اتخاذ القرار المتعددة الأطراف وغيرها، حتى يتم التمكن من إيجاد وتنفيذ حلول فعالة للتحديات التي نواجهها.

كان اجتماع NETmundial لعام 2014 من الفعاليات البارزة، حيث شكل علامة فارقة في تطور حوكمة الإنترنت. ومع اقتراب الذكرى العشرين للقمّة العالمية لمجتمع المعلومات وأجندة تونس، وبعد عقد من انعقاد اجتماع NETmundial، حان الوقت لمعالجة القضية العالقة: كيفية مساعدة جميع الأطراف على المساهمة في مسار متعدد أصحاب المصلحة لإنشاء هيكل حوكمة عالمي متصل عبر شبكة الإنترنت يكون محوره الأفراد ومستدامًا وموجهًا نحو التنمية، حسب ما يتطلبه المجتمع المنصل عبر شبكة الإنترنت.

في هذا السياق، ركز اجتماع NETmundial+10 على تعزيز هيكل حوكمة الإنترنت وتجميع أصحاب المصلحة المعنيين لتقديم توصيات ملموسة وغير ملزمة حول كيفية تعزيز نهج تعدد أصحاب المصلحة كأساس لبناء التوافق والحوكمة الديمقراطية، بما في ذلك في المنتديات المتعددة الأطراف القائمة وغيرها من المنتديات اتخاذ القرار ذات الصلة.

يؤكد اجتماع NETmundial+10 على مبادئ اجتماع NETmundial لعام 2014 لتوجيه مسارات حوكمة الإنترنت والسياسات الرقمية ويقترح إجراءات لتنفيذها بفعالية ويوجه رسائل لتشكيل الحوارات الحكومية الوطنية والإقليمية والقرارات المتعلقة بمستقبل مسارات حوكمة الإنترنت والسياسات الرقمية. ويؤكد اجتماع NETmundial+10 على الحاجة إلى بناء هيكل حوكمة متعدد أصحاب المصلحة وفعال وقابل للتشغيل بسهل المشاركة المستنيرة والتشاركية والشفافة بين القطاعات في نموذج متعدد أصحاب المصلحة. وهذه هي أفضل طريقة للمساهمة في بناء مستقبل رقمي يحترم حقوق الإنسان والحريات الأساسية ويعزز التقدم نحو تحقيق أهداف التنمية المستدامة وتطوير مجتمعات شاملة تعزز السلام والازدهار والاستدامة البيئية للجميع.

لمواجهة هذه التحديات، يؤكد اجتماع NETmundial+10 على ما يلي:

- إعادة التأكيد على بيان اجتماع NETmundial لعام 2014 الذي ينص على أن الإنترنت هو مورد عالمي يجب إدارته بما يصب في المصلحة العامة، وفقًا للقانون الدولي وقانون حقوق الإنسان الدولي؛
- الاعتراف بأهمية الشفافية والمساءلة لتحسين مسارات حوكمة الإنترنت والسياسات الرقمية؛
- إعادة التأكيد على استمرار أهمية المبادئ العشرة لمسارات حوكمة الإنترنت التي تم اعتمادها في 2014، والتوصية بتطبيقها لمواجهة التحديات الرقمية الحالية والمستقبلية؛
- تقديم إرشادات تشغيلية للمساعدة في تنفيذ هذه المبادئ في حالات متنوعة؛
- تقديم مدخلات في المسارات العديدة الجارية المتعلقة بتطور هيكل الحوكمة للسياسات الرقمية؛ و
- التوصية بأن يقوم جميع أصحاب المصلحة بتنفيذ المبادئ والإرشادات المنصوص عليها في هذه الوثيقة على جميع المستويات.

تمثل هذه الوثيقة المخرج من مسار تعاوني ومفتوح للجميع وشامل، تم تشكيلها من خلال 154 مساهمة مكتوبة تم مشاركتها عبر الإنترنت من ممثلين عن الحكومات والقطاع الخاص والمجتمع المدني والمجتمعات النخبية والأكاديمية التي تم جمعها من خلال مشاورات مفتوحة للجمهور عُقدت بين مارس وأبريل 2024. تمحورت هذه المشاورات حول ثلاثة مواضيع رئيسية: مبادئ مسارات الحوكمة الرقمية وإرشادات لتنفيذ آليات متعددة أصحاب المصلحة ومساهمات في مسارات الحوكمة الجارية.

بناءً على المشاورات التي جرت، تم جمع مدخلات قيمة من أكثر من 700 مشارك حضروا بشكل شخصي وعبر الإنترنت خلال يومي هذه الفعالية.

2. مبادئ مسارات حوكمة الإنترنت والسياسات الرقمية

2.1. أثبتت مبادئ المسار لاجتماع NETmundial 2014 جدواها عبر الزمن

مبادئ مسار حوكمة الإنترنت 2014 NETmundial

<https://netmundial.br/2014/netmundial-multistakeholder-statement/>

- تعدد أصحاب المصلحة
- الافتتاح والمشاركة والاعتماد على التوافق
- الشفافية
- المساواة
- الشمول والعدالة
- التوزيع
- التعاون
- تمكين المشاركة الفاعلة
- اللباذا والحوار المنخفضة
- المرونة

قام اجتماع NETmundial لعام 2014 باعتماد مجموعة واسعة من المبادئ الجوهرية لتوجيه حوكمة الإنترنت. كما اعتمد مجموعة مركزة من عشرة مبادئ لمسارات حوكمة الإنترنت (مبادئ المسار)، وهي محور رئيسي لهذا الاجتماع NETmundial+10. وتمثل هذه المبادئ بياناً لكيفية عمل نظام حوكمة الإنترنت عبر النطاق الواسع للتقنيات ومسائل السياسات العامة المتعلقة بالإنترنت، وتواصل هذه المبادئ تعريف كيفية الحفاظ على إنترنت مفتوح للجميع وقابل للتشغيل البيئي، وهو ما يمثل مسؤولية أساسية وقيمة مركزية لمسارات حوكمة الإنترنت والسياسات الرقمية.

وعلى الرغم من التحولات التقنية والاجتماعية والاقتصادية السريعة التي وقعت منذ ذلك الحين تظل هذه المبادئ ذات صلة وصالحة لمواجهة تحديات حوكمة الإنترنت والسياسات الرقمية اليوم وتمثل مرجعاً مميّزاً وهاماً لجميع أصحاب المصلحة حول كيفية تشكيل مسارات حوكمة الإنترنت والسياسات الرقمية. وبما أنها لم تُنفذ بالكامل بعد، فهناك حاجة إلى جهود تعاونية لتطبيقها بشكل كامل وإتاحة المزيد من أفضل الفرص لجميع أصحاب المصلحة لمشاركتها بفاعلية وخاصة في آليات السياسات الرقمية المتعددة الأطراف.

يجب أن تكون مبادئ المسار لاجتماع NETmundial لعام 2014 أساساً لأي تطور مستقبلي في مسارات حوكمة الإنترنت والسياسات الرقمية، ومن الضروري أن يتفهمها جميع أصحاب المصلحة بشكل كامل كرؤية مشتركة لهذا المجتمع.



2.2. يجب على جميع أصحاب المصلحة تنفيذ مبدأ "تعدد أصحاب المصلحة" بالكامل

ينص أحد مبادئ المسار لعام 2014 بشأن تعدد أصحاب المصلحة على ما يلي:

تعدد أصحاب المصلحة: ينبغي أن تُبنى حوكمة الإنترنت على مسارات ديمقراطية تشمل أصحاب المصلحة المتعددين، وتضمن المشاركة الفعالة والمسؤولة لجميع أصحاب المصلحة، بما في ذلك الحكومات والقطاع الخاص والمجتمع المدني والمجتمع التقني والمجتمع الأكاديمي والمستخدمين. ويجب تفسير الأدوار والمسؤوليات المختلفة لأصحاب المصلحة بشكل مرن بحسب القضية قيد النقاش.

لكل صاحب مصلحة أدوار ومسؤوليات مختلفة تعتمد على القضايا والمراحل الخاصة بالمسارات المحددة. ويعد توزيع الأدوار والمسؤوليات بين أصحاب المصلحة موضوع نقاش مستمر (ومثير للجدل).

هناك مخاوف مستمرة من أن تفضل العديد من مسارات الحوكمة في تطبيق مبدأ تعدد أصحاب المصلحة بشكل صحيح. ويرجع ذلك بشكل خاص إلى نقص المشاركة الشاملة والفعالة لجميع أصحاب المصلحة المعنيين. ويمكن أن يكون بالفعل إشراك جميع أصحاب المصلحة المعنيين في عملية اتخاذ القرار، على قدم المساواة بشكل حقيقي، عاملاً حاسماً لتجنب الفشل.

تعمل نهج تعدد أصحاب المصلحة لمسارات حوكمة الإنترنت والسياسات الرقمية بشكل أفضل عندما تكون شاملة وعندما يتمكن أصحاب المصلحة من تحديد مصالحهم في قضية معينة والمشاركة في المسارات الخاصة بالتعامل معها. وتنجح هذه النهج عندما يكون هناك عقلية منفتحة على الأفكار الجديدة واستعداداً من جميع أصحاب المصلحة المشاركين لفهم وجهات نظر الآخرين وتقديم تنازلات للوصول إلى توافق.

ولتعظيم الاستفادة من مسارات حوكمة الإنترنت والسياسات الرقمية، يجب تفسير أدوار ومسؤوليات أصحاب المصلحة بشكل مرن ومنفتح. ويجب عدم استبعاد القطاعات والمنظمات والأفراد من مسار معين بسبب تصنيف قديم تم اقتراحه في الماضي.

مع ذلك، فإن ثمة مكون حيوي لحماية وتحسين مثل هذه المسارات يتمثل في التأكد من أنها تتضمن الخبرات والتجارب ذات الصلة والمطلوبة في مختلف مراحل مختلفة من مناقشة قضية معينة. ويعد بناء القدرات ضرورياً لتحسين فهم أصحاب المصلحة وقدرتهم على المشاركة على قدم المساواة. وهذا يتطلب أيضاً تحليلاً واقعياً (واستجابة) لعدم تناسق القوى داخل وبين مجموعات أصحاب المصلحة في المناقشة.

2.3. يعد التنسيق بين مساحات الحوكمة أمرًا ضروريًا

ظهرت العديد من المبادرات والمسارات لمعالجة التنوع الواسع من القضايا التي يثيرها التحول الرقمي. وفي بعض الأحيان تتناول مسارات متعددة نفس القضايا بشكل متوازٍ. ولهذا الأمر تأثيرات إيجابية وسلبية.

يمكن للمبادرات الموزعة بشأن قضية معينة أن تساعد في تغطية التنوع في النهج ووجهات النظر. وفي الوقت نفسه، هناك خطر يتمثل في أن تؤدي المناقشات المنفصلة حول قضية معينة إلى مخرجات غير متوافقة بل ومتضاربة. كما أن هناك صعوبات تواجه أصحاب المصلحة في متابعة العمليات المترابطة والمكررة، خاصة أصحاب المصلحة من بلدان الجنوب.

من المهم تجنب تجزئة وتكرار المتطلبات لضمان أن تكون مسارات حوكمة الإنترنت والسياسات الرقمية فعالة. وبدلاً من ذلك، هناك حاجة ماسة إلى تنسيق أفضل بين المسارات التي تتعامل مع القضايا المتداخلة.

يمكن لمنتهدي حوكمة الإنترنت أن يلبي هذه الحاجة من خلال تعزيز أدواره في التنسيق ومشاركة المعلومات. وينبغي أن يخدم أيضًا كمنصة لمتابعة اتفاقيات السياسات الرقمية المتعددة الأطراف (انظر القسم 4)، نظرًا لنطاق تفويضه الواسع. إن الطبيعة المفتوحة لمنتهدي حوكمة الإنترنت ونهجه المختلط وعملياته التي تتم بين الدورات وعلاقته بالمبادرات المحلية والوطنية والإقليمية وتصميمه الشامل تجعله مناسبًا لهذه المسؤوليات.

لتحقيق التوقعات بشأن التنسيق ومشاركة المعلومات، قد يكون من الضروري تطوير أساليب عمل جديدة، كما سيكون من الضروري توفير موارد مالية وبشرية جديدة. ويمكن تصميم هذه الأساليب لتقديم تنسيق ومشاركة معلومات مُحسّنين بشكل حقيقي وكذلك لخلق مداورات مُحسّنة حول المخرجات والرؤى. وهذه الأساليب المطورة يمكنها أيضًا تعزيز اتصالات أقوى بين مسارات الحوكمة وتنفيذ المخرجات التي من شأنها تعزيز الفعالية العامة لمسارات حوكمة الإنترنت والسياسات الرقمية.

يجب أن تسعى أي أساليب عمل من هذا النوع إلى تجنب التضارب في أو تكرار المسارات القائمة أو خلق أعباء جديدة، كما يجب أن تسعى إلى ضمان المشاركة من القاعدة إلى القمة على قدم المساواة بشكل حقيقي، إلى جانب ضمان الشفافية والمساءلة في مثل هذه المسارات.

ستعود التحسينات الفعالة في التنسيق بالفائدة على جميع أصحاب المصلحة وعلى قدرة مسارات حوكمة الإنترنت والسياسات الرقمية في التعامل مع القضايا التي تتناولها.

3. تطبيق نهج تعدد أصحاب المصلحة وتطوير المسارات المتعددة الأطراف

3.1. تحسين المشاركة في المسارات المتعددة الأطراف

يجب أن تصبح المسارات المتعددة الأطراف أكثر شمولاً لضمان المشاركة الفعالة لجميع أصحاب المصلحة، وخاصة من بلدان الجنوب. إن دمج أصوات متنوعة ووجهات نظر متعددة من خلال إشراك مساهمات أوسع لأصحاب المصلحة يمكن أن يعزز المسارات متعددة الأطراف. ويمكن اتخاذ قرارات أفضل وضمان تحقيق المخرجات بشكل أفضل من خلال مسارات شاملة للتداول وبناء التوافق بشكل مناسب بناءً على الإرشادات وخطوات المسار الموضحة أدناه.

لتحقيق هذه المكاسب، يجب تمكين جميع أصحاب المصلحة للمساهمة بطريقة فعالة في جميع مراحل مسار معالجة القضايا المعنية. وينبغي تشجيع تعيين أدوار استشارية/خيرية/أو منصات مجهزة بموارد كافية لتسهيل وتحليل المساهمات المتنوعة بشكل فعال بدأ من مرحلة وضع الأجندة وخلال المناقشات إلى مشاريع القرارات والنصوص وذلك وفقاً للإرشادات والأطر الزمنية المتفق عليها مع دمج الاعتبارات الأخلاقية والمصلحة العامة. وبالمثل، فإن الاستثمارات الكبيرة في بناء القدرات والتعليم لتعزيز كل خطوة من المسار تعد حيوية لتحقيق مساهمات فعالة. ومن المهم أن تأخذ هذه الاستثمارات في الاعتبار الفروق النسبية في القوة داخل وبين مختلف أصحاب المصلحة ومجموعات أصحاب المصلحة.

في ضوء مبادئ تعدد أصحاب المصلحة، يجب أن تتطور المسارات متعددة الأطراف. فعلى هذه المسارات أن تشارك نطاق عملها وتنشر التزاماً بشأن شفافية المسار، بما في ذلك على سبيل المثال لا الحصر جدول زمني يبرز الفرص الهامة للمشاركة. وكجزء من هذا الالتزام، يجب إتاحة جدول منظم للإبلاغ عن تقدم هذه المسارات - أو عدمه - بما في ذلك إتاحة وصول العامة إلى مخرجات محددة. ويعتبر توليق كيفية تقديم المساهمات وتقييمها ودمجها في المسار بنفس أهمية توليق الآراء المعارضة والمتباينة. ويجب أن تتبع هذه الآليات معايير للوصول وتوفر بدائل فعالة لتسهيل المشاركة بلغات غير الإنجليزية.

ينبغي أن تكون آليات المساءلة القوية جزءاً من جميع المسارات متعددة الأطراف، بحيث تكون هناك خطوات واضحة ومواعيد نهائية لتنفيذ التوصيات. ويعتبر وجود آليات ملموسة للنظر في تأثير القرارات وحالة تنفيذ التوصيات أمراً أساسياً للاستمرارية. ويجب بذل جهود لتوليق كل مسار من المسارات متعددة الأطراف بدقة، بحيث يشمل ذلك خطوات محددة لتحديد الروابط مع المسارات المماثلة الأخرى.

لذلك، من الضروري تعزيز بيئة آمنة وجديرة بالثقة وعادلة حيث يتم معالجة اختلال التوازنات بين المشاركين، ويمكن للمجتمع المدني والقطاع الخاص والأوساط الأكاديمية والمجتمع النقابي المشاركة بشكل فعال في المسارات متعددة الأطراف. وتقع على عاتق الحكومات مسؤولية رئيسية لضمان الشروط اللازمة لتحقيق النوع وتحقيق مسارات متعددة الأطراف قوية.

3.2. إرشادات لبناء التوافق واتخاذ القرار بين أصحاب المصلحة المتعددين (إرشادات ساو باولو لأصحاب المصلحة المتعددين)

تقدم وتدعو المجتمع العالمي لاعتماد واستخدام مجموعة من الإرشادات وخطوات المسار ذات الصلة ("إرشادات ساو باولو لأصحاب المصلحة المتعددين") في مسارات حوكمة الإنترنت والسياسات الرقمية، وأستخلص هذه الإرشادات من الوثائق التأسيسية الحالية وكذلك من الممارسات الجيدة والخبرات الحالية. وعلى الرغم من أنه لا يوجد حلًا واحدًا يناسب الجميع، فإن هذه الإرشادات يمكن أن تساعد المجتمعات دون الوطنية والإقليمية والعالمية على بناء الثقة وإنشاء وتنفيذ مسارات وآليات تعاون بين أصحاب المصلحة المتعددين، وكذلك تقييم المسارات والآليات التي يتم تقديمها على أنها متعددة أصحاب المصلحة في حين أنها كذلك بالاسم فقط. وعلى غرار ما تم مناقشته في القسم 3.1، يجب أن تكون هذه الإرشادات أيضًا مصدر إلهام لتطوير وتحسين المسارات المتعددة الأطراف.

تشكل الإرشادات التالية مكملًا وتفعيلًا لمبادئ مسار حوكمة الإنترنت الناتج من اجتماع NETmundial لعام 2014. وتظرأ للطبيعة المتطورة باستمرار للتعاون بين أصحاب المصلحة المتعددين فإنه لا يمكن تجميد هذه الإرشادات ويجب اعتبارها وثيقة حية. ويجب أن تستمر في التطور سواء في تنفيذها العملي أو في صياغتها المحددة.

لذلك نوصي أن منتدى حوكمة الإنترنت هو الأسبب ليكون بمثابة الحافظ، أي الراعي، لمجموعة الإرشادات الأولى هذه، وتطلع إلى أن ينظر منتدى حوكمة الإنترنت في تنفيذها في عملياته الخاصة ومواصلة مناقشتها وتطويرها. وقد تغطي المناقشات المستقبلية هذه، من بين أمور أخرى، تحديد الأولويات وأو تصنيف الإرشادات، ووضع مقاييس لقياس تطبيقها وأنظمة لتقييم ومساءلة المسارات متعددة الأطراف ومتعددة أصحاب المصلحة، وأو صياغة إرشادات توضيحية إضافية بشأن تطبيقها، مثل مجموعات الأدوات والمرئيات والرسومات التخطيطية.

الإرشادات وخطوات المسار ("الإرشادات") للتعاون بين أصحاب المصلحة المتعددين، وبناء التوافق واتخاذ القرار

الإرشادات

1. ينبغي أن تكون المسارات المتعددة أصحاب المصلحة واعية بعدم تناسق القوة بين أصحاب المصلحة المتنوعين، وتقوم بتمكن أصحاب المصلحة من خلال تزويدهم بالمعلومات والموارد والمهارات اللازمة للمشاركة الفعالة والهادفة والمستدامة. ويجب أن تهدف مقاييس الشفافية إلى جعل مسارات صنع السياسات معروفة ومتاحة ومفهومة قابلة للتنفيذ.
2. يجب أن تتضمن مسارات تعدد أصحاب المصلحة مناقشات مستنيرة ومتداولة بين أصحاب المصلحة. ويمثل الحوار الفعال إحدى آليات منع الخلاف في جميع خطوات المسار.
3. ينبغي أن تسعى مسارات تعدد أصحاب المصلحة إلى معاملة جميع أصحاب المصلحة بإنصاف وعدالة، مع مراعاة اختلاف احتياجاتهم وقدراتهم وواقعهم ومواطن الضعف لديهم. ويجب أن يشارك أصحاب المصلحة على قدم المساواة ويعاملوا بعضهم البعض باحترام متبادل، مع الاعتراف بقيمة وجهات النظر والمساهمات المتنوعة والطبيعة المختلفة لأدوارهم ومسؤولياتهم طبقاً للقضايا المطروحة.

4. يجب أن تُحكَم مسارات تعدد أصحاب المصلحة بسيادة القانون واحترام مبادئ حقوق الإنسان الدولية، بما في ذلك الحقوق الاقتصادية والاجتماعية والثقافية والمدنية والسياسية.
5. ينبغي أن تحترم مسارات تعدد أصحاب المصلحة التنوع اللغوي للمشاركين وتقديره، وأن تكون متاحة لجميع أصحاب المصلحة، بغض النظر عن خلفيتهم أو وضعهم أو مستوى خبرتهم.
6. ينبغي لجميع أصحاب المصلحة أن يشاركوا المسؤولية ويعززوا المساءلة والشفافية في أدوارهم المختلفة لتحقيق مخرجات مسار تعدد أصحاب المصلحة، مع بقاء المساءلة القانونية والسياسية لحماية حقوق الإنسان هي المسؤولية الأساسية للحكومات ومع الاعتراف أيضًا بمسؤولية القطاع الخاص في احترام حقوق الإنسان وفقًا للمبادئ التوجيهية للأمم المتحدة بشأن الأعمال التجارية وحقوق الإنسان.
7. يجب أن تكون مسارات حوكمة الإنترنت والسياسات الرقمية مرنة وقابلة للتكيف مع الظروف المتغيرة والتقنيات المتطورة والقضايا الناشئة والديناميكيات الجيوسياسية المتغيرة.
8. يجب أن تكون هناك آليات لحل النزاعات بين أصحاب المصلحة ضمن العمليات التعاونية متعددة أصحاب المصلحة لتمكين اتخاذ القرار.
9. ينبغي أن يعترف النهج العالمي لتعدد أصحاب المصلحة في مسارات حوكمة الإنترنت والسياسات الرقمية بالحاجة إلى العمل التعاوني عبر الحدود الوطنية ومجموعات أصحاب المصلحة، مع مراعاة الاستفادة من واحترام وجهات النظر المحلية والإقليمية.
10. يجب أن تأخذ القرارات في الاعتبار الآثار الطويلة الأجل واستدامة مخرجات حقوق الإنسان والتنمية الشاملة والمستدامة وفقًا لأجندة تولس.
11. يجب أن تكون هناك جهود لبناء القدرات تعزز فهم ومهارات أصحاب المصلحة، وخاصة من البلدان النامية والمجتمعات الغير ممثلة بشكل كافي في جميع خطوات مسار متعدد أصحاب المصلحة.
12. ينبغي السعي بنشاط للتعاون والحوار مع منتديات ومسارات الحوكمة الأخرى، من أجل تجنب تكرار الجهود ومن أجل مشاركة المخرجات وأفضل الممارسات والدروس المستفادة.
13. يجب أن تكون مسارات التعاون موجهة نحو مخرجات عملية وقابلة للتنفيذ تؤدي إلى نتائج ملموسة وتغييرات إيجابية لمسارات حوكمة الإنترنت والسياسات الرقمية.

الإرشادات الخاصة بخطوات المسار

خطوات المسار الموصى بها من أجل مسار متعدد أصحاب المصلحة مفتوح للجميع وشامل:

1. تحديد نطاق القضية / القضايا: تعريف القضية أو مجموعة القضايا التي سيتم النظر فيها من خلال مسار تعاوني متعدد أصحاب المصلحة مع الأخذ في الاعتبار، قدر الإمكان، جميع وجهات النظر المتأثرة.
2. تحديد أصحاب المصلحة: تحديد جميع أصحاب المصلحة المعنيين بشكل شامل ومرن قدر الإمكان، بما يشمل الأفراد والمجموعات والمنظمات والمجتمعات المتأثرة بالقرار أو التعاون.



3. إشراك أصحاب المصلحة: إشراك جميع أصحاب المصلحة المهمتين بنشاط طوال المسار بشكل مستمر ومستدام، وهذا من خلال طرق مثل الاستشارات العامة والاستبيانات وورش العمل والمنتديات لجمع المدخلات والملاحظات.
4. مشاركة المعلومات: تقديم معلومات واضحة وكاملة عن المسار والأهداف والمخرجات لضمان الشفافية والفهم بين أصحاب المصلحة، مع الاستفادة الكاملة من السجلات الرقمية المتاحة بما في ذلك وثائق المسار ذات الصلة.
5. ضمان المشاركة العادلة: ضمان المشاركة العادلة لجميع وجهات النظر والمصالح المتنوعة ذات الصلة، بما في ذلك المجموعات المهمشة أو الغير ممثلة بشكل كافي.
6. تسهيل الحوار: تسهيل الحوار المفتوح للجميع والتعاون والمداوولات داخل وبين أصحاب المصلحة المعنيين، مع تشجيع التواصل القائم على الاحترام وبناء التوافق.
7. إعداد مخرجات أولية: تحضير مخرجات أولية للنشاور على أساس الحوارات بين أصحاب المصلحة المعنيين والنشاور مع المجتمع الأوسع لجميع أصحاب المصلحة المهمتين بالنتائج.
8. أخذ الملاحظات المقدمة من المجتمع الأوسع في الاعتبار: تكييف المخرجات الأولية مع الأخذ في الاعتبار المدخلات الناتجة عن النشاور والإبلاغ بشفافية عن كيفية مراعاة المدخلات والأسباب لذلك.
9. الانفتاح في اتخاذ القرار: استخدام عمليات صنع القرار التعاونية التي تشرك جميع أصحاب المصلحة المعنيين في تحديد الحلول واستكشاف المقايضات والوصول إلى اتفاقيات.
10. صلاحيات المجتمع: تقديم المخرجات النهائية للمجتمع الأوسع للنظر فيها، مع توفير آليات تمكن المجتمع الأوسع من التفاعل مع المخرجات التي لا تتماشى مع مصالحه.
11. التنفيذ والمساءلة في اتخاذ القرار: إنشاء آليات لتنفيذ القرارات ومساءلة أصحاب المصلحة عن التزاماتهم.
12. الرصد والتكيف: مراقبة التقدم وتقييم المخرجات والاستعداد لتكييف المسار بناءً على الملاحظات والظروف المتغيرة.

4. المساهمة في المسارات الجارية

كما ذكر في الأقسام 2.3 و3.2، هناك عدة مسارات جارية في سياق الأمم المتحدة بشأن عمليات حوكمة الإنترنت والسياسات الرقمية، والتي تشمل بصفة خاصة وعلى سبيل المثال لا الحصر المفاوضات حول الاتفاق الرقمي العالمي في إطار قمة المستقبل مع ميثاقها للمستقبل ومراجعة القمة العالمية لمجتمع المعلومات (WSIS+20). وتتضمن هذه المسارات توصيات ومسارات محتملة لزيادة تعزيز شبكة إنترنت مفتوحة للجميع وعالمية وقابلة للتشغيل البيئي وأمنة وحررة بالإضافة إلى منظومة سياسات رقمية أوسع تساهم في تحقيق أهداف التنمية المستدامة.

كمجموعة فريدة تسعى إلى صياغة مسار ملموس لتعزيز وتحسين تعدد أصحاب المصلحة في مسارات حوكمة الإنترنت والسياسات الرقمية، يقدم اجتماع NETmundial+10، كفعالية مستقلة، رسائل محددة لهذه المسارات موجّهة لتعزيز المسارات القائمة وتحسين تخصيص الموارد وضمان التآزر والتنسيق والتكامل. بالإضافة إلى ذلك، هناك العديد من المسارات متعددة الأطراف الإقليمية ووطنية وغير الحكومية ألهمت هذه المبادئ والإرشادات الموضحة في هذه الوثيقة وستستفيد من تطبيقها.

4.1. منتدى حوكمة الإنترنت

يتألف منتدى حوكمة الإنترنت من فعاليته السنوية والعمل بين الدورات في شكل التحالفات الديناميكية ومنتديات أفضل الممارسات والسياسات والمسارات البرلمانية والقضائية ومنتديات حوكمة الإنترنت الوطنية والإقليمية والمبادرات الشبانية على جميع المستويات. ويجمع هذا المنتدى بين مجموعة متنوعة من مجموعات أصحاب المصلحة من أنحاء مختلفة من العالم.

وقد كان منتدى حوكمة الإنترنت مساحة فعالة للنقاشات حول حوكمة الإنترنت والسياسات العامة الرقمية والتعاون على الرغم من نقص الموارد المالية اللازمة لتحقيق مهمته على النحو الأمثل. ويمتلك المنتدى القوة التنظيمية المثبتة والقدرة على مزيد من استكشاف وتطوير نهج متعددة أصحاب المصلحة مبتكرة للتداولات السياسية وعمليات صنع القرار. ويمكن أن يتم توطيد منتدى حوكمة الإنترنت كمساحة مفضلة لتبادل المعلومات وتحسين التنسيق بين مسارات الحوكمة الرقمية وذلك في حال تم تعزيزه. وتسهل طبيعته المفتوحة للجميع ونهجه المختلط وتصميمه الشامل دعم المشاركة بشكل أوسع.

يجب أن يستمر منتدى حوكمة الإنترنت المعزز في مواجهة التحديات والفرص المتعلقة بالتقنيات الناشئة، وقد يحتاج إلى ابتكار واعتماد طرق عمل جديدة يمكن أن تحقق لنسبًا محسّنًا بشكل حقيقي ورؤية وتبادل معلومات، مع تجنب التعارض مع المسارات القائمة أو خلق أعباء جديدة على أصحاب المصلحة المشاركين وعلى منظومة الأمم المتحدة.

منتدى حوكمة الإنترنت المعزز:

- يتطلب استدامة طويلة الأجل من خلال زيادة الموارد المالية والفنية والبشرية ليتم توطيده كمنصة محورية للتداولات الخاصة بتنسيق المناقشات التشاركية حول مسارات حوكمة الإنترنت والسياسات الرقمية؛

- يمكن أن يوفر التماسك ويسهل المشاركة في سياق نظام حوكمة رقمي موزع ومتنام، لضمان مشاركة أكثر شمولية وتنوُّعًا من البلدان والمجتمعات والمجموعات والقطاعات الغير ممثلة بشكل كافي وخاصة من بلدان الجنوب؛ و
- يتطلب إجراءات محسنة لضمان مداوات شاملة وشفافة وخاضعة للمساءلة لإيجاد كل من الشرعية والمخرجات الفعالة.

هناك حاجة أيضًا إلى تحسين الحوار والتنسيق بين مننديات حوكمة الإنترنت العالمية والإقليمية والوطنية، بطريقة يمكن بها للمناقشات والأجندات أن تغذي هذه المسارات، بهدف إنشاء استمرارية بينهم من منظور محلي إلى منظور عالمي.

خلال مراحل تطوره يجب تحسين قدرة منتدى حوكمة الإنترنت على تحقيق مخرجات ملموسة (مثل توصيات السياسات المستندة إلى الأدلة وإرشادات التوجيهية لأفضل الممارسات والمشاريع التجريبية لاختبار الحلول المقترحة) من أجل بناء القدرات وإمداد صناعات السياسات بالمعلومات. وسيطلب ذلك التزام ومشاركة جميع أصحاب المصلحة.

تلعب أمانة منتدى حوكمة الإنترنت ولجنته القيادية والمجموعة الاستشارية المتعددة أصحاب المصلحة - كل في وظيفته - دورًا رئيسيًا في هذا الصدد. ويجب تعزيز آليات التعاون وتبادل المعلومات مع الهيئات الدولية الأخرى ومننديات الحوكمة، وكذلك العمل بين دورات منتدى حوكمة الإنترنت. ويساهم تعزيز مننديات حوكمة الإنترنت الوطنية والإقليمية، كمساحات لتحديد أهداف وتحديات مشاركة لإمداد أجندة منتدى حوكمة الإنترنت العالمي بالمعلومات، في معالجة تجزلة الحوكمة.

يعتبر منتدى حوكمة الإنترنت المسار الأفضل ضمن منظومة الأمم المتحدة لمعالجة الفجوة بين النقاش والعمل من خلال بناء علاقات أوثق مع المنظمات الأخرى التي تعتبر رئيسية بالنسبة لعمل الإنترنت، غير أن ذلك يتم أيضًا بالاشتراك مع المؤسسات متعددة الأطراف من خلال الابتكار والتجريب المستمر داخل إطار عمل منتدى حوكمة الإنترنت.

يجب التجديد لمنتدى حوكمة الإنترنت لمدة لا تقل عن 10 سنوات كأبرز منصة عالمية للمشاركة العامة الواسعة والحوار في جميع شؤون حوكمة الإنترنت والسياسات الرقمية ذات الصلة. ولسمح لمنظومة الأمم المتحدة من خلال تعزيز منتدى حوكمة الإنترنت بالاستفادة من إرث النموذج وأهميته مع تجنب المزيد من تجزلة مناقشات حوكمة الإنترنت والسياسات الرقمية. ويجب أن تكون عملية اختيار البلد المضيف أكثر شفافية وأن تأخذ في الاعتبار حقوق الإنسان والشمولية وإمكانية الوصول والظروف العادلة للحضور. ويجب أن تكون المشاركة الحرة والأمنة والمفتوحة متاحة للجميع، وخاصة المجموعات التي تم استبعادها تاريخيًا.

4.2. الاتفاق الرقمي العالمي

من أجل وضع أسس "مستقبل رقمي مفتوح وحر وآمن للجميع"، كما يتصوره الاتفاق الرقمي العالمي، يعترف اجتماع NETmundial+10 بالدور الأساسي للإنترنت والتقنيات الرقمية في بناء آليات حوكمة شاملة وتشاركية، ويؤكد مجددًا على أهمية النهج متعدد أصحاب المصلحة في مسارات حوكمة الإنترنت والسياسات الرقمية وجعلها جزءًا لا يتجزأ من جوهرها. وتشكل التوصيات التي تلتحق عن اجتماع NETmundial+10 لتعزيز النهج متعدد أصحاب المصلحة في حوكمة التقنيات الرقمية والتنمية أساسًا لضمان أن تكون السياسات والأطر شفافة وشاملة وديمقراطية وتعكس وجهات النظر المتنوعة لجميع شرائح المجتمع.

من منظور إضافة قيمة وسد الفجوات في الهياكل الحالية في منتديات حوكمة الإنترنت والسياسات الرقمية، إنه لمن الأساسي أن يتجنب الاتفاق الرقمي العالمي إنشاء هياكل أو مسارات جديدة حيث يمكن تعزيز وتحسين الهياكل والمسارات الحالية لدعم مراقبة تنفيذ ومراجعة تقدم الاتفاق الرقمي العالمي. ويعد منتدى حوكمة الإنترنت المكان المناسب لمتابعة ومراقبة تنفيذ التزامات الاتفاق الرقمي العالمي وذلك لأسباب عديدة. وتندرج بالفعل المواضيع التي تم تحديدها في الاتفاق الرقمي العالمي، والتي توجّه الكثير من التركيز على الحوكمة الرقمية، ضمن جدول أعمال منتدى حوكمة الإنترنت لسنوات عديدة.

يجب الاستفادة من منتدى حوكمة الإنترنت بهياكله وآلياته متعددة أصحاب المصلحة كمساحة لتسهيل تنفيذ الاتفاق الرقمي العالمي ومراقبته ومتابعته وذلك من خلال العمل بالتعاون مع وكالات الأمم المتحدة الأخرى مثل الاتحاد الدولي للاتصالات، وبرنامج الأمم المتحدة الإنمائي، ومؤتمر الأمم المتحدة للتجارة والتنمية (الأونكتاد)، ومنظمة الأمم المتحدة للتربية والعلم والثقافة (اليونسكو) ومنظمة الأمم المتحدة للطفولة (اليونيسف)، من خلال خطوط عمل القمة العالمية لمجتمع المعلومات وكذلك الاستفادة من منتدى القمة العالمية لمجتمع المعلومات وبالإشتراك مع لجنة الأمم المتحدة المعنية بتسخير العلم والتكنولوجيا لأغراض التنمية لتوفير منصة للمشاركة الحكومية الدولية في عملية المراقبة والمتابعة. ويجب أن يتجنب الاتفاق الرقمي العالمي تقويض ملائمة منتدى حوكمة الإنترنت والنهج متعدد أصحاب المصلحة في مسارات حوكمة الإنترنت والسياسات الرقمية.

من خلال تنفيذ الاتفاق الرقمي العالمي الموجه لدمج مخرجاته مع مسار القمة العالمية لمجتمع المعلومات وآليات المتابعة الفعالة المبنية على المنتديات الحالية، يعد الاتفاق الرقمي العالمي أداة لدمج الرقمنة في تسريع تنفيذ أهداف التنمية المستدامة، بناء على أجندة تونس.

بعد الاتفاق الرقمي العالمي فرصة لوضع التقنيات الرقمية على المسار الصحيح للجهود العالمية التي تسعى لتحقيق الشمول الرقمي والتعاون عبر الحدود والتأزر بين أصحاب المصلحة المختلفين وتوطيد الالتزامات القائمة بحقوق الإنسان وتطبيقها بفعالية بما في ذلك في حالات الأزمات، مع التأكيد على محورية القانون الدولي لحقوق الإنسان كأساس وبيئة تمكينية لدعم جميع جوانب مسارات حوكمة الإنترنت والسياسات الرقمية، بما في ذلك من خلال تعزيز التعاون مع مفوضية الأمم المتحدة السامية لحقوق الإنسان وآليات حقوق الإنسان الأخرى التابعة للأمم المتحدة.

4.3. مراجعة القمة العالمية لمجتمع المعلومات (WSIS+20)

لقد عمل مؤتمر القمة العالمية لمجتمع المعلومات كمنصة محورية لتعزيز التعاون بين الحكومات والمجتمع المدني والقطاع الخاص والأوساط الأكاديمية والمجتمع التقني لمعالجة الفرص والتحديات التي أتاحتها العصر الرقمي للقضايا التقنية والسياسات العامة في الحوكمة الرقمية بشكل جماعي. ومع اقتراب فعالية القمة العالمية لمجتمع المعلومات (WSIS+20)، هناك حاجة إلى تجديد الالتزام وإيجاد استراتيجيات مبتكرة لتحقيق الشمول الرقمي وحماية حقوق الإنسان على الإنترنت من أجل الاستفادة من أهداف التنمية المستدامة. ويعد نموذج تعدد أصحاب المصلحة، الذي يعترف بالتداخل المعقد للقطاعات والممثلين المختلفين لتشكيل السياسات الرقمية، أساسيًا لضمان أن تظل القمة العالمية لمجتمع المعلومات مسارًا ديناميكيًا قائم على تطوير المعايير العالمية وأليات التعاون حول القضايا الرقمية الرئيسية ومرن ومستجيب لحدود التقنيات الجديدة المتوسعة. ومن خلال البناء على التزام قوي بتعددية أصحاب المصلحة وتعزيز التعاون ومناقشة التحديات المحتملة والتقنيات المتطورة والاتجاهات في المشهد الرقمي، يمكن للقمة العالمية لمجتمع المعلومات الاستعداد والتطلع لما بعد

مرحلة العشرين عامًا. ومع أخذ بيان أصحاب المصلحة المتعددين هذا في الاعتبار يجب أن تعزز مراجعة القمة العالمية لمجتمع المعلومات (WSIS+20) الشمولية والشفافية والمساءلة في مسارات حوكمة الإنترنت والسياسات الرقمية وتضمن اهتمامها بالاستدامة البيئية والتقنيات الناشئة التي تشكل المستقبل الرقمي.

4.4. العمليات الأخرى

ندعو مجتمع أصحاب المصلحة المتعددين إلى الترويج لمخرجات فعالية اجتماع NETmundial+10 فيما يتعلق بأي مسارات وطنية أو إقليمية أو متعددة الأطراف أو متعددة أصحاب المصلحة يرونها ذات صلة.





nic.br

Núcleo de Informação
e Coordenação do
Ponto BR